

Jörn Rüsen

HISTÓRIA VIVA



Teoria da História III:
formas e funções do conhecimento histórico

EDITORA

UnB



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

Timothy Martin Mulholland

Vice-Reitor

Edgar Nobuo Mamiya



Diretor

Henryk Siewierski

Diretor-Executivo

Alexandre Lima

Conselho Editorial

Beatriz de Freitas Salles

Dione Oliveira Moura

Henryk Siewierski

Jader Soares Marinho Filho

Lia Zanotta Machado

Maria José Moreira Serra da Silva

Paulo César Coelho Abrantes

Ricardo Silveira Bernardes

Suzete Venturelli



Jörn Rüsen

Prof.

História

História viva

Teoria da História III:
formas e funções do conhecimento histórico

Tradução

Estevão de Rezende Martins



Equipe editorial
 Rejane de Meneses · *Supervisão editorial*
 Sonja Cavalcanti · *Acompanhamento editorial*
 Teresa Cristina Brandão · *Preparação de originais e revisão*
 Raimunda Dias · *Editoração eletrônica*
 Rejane de Meneses e Danúzia Maria Queiroz Gama · *Índice*
 Ivanise Oliveira de Brito · *Capa*
 Elmano Rodrigues Pinheiro · *Acompanhamento gráfico*

Copyright © 1986 by Vandenhoeck & Ruprecht
 Copyright © 2007 by Editora Universidade de Brasília, pela tradução
 Título original: *Lebendige Geschichte: Grundzüge einer*
Historik III: Formen und Funktionen des historischen Wissens

Impresso no Brasil

Coleção Teoria da história, de Jörn Rüsen:
 Volume I – Razão histórica (publicado em 2001)
 Volume II – Reconstrução do passado
 Volume III – História viva

Direitos exclusivos para esta edição:
 Editora Universidade de Brasília
 SCS Q. 2 – Bloco C – nº 78
 Ed. OK – 1º andar
 70302-907 – Brasília-DF
 Tel.: (61) 3035-4211
 Fax: (61) 3035-4223
 www.editora.unb.br
 direcao@editora.unb.br
 www.livrariauniversidade.unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação
 poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio
 sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
 Biblioteca Central da Universidade de Brasília

R951	Rüsen, Jörn. História viva : teoria da história : formas e funções do conhecimento histórico / Jörn Rüsen ; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2007. 160 p. ; 21 cm. Tradução de: <i>Lebendige Geschichte: Grundzüge einer Historik III : Formen und Funktionen des historischen Wissens</i> . ISBN: 978-85-230-0974-8 1. Historiografia. 2. Formação histórica. 3. Teoria da história. 4. Didática da história. 5. Estética da história. 6. Consciência histórica. I. Martins, Estevão de Rezende. II. Título.
------	--

CDU 94

Sumário

PREFÁCIO, 7

INTRODUÇÃO, 9

CAPÍTULO 1

TÓPICA – FORMAS DA HISTORIOGRAFIA, 17

- Pesquisa histórica e historiografia, 21
- Historiografia como problema teórico, 21
- Estética e retórica no discurso da historiografia, 28
- Consequências da pesquisa, 38
- Tipologia da historiografia, 43
- Princípios da diferenciação, 44
- Constituição tradicional de sentido, 48
- Constituição exemplar de sentido, 50
- Constituição crítica de sentido, 55
- Constituição genética de sentido, 58
- Formas e *topoi* complexos, 63
- Ciência como princípio da forma, 68
- Ciência e sentido histórico, 75

CAPÍTULO 2

DIDÁTICA – FUNÇÕES DO SABER HISTÓRICO, 85

- Teoria da história e didática, 88
- O que é formação histórica?, 95
- As três dimensões de aprendizado da formação histórica, 103
- A força cognitiva da cultura histórica, 121

Equipe editorial
Rejane de Meneses · *Supervisão editorial*
Sonja Cavalcanti · *Acompanhamento editorial*
Teresa Cristina Brandão · *Preparação de originais e revisão*
Raimunda Dias · *Editoração eletrônica*
Rejane de Meneses e Danúzia Maria Queiroz Gama · *Índice*
Ivanise Oliveira de Brito · *Capa*
Elmano Rodrigues Pinheiro · *Acompanhamento gráfico*

Copyright © 1986 by Vandenhoeck & Ruprecht
Copyright © 2007 by Editora Universidade de Brasília, pela tradução
Título original: *Lebendige Geschichte: Grundzüge einer*
Historik III: Formen und Funktionen des historischen Wissens

Impresso no Brasil

Coleção Teoria da história, de Jörn Rüsen:
Volume I – Razão histórica (publicado em 2001)
Volume II – Reconstrução do passado
Volume III – História viva

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS Q. 2 – Bloco C – nº 78
Ed. OK – 1º andar
70302-907 – Brasília-DF
Tel.: (61) 3035-4211
Fax: (61) 3035-4223
www.editora.unb.br
direcao@editora.unb.br
www.livrariauniversidade.unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação
poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio
sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

R951	Rüsen, Jörn. História viva : teoria da história : formas e funções do conhecimento histórico / Jörn Rüsen ; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2007. 160 p. ; 21 cm. Tradução de: <i>Lebendige Geschichte: Grundzüge einer Historik III: Formen und Funktionen des historischen Wissens</i> . ISBN: 978-85-230-0974-8 1. Historiografia. 2. Formação histórica. 3. Teoria da história. 4. Didática da história. 5. Estética da história. 6. Consciência histórica. I. Martins, Estevão de Rezende. II. Título. CDU 94
------	---

Sumário

PREFÁCIO, 7

INTRODUÇÃO, 9

CAPÍTULO 1

TÓPICA – FORMAS DA HISTORIOGRAFIA, 17

Pesquisa histórica e historiografia, 21

Historiografia como problema teórico, 21

Estética e retórica no discurso da historiografia, 28

Consequências da pesquisa, 38

Tipologia da historiografia, 43

Princípios da diferenciação, 44

Constituição tradicional de sentido, 48

Constituição exemplar de sentido, 50

Constituição crítica de sentido, 55

Constituição genética de sentido, 58

Formas e *topoi* complexos, 63

Ciência como princípio da forma, 68

Ciência e sentido histórico, 75

CAPÍTULO 2

DIDÁTICA – FUNÇÕES DO SABER HISTÓRICO, 85

Teoria da história e didática, 88

O que é formação histórica?, 95

As três dimensões de aprendizado da formação histórica, 103

A força cognitiva da cultura histórica, 121

Equipe editorial
Rejane de Meneses · *Supervisão editorial*
Sonja Cavalcanti · *Acompanhamento editorial*
Teresa Cristina Brandão · *Preparação de originais e revisão*
Raimunda Dias · *Editoração eletrônica*
Rejane de Meneses e Danúzia Maria Queiroz Gama · *Índice*
Ivanise Oliveira de Brito · *Capa*
Elmano Rodrigues Pinheiro · *Acompanhamento gráfico*

Copyright © 1986 by Vandenhoeck & Ruprecht
Copyright © 2007 by Editora Universidade de Brasília, pela tradução
Título original: *Lebendige Geschichte: Grundzüge einer*
Historik III: Formen und Funktionen des historischen Wissens

Impresso no Brasil

Coleção Teoria da história, de Jörn Rüsen:
Volume I – Razão histórica (publicado em 2001)
Volume II – Reconstrução do passado
Volume III – História viva

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS Q. 2 – Bloco C – nº 78
Ed. OK – 1ª andar
70302-907 – Brasília-DF
Tel.: (61) 3035-4211
Fax: (61) 3035-4223
www.editora.unb.br
direcao@editora.unb.br
www.livrariauniversidade.unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação
poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio
sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

R951 Rüsen, Jörn.
História viva : teoria da história : formas e funções do conhecimento histórico / Jörn Rüsen ; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2007.
160 p. ; 21 cm.

Tradução de: *Lebendige Geschichte: Grundzüge einer Historik III: Formen und Funktionen des historischen Wissens*.

ISBN: 978-85-230-0974-8

1. Historiografia. 2. Formação histórica. 3. Teoria da história.
4. Didática da história. 5. Estética da história. 6. Consciência histórica.
I. Martins, Estevão de Rezende. II. Título.

CDU 94

Sumário

PREFÁCIO, 7

INTRODUÇÃO, 9

CAPÍTULO 1

TÓPICA – FORMAS DA HISTORIOGRAFIA, 17

Pesquisa histórica e historiografia, 21

Historiografia como problema teórico, 21

Estética e retórica no discurso da historiografia, 28

Consequências da pesquisa, 38

Tipologia da historiografia, 43

Princípios da diferenciação, 44

Constituição tradicional de sentido, 48

Constituição exemplar de sentido, 50

Constituição crítica de sentido, 55

Constituição genética de sentido, 58

Formas e *topoi* complexos, 63

Ciência como princípio da forma, 68

Ciência e sentido histórico, 75

CAPÍTULO 2

DIDÁTICA – FUNÇÕES DO SABER HISTÓRICO, 85

Teoria da história e didática, 88

O que é formação histórica?, 95

As três dimensões de aprendizado da formação histórica, 103

A força cognitiva da cultura histórica, 121

CONCLUSÃO

UTOPIA, ALTERIDADE, *KAIROS* – O FUTURO
DO PASSADO, 135

BIBLIOGRAFIA, 151

ÍNDICE, 157

Prefácio

Este é o terceiro e último volume da série em que consignei minha tentativa de desenvolver um conjunto sistemático de argumentos para apresentar a teoria da história como autocompreensão da ciência da história quanto a seus fundamentos e à sua matriz disciplinar. A pretensão sistemática deve certamente reforçar a impressão de provisoriedade do resultado obtido. Os temas que são tratados agora (historiografia e formação histórica) requerem uma reflexão mais pormenorizada sobre modos de pensar e conteúdos do saber de outras disciplinas (como, por exemplo, a lingüística, a pedagogia, a psicologia, a teoria da literatura) do que o dia-a-dia da vida acadêmica e os limites previstos para o volume permitem. O compromisso que teve de ser encontrado obedeceu ao critério de delimitar o campo das questões abordadas e clarificar como devem ser tratadas.

Encerro meu trabalho com uma mescla de três sentimentos: receio, alívio e gratidão. Receio quanto à distância entre o que tencionava e o que apresento. Alívio, pois consegui colocar um ponto final (mesmo se provisório) e posso me dedicar a outros assuntos novos. E gratidão, pois pude contar com muita ajuda, apoio e incentivo no longo período da incubação dos argumentos e da elaboração dos enunciados deste trabalho. Inicialmente, gostaria de registrar meus agradecimentos à Fundação Volkswagenwerk por um semestre sabático adicional. Não sei como teria conseguido concluir a redação sem a bolsa científica. Em seguida, agradeço cordialmente aos colegas Frank Ankersmit (Groningen), Chang-Tse Hu (Taichún), Floris van Jaarsveld (Pretoria) e Augustin Wernet (São Paulo), cujo interesse e entusiasmo me impulsionaram nos últimos anos a perseverar no labirinto da teoria da história, malgrado muitos historiadores considerarem que nele o ar é demasiado rarefeito. Klaus Fröhlich

e Karl-Ernst Jeismann foram de grande valia, ao sustentarem que essa atmosfera faz bem igualmente à didática da história. Junte-se a isso a longa amizade e colaboração em projetos de didática da história com Ursula A. J. Becher, Klaus Bergmann, Bodo von Borries, Annette Kuhn, Hans-Jürgen Pandel, Gerhard Schneider e Rolf Schörken. Todos contribuíram para lembrar a utilidade da reflexão sobre os fundamentos para a didática da história. Hildegard Vörös-Rademacher e Jürgen Jahnke convenceram-me que minhas reflexões sobre a didática da história, por causa ou apesar de sua forte conotação teórica, podem ser de valia para a prática do ensino. Horst Walter Blanke, Klaus Bergmann, Klaus Fröhlich e Hans-Jürgen Pandel tiveram a paciência de ler o manuscrito. Não hesitaram em opinar e fazer boas sugestões de aperfeiçoamento.

Ursula Jansen e Christel Schmid merecem meus agradecimentos pela trabalhadeira com o manuscrito e com o manuseio, por vezes frustrante, do progresso tecnológico em forma de computador. Agradeço a Thomas Sandkühler pela leitura atenta e crítica do manuscrito e das provas, mas sobretudo pelo seu apoio constante no uso do computador. A ele e a Udo Dreher meu agradecimento pela montagem e correção dos índices.

Bochum, agosto de 1988.

Introdução

*O historiador deve poder
infundir presente no passado,
tal como o profeta Ezequiel: ele caminha
por entre um emaranhado de esqueletos,
mas à medida que anda, por detrás
dele eclode nova vida.*
Karl Lamprecht¹

A questão das formas e funções do saber histórico parece, à primeira vista, desviar-se da temática própria à teoria da história. Pois agora já não se trataria mais da história como ciência, nem da regulação metódica que fundamenta a cientificidade do conhecimento e sua pretensão específica de verdade. Diante dessa racionalidade intrínseca do saber histórico, de sua clareza apolínea, formas e funções parecem pertencer a um outro lado da ciência, à sua vivacidade dionisiaca, na qual se trata não das regras e das fundamentações, mas das formas estéticas, das intenções retóricas e do uso prático. Em suas formas e com suas funções, o saber histórico parece evadir-se de sua cientificidade própria e indicar, assim, os limites da cientificidade no processo do conhecimento histórico.

Inquirir novamente e com profundidade as regras metódicas da historiografia, como é indispensável à história como ciência, seria aqui descabido, quando não abstruso. Surgiria assim uma teoria da arte historiográfica, na qual “método” significaria coisa completamente

¹ K. Lamprecht. *Paralipomena der Deutschen Geschichte* (1910). *Ausgewählte Schriften zur Wirtschafts- und Kulturgeschichte und zur Theorie der Geschichtswissenschaft*. Aalen, 1974, p. 719-724, cit. p. 719.

distinta dos princípios do procedimento para assegurar a validade do conhecimento, de que se serve a história como ciência. Método, apenas como regra canônica da composição historiográfica, seria entendido como uma restrição das possibilidades de dar forma à historiografia, um enfraquecimento de suas potencialidades. Sua eventual exigência seria certamente recusada pela maioria dos historiadores. A pretensão de entender as repercussões práticas do saber histórico como decorrentes de princípios metódicos, obrigatórios de um jeito ou de outro em nome da ciência, parece sem sentido. Pensar que os resultados adviriam somente da prescrição metódica é altamente problemático. Esse automatismo metódico estaria perto demais das rigidezes dogmáticas, mediante as quais determinadas posições seriam impostas autoritariamente como pontos de vista da vida prática. Tal imposição estaria em contradição com um princípio fundamental para a história como ciência: o da livre argumentação.

Por outro lado, o processo científico do conhecimento histórico não pode ser pensado sem os fatores “formas” e “funções”. Nenhum saber histórico é amorfo. O saber histórico desempenha sempre funções na vida cultural do tempo presente. Forma e função são essenciais ao trabalho do historiador. É mesmo em sua forma e em suas funções que o saber histórico se completa. Somente nelas é que ele toma vida. É com elas que ele responde às carências de orientação que suscitou. São elas que tornam necessários e significativos todos os esforços de reflexão da história como ciência. Se é por suas formas e funções que o saber histórico se torna verdadeiramente vivo, será que essa vida não se daria às custas de sua cientificidade? E, assim, a teoria da história, que se ocupa em descobrir e fundamentar os princípios do pensamento que asseguram a cientificidade da história, não estaria à busca de resolver a quadratura do círculo? Ela se preocupa com cientificidade onde justamente nada parece científico, onde nenhuma regra metódica da pesquisa parece determinar o trabalho do historiador.

Não é por acaso que a questão da forma e da função do saber histórico está no centro das preocupações dos historiadores, mesmo quando ainda não consideram seu ofício primariamente como

científico.² Na tradição retórica da teoria da história cuidava-se, sobretudo, das regras da escrita historiográfica, da poética normativa da historiografia. Tal poética ensinaria aos historiadores como escrever obras “fáceis de ler”, ou seja: de boa repercussão. A obra deveria dirigir-se ao “coração” do leitor. A historiografia deveria habilitá-lo a agir praticamente. Com a cientificização da historiografia, o núcleo das reflexões metódicas dos historiadores mudou. Ele passou da formatação da historiografia para as regras da pesquisa histórica. O aspecto da forma e da repercussão deslocou-se para a margem da profissionalização, quando não para fora dela, como mero acessório, externo à especialização. Assim, por exemplo, a didática da história, por muito tempo, não era considerada parte integrante da disciplina especializada “história”, mas apenas como aplicação pedagógica, referente apenas ao uso externo do saber histórico.

Não obstante, as formas e as funções do saber histórico são dois fatores originais e essenciais da matriz disciplinar da ciência da história. Eles são e permanecem elementos integrantes do trabalho de obtenção do conhecimento científico. Afinal, a história continua precisando ser “escrita”, ou seja, apresentada de alguma maneira, e toda historiografia – em que forma seja – está inserida em um contexto prático de funções.

Deixar as duas de lado seria uma limitação inadmissível do campo da ciência da história. Digamos que o caráter especificamente científico só fosse reconhecido na forma de apresentação de uma monografia ou de uma edição crítica de fontes, bem próxima das práticas de pesquisa. Mesmo assim, ainda se impõe reconhecer que esse resultado teve de receber determinada forma (embora limitada) de especificidade histórica, pois do contrário se chegaria à negação

² Acerca do desenvolvimento da teoria da história, ver as conclusões de H. W. Blanke, no artigo intitulado Georg Andreas Wills “Einleitung in die historische Gelahrheit” (1766) und die Anfänge moderner Historik-Vorlesungen in Deutschland. *Dilthey-Jahrbuch für Philosophie und Geschichte der Geisteswissenschaften*, 2, 1984, p. 193-265, esp. p. 196-206. Ver também J. Rüsen. *Geschichtsschreibung als Theorieproblem* (14).*

* N. do E.: A exemplo desta nota, os títulos que aparecem neste ou nos volumes anteriores desta série são citados com o nome do editor, título abreviado e o número, entre parênteses, da parte numerada da bibliografia.

dos resultados historiográficos obtidos pela história como ciência em sua prática de pesquisa.

O mesmo vale para a função prática do saber histórico. Esse saber sempre tem um efeito determinante sobre o processo histórico de conhecimento (mesmo se por vias transversas), em particular sobre seu ponto inicial, a pergunta histórica. Excluir esse fator da especificidade científica da história traria apenas des controle sobre sua repercussão, uma espécie de inconsciência acerca da práxis historiográfica. Ademais, os historiadores, com sua competência profissional, ficariam impedidos de tomar posição direta quanto ao uso prático do saber histórico que produziram. A legitimação histórica da política, o ensino da história na educação ou a apresentação das experiências e interpretações históricas em museus – isso e muito mais seria subtraído à competência do historiador, se não lhe fosse permitido exprimir, na forma e nas funções do saber histórico, seu próprio entendimento como cientistas.

Como isso é possível?

A formatação do saber histórico obtido pela pesquisa e sua função na vida prática dos historiadores e das historiadoras têm de ser seriamente levados em conta, em sua concepção da especialidade, como fatores originais e essenciais da matriz disciplinar da ciência da história. São justamente essas propriedades, pelas quais a formatação historiográfica e o uso prático do saber histórico parecem afastar-se da cientificidade do processo de conhecimento histórico, que devem ser examinadas como grandezas determinantes da pesquisa histórica. Como a teoria da história se pergunta, em primeiro lugar, em que consiste o conhecimento histórico necessário, história, como ciência, deve-se colocar, com respeito aos fatores “formas e funções”, duas questões. (1) A que esquemas ordenadores esses fatores estão submetidos no processo de obtenção do conhecimento histórico? (2) Como esses esquemas se articulam com o princípio da garantia discursiva de validade, constitutivo da história como ciência especializada? Quando os historiadores redigem textos e se referem aos desafios da vida cultural de seu tempo (por exemplo: à pretensão política de legitimar as dominações, aos problemas pedagógicos do ensino de história, à organização dos museus), ou quando atuam

nela – o que fazem de sua ciência? Que procedimentos adotam? Que regras observam? Existem formas dessas regras das quais se possa dizer que correspondem à especificidade do pensamento histórico, típica da história como ciência?

Seria um equívoco querer definir modelos historiográficos e didático-políticos para os esquemas de ordenamento científico da pesquisa histórica e do resultado prático do saber histórico. Por mais desejáveis que sejam a retórica sistematizada e a competência didático-política dos historiadores, quando se trata da importância do saber histórico como fator relevante para a orientação da vida prática, a teoria da história não é um livro de receitas – afinal, prescrições em forma de receita são contrárias à inovação. Como a ciência é uma oportunidade institucionalizada de inovação, esquemas de ordenamento desse tipo teriam efeito contraproducente se assumissem a forma de modelos. Por outro lado, o oposto à esterilidade das receitas prontas não é a desordem ou um deserto dionisíaco nos fundamentos da forma historiográfica ou no efeito prático do saber histórico. Seria pensável, contudo, conceber os princípios ou refletir sobre os pontos de vista que atuariam na formatação historiográfica e nos efeitos culturais do saber histórico, por força da cientificidade da história. É necessário que se trate de princípios e pontos de vista que permitam medir e avaliar a relevância da formatação e do efeito cultural para a regulação metódica da pesquisa histórica. Para além dessa relevância, quem sabe existam – até no aparente distanciamento da cientificidade, em que atuariam a forma de apresentação e o efeito político-cultural – princípios de formatação dessa atuação que ajam complementarmente à cientificidade do saber histórico, de cuja vida se trata aqui.

Essa questão nos remete ao ponto de partida desta teoria da história. Tratava-se da conexão direta da cientificidade da história com a especificidade do pensamento histórico. A racionalidade peculiar do conhecimento histórico deve tornar-se visível desde sua origem na vida comum. A questão da vivacidade historiográfica e político-cultural do saber histórico remete diretamente a essa origem na vida comum. O olhar crítico da teoria da história, que se volta para as formas e as funções do pensamento histórico, dirige-se em seguida

para os processos elementares e gerais da constituição narrativa de sentido mediante as operações da consciência histórica.

Cabe, todavia, especificar também a questão da inserção do saber histórico na vida comum, de modo semelhante ao que se fez com respeito aos fundamentos da pesquisa histórica no quotidiano. Ela se torna ainda mais crítica ao deter-se nos princípios metodológicos da garantia discursiva de validade, determinantes da história como ciência. São esses princípios que transformam o pensamento histórico em processo de pesquisa. A questão da narrativa histórica já não trata mais, agora, das operações fundamentais da consciência histórica em geral e em seu conjunto, mas do processo de formação do saber histórico, que se distingue do processo cognitivo da pesquisa histórica e que, como tal, pode ser sistematicamente relacionado à pesquisa. Não resta dúvida de que essa relação consiste em um fator essencial da cientificidade da forma historiográfica.

Mesmo quando a teoria da história vai além da formação do saber histórico e suscita a questão de suas funções culturais, sempre se tem na narrativa histórica uma operação basilar da consciência histórica. Trata-se agora de descobrir o que faz dessa narrativa um fato social. Lida-se aqui com a aplicação e com o uso de "histórias" na vida cultural de uma sociedade. Para a teoria da história, o que interessa é correlação desse uso com a ciência. O que advém, para a história como ciência, do uso prático do modo típico de narrar histórias? Que papel pode e deve desempenhar a estrutura argumentativa da constituição histórica de sentido na vida cultural de uma sociedade? Como pode e deve a história como ciência corresponder a esse papel?

Antes como agora o que interessa é a razão determinante da história como ciência. Essa razão assegura as chances da garantia discursiva de validade quando se lida interpretativamente com o passado humano. Com relação à formatação historiográfica, a questão da razão dirige-se ao problema da articulação entre pesquisa histórica e formatação historiográfica. Como é que se mantém, na apresentação de interpretações históricas, a discursividade que lida, interpretativamente, com a experiência histórica e que é determinante da pesquisa? De que modo essa discursividade está presente

especificamente na historiografia? A resposta a essa pergunta diz respeito a um ponto de vista decisivo para a práxis historiográfica: a relação com os destinatários, com o público-alvo. Esse ponto de vista pode assumir as mais diversas formas. Uma teoria da história, que trata da história como ciência, leva em consideração o espaço das possibilidades historiográficas sob o ponto de vista da maneira como a racionalidade dos destinatários pode ser reforçada pelo contacto com o saber histórico e com a experiência histórica.

Quando se volta para a constituição narrativa de sentido pela consciência histórica como fato social, a teoria da história pergunta-se então se e como a ciência da história se relaciona, na vida prática dos historiadores, com o uso prático do saber histórico produzido por ela. Em uma de suas operações cognitivas mais próprias, a história como ciência está intimamente conectada com a vida prática. Com respeito a esta, não lhe é possível reivindicar qualquer neutralidade estrutural. É esse o resultado a que chegaram as mais críticas das reflexões produzidas sobre o problema da objetividade.³ No entanto, quando se está debatendo as funções práticas do saber histórico, não basta apenas lembrar as formas da objetividade histórica determinantes da história como ciência. Pelo contrário: refletir sobre o uso prático do saber histórico é um requisito básico da ciência da história. (E é uma exigência aos especialistas, para que não confundam o fundamento de sua ciência na vida com uma torre de marfim perdida no espaço.) Deve-se investigar, explicitar e fundamentar os pontos de vista e os princípios particulares que se aplicam ao uso prático do saber histórico. A relação para com a vida, inerente à práxis científica mesma, precisa ser refletida. Essa relação pode então ser utilizada conscientemente quando a ciência da história (melhor: os historiadores) é chamada a explicitá-la. E os especialistas são constantemente chamados (quando não, forçados) a isso, por exemplo, na elaboração de diretrizes curriculares para o ensino de história, na elaboração de projetos de pesquisa ou nos comitês de planejamento de museus. Só essas circunstâncias já bastariam para evidenciar que a relação do saber histórico com a prática não se esgota no debate

³ Cf. I, 126 s.

sobre se a objetividade pode ser garantida ou salva. Tem-se aqui um problema mais complexo, que associa a formatação ativa pelos historiadores com a autocompreensão da ciência da história e que requer análise e sistematização.

Seja como for, a história, como ciência especializada, está sempre em relação íntima com a educação, a política e a arte. Ela necessita articular-se no âmbito dessa relação, sem que disso resulte uma amputação fatal da autocompreensão dos historiadores profissionais, que consistiria em achar que a mera execução do projeto de pesquisa já bastaria para realizar essa relação. Não se deve deixar para os outros a reflexão e a sistematização das regras decorrentes da prática do saber histórico, que se distinguem das regras próprias da pesquisa e da historiografia desta decorrente. Existem, pois, funções culturais do saber histórico que não estão plenamente exercidas só porque esse saber foi expresso em termos historiográficos. Ademais, não se entende porque a ciência da história deve ficar alienada dessas funções. Ela não deve ficar alienada dessas funções porque seu trabalho cognitivo nasce de impulsos que conduzem a elas.

Com a questão das formas e das funções do saber histórico, a reflexão da teoria da história retorna a seu começo, no qual a origem do pensamento histórico deve ser evidenciada nos produtos culturais da vida humana prática. Com esse retorno, deve ficar claro que o resultado das reflexões feitas até aqui, que a demonstração das chances de racionalidade do pensamento histórico – essenciais para a história como ciência – consistem em afirmar que a ciência da história abre uma chance de vida em seu âmbito. O que seria de uma razão, de que a história como ciência fosse capaz, se não se dirigisse à raiz mesma da ciência: os processos com os quais os homens se esforçam por viver humanamente.

Capítulo 1

Tópica - formas da historiografia

*Se aprender história é preciso, merece
nossa gratidão aquele que a transforma
de árida em encantadora ciência.*
Friedrich Schiller¹

*Ao palavreado retórico da história
universal dou forma por meu próprio
engenho. Verifico o que a une para
sempre...*
Hobbes Frank²

Escrever história é a tarefa dos historiadores. Isso é trivial. Como fazê-lo, é um problema. Os procedimentos da escrita da história perdem-se, no trabalho de reflexão sobre os fundamentos da ciência da história, na ambigüidade de um processo não esclarecido. Esse processo é realizado com naturalidade, recebe reconhecimento público e não raro é premiado. No entanto, se comparada com o cuidado metodológico aplicado à pesquisa, a práxis historiográfica profissional mostra-se infensa a um regramento análogo. Ela é atribuída a um engenho de competência literária, cuja importância não é discutida, mas que não obstante se encontra numa relação confusa com a profissionalização da pesquisa histórica.

A relação confusa entre cientificidade e arte historiográfica, contudo, não se constitui necessariamente, para a teoria da história, em desvantagem. Ao revés, essa relação pode ser oportuna, enquanto

¹ Carta a Körner, de 8 de janeiro de 1788.

² Em K. May. *Der Geist der Llane estakado*. B. Koscinszko (Ed.). Stuttgart, 1984, p. 49.

força produtiva da forma literária, cujo desregramento beneficiaria a ciência da história com maior eficácia de resultados. A ambigüidade da avaliação do que os historiadores fazem e tal duplicidade de padrões de regramento continuam, todavia, a constituir problema, pois atingem a lógica do conhecimento histórico, o estatuto da história como ciência, suas pretensões de validade e a representação de seu papel na vida cultural da sociedade.

Ranke formulou o problema relativo à questão do estatuto da história da seguinte maneira:

A história distingue-se das demais ciências por ser, simultaneamente, arte. Ela é ciência ao coletar, achar, investigar. Ela é arte ao dar forma ao colhido, ao conhecido e ao representá-los. Outras ciências satisfazem-se em mostrar o achado meramente como achado. Na história, opera a faculdade da reconstituição. Como ciência, ela é aparentada à filosofia; como arte, à poesia.³

Ranke via a diferença da ciência da história com respeito à filosofia e à arte no caráter investigativo das operações cognitivas da história: no colher, achar e investigar da heurística, da crítica e da interpretação. Até hoje nada mudou nesse particular. É certo que sabemos mais, entretanto, sobre o “parentesco” entre história e filosofia, pelo menos na medida em que se pode identificar e descrever os procedimentos específicos da pesquisa, da elaboração de teorias e das explicações históricas enquadradas teoricamente.⁴ Restam, contudo, questões abertas sobre o “parentesco” entre a pesquisa histórica e a arte, sobre o significado da “faculdade da reconstituição” da historiografia com relação à racionalidade metódica da pesquisa histórica, sobre a historiografia lançar mão dessa faculdade, deixando de lado princípios racionais. Por um longo período essas questões não foram prioritárias para a ciência da história. Ranke, por exemplo, considerava que importava, antes de tudo, “investigar

cuidadosamente o individual”, ficando o resto “ao Deus dará”. Ele via a formatação historiográfica do saber obtido pela pesquisa, pois, como uma consequência automática da pesquisa. O potencial crítico da pesquisa foi sempre energicamente contraposto à “densidade” de uma tradição historiográfica, que recorresse aos meios da ficção literária para representar processos históricos.⁵ Com respeito a essa questão, o debate no campo da teoria da história trata o problema da formatação do saber histórico considerando argumentos lingüísticos como decisivos para o estatuto cognitivo e para a função cultural do pensamento histórico, daquele decorrente.

A historiografia foi posta à luz de um princípio que coloca a pesquisa e suas operações metódicas na sombra da uma racionalização meramente secundária, a serviço das constituições primárias de sentido de cunho poético ou retórico. Afinal: a historiografia é função da pesquisa ou a pesquisa é função da historiografia?

Considero essa alternativa improdutiva, pois trata de fatores essenciais e originários da matriz disciplinar de modo que o esclarecimento de um levaria ao obscurecimento do outro. Ora, a questão está em analisar o construto complexo de suas relações sistemáticas como base de um trabalho de conhecimento histórico consistente. Para tanto, necessita-se de início pôr a questão das formas da apresentação histórica, de modo a ir além da órbita dos princípios da pesquisa histórica, no interior da qual a pretensão de cientificidade da história costuma confinar a autocompreensão dos historiadores.

Em um estágio anterior da evolução da ciência, pesquisa e apresentação podiam ser subsumidas sob um mesmo conceito abrangente de método. Na primeira versão de sua *Teoria da história*, Droysen ainda considerava a apresentação como uma operação cognitiva que poderia ser associada sem restrições à operação interpretativa.⁶ No entanto, quanto mais se refinava a análise do

³ L. von Ranke. *Die Idee der Universalhistorie* (1835). *Vorlesungseinleitungen*. V. Dotterweich (Ed.); W. P. Fuchs (*Werk und Nachlass*, v. 4), München, 1975, p. 72.

⁴ Ver II, 23 s.

⁵ Cito as críticas de Ranke ao que ele considerava as “falsas narrativas” de Guicciardini. L. von Ranke. *Zur Kritik neuerer Geschichtsschreibung*. 2. ed. Leipzig, 1874, p. 24.

⁶ Ver J. Rüsen. Bemerkungen zu Droysens Typologie der Geschichtsschreibung, em R. Koselleck et alii (Org.). *Formen der Geschichtsschreibung* (14), p. 192-200.

regramento do conhecimento histórico, que o define como processo de pesquisa, tanto mais se distinguia dele a apresentação, como uma operação de tipo próprio. Essa distinção consiste no fato de que a pesquisa se refere por princípio aos conteúdos da experiência do passado e de que a apresentação histórica se dirige ao público do presente. Essa relação com o público-alvo confere ao fator “formas da apresentação” sua especificidade e seu peso próprio no processo do conhecimento histórico. É com ele que a historiografia se organiza, de acordo com regramentos próprios, distintos dos aplicados à pesquisa.

No que segue, gostaria de desenvolver, inicialmente, essa distinção de princípio entre a formatação historiográfica e a pesquisa histórica. É certo que, para isso, não basta remeter à circunstância de o saber histórico estar marcado pela relação que sua formatação tem com o público-alvo e ao modo como isso ocorre. A remissão da historiografia à pesquisa não pode faltar, pois é com ela que a historiografia se articula para corresponder à pretensão de validade do saber histórico, que reproduz em si como resultado da pesquisa. Não se trata, entretanto, apenas de expandir a riqueza e a variedade das possibilidades historiográficas de apresentação dos resultados da pesquisa nem meramente de explicitar seu caráter literário. A questão não está numa falta eventual de conhecimentos em teoria da literatura, mas sim em um ponto sistemático: no âmbito da teoria da história, da ciência da história que reflete sobre seus fundamentos com o fito de especificar e sustentar sua pretensão própria de racionalidade como ciência. Nesse contexto, racionalidade é entendida como a súpula dos princípios cognitivos que asseguram a validade. Isso se aplica igualmente ao fator da formatação historiográfica do saber histórico. A teoria da literatura interessa-se pelas possibilidades estéticas, pelas propriedades e pela qualidade da historiografia. Um tal interesse pode facilmente deixar de lado a especificidade da razão metódica que constitui a ciência. Por esse motivo, a teoria da história deve ocupar-se, em primeiro lugar, de investigar essa racionalidade na historiografia.

Não obstante, convém evitar a alternativa improdutiva “ciência ou literatura” e renovar a proposta rankeana da unidade de ciência e

literatura. Por isso, a primeira questão a ser trabalhada, quanto à formatação historiográfica, é a dos processos elementares e gerais da constituição histórica de sentido, nos quais a consciência histórica elaborava e produz suas lembranças. Minha intenção é, pois, de investigar “pela base” a distinção entre elementos científicos e elementos literários do conhecimento histórico, ao examinar seus fundamentos na vida prática. Em primeiro lugar, cabe explicitar a formatação historiográfica como um modo prático de operar da consciência histórica, que se apresenta na forma de narrativa histórica. Ao examinar essa formatação, quero concentrar-me no espectro dos modos especificamente históricos de constituir sentido acerca da experiência do tempo. Essa constituição de sentido será qualificada mediante uma tipologia da narrativa histórica. A tipologia permitirá ordenar e caracterizar categorialmente as múltiplas formas da historiografia. Somente com o quadro dessa tipologia se consegue identificar como se apresenta, na historiografia, o ganho de racionalidade obtido pelo pensamento histórico mediante os procedimentos da pesquisa. Para concluir, examinarei a questão de como os resultados da pesquisa se consolidam nos processos narrativos de constituição de sentido realizados pela consciência histórica, cujas formas próprias serão articuladas tipologicamente.

Pesquisa histórica e historiografia

Historiografia como problema teórico

A pesquisa e a historiografia são dois lados, mas também duas fases do processo histórico do conhecimento. Distingui-los é um mero artifício. Toda pesquisa tem por objetivo transformar-se em historiografia, não só porque seus resultados necessitam ser expressos em linguagem, mas também porque eles funcionam como componentes de uma história e assim são vistos. As questões resolvidas pela pesquisa estão sempre enquadradas em histórias. Elas servem para esclarecer processos temporais em contextos abrangentes de uma apresentação que articula o passado, o presente

e o futuro em um construto significativo que funciona como referência prática de orientação no tempo.⁷ Inversamente, não há historiografia que não pretenda ser verdadeira, o que a remete forçosamente à pesquisa.

Por mais que a pesquisa e a historiografia se entrelacem ou sejam lados de uma mesma coisa, é perfeitamente plausível distingui-las (mesmo se forma abstrata) como duas fases do processo histórico de conhecimento. Essa distinção se baseia nos dois princípios já mencionados: no princípio da relação à experiência (que o conhecimento histórico mantém na pesquisa) e no princípio da relação ao público-alvo (na apresentação histórica). Ambos os princípios determinam os aspectos formais do conhecimento histórico. Na pesquisa, trata-se de uma *forma cognitiva*, de uma estrutura de pensamento, baseada nas regras dos procedimentos adotados para lidar com a experiência, ou seja, em princípios metódicos. Na apresentação, trata-se de uma *forma expressiva*, de formatação lingüístico-“literária”, baseada nas regras dos procedimentos adotados para lidar com o interesse histórico, ou seja, em princípios estéticos e retóricos.

Ambos os aspectos formais aparecem sempre juntos. Por que então existiria um problema da relação de um com o outro (sobretudo se for algo que vá além da generalidade e da radicalidade do problema do pensar e falar, que obviamente escapa à teoria da história)? Para a problemática dessa relação há razões mais históricas do que lógicas. No processo de cientificação do pensamento histórico, a pesquisa tornou-se autônoma, como construção própria às instituições acadêmicas. A investigação dos fatos históricos e a fundamentação de sua facticidade são elementos de toda historiografia (mesmo se ocorre grande variação, ao longo do tempo e na diversidade das culturas, sobre o que se entende por facticidade e sua plausibilidade). Com a ciência da história, contudo, a pesquisa ganhou peso próprio no processo do conhecimento histórico. A formatação historiográfica dos resultados da pesquisa, no entanto, pareceu secundária, até mesmo mera função da pesquisa. Como a cientificidade do conhecimento histórico foi identificada com seu

caráter investigativo, o processo de formatação historiográfica pareceu ser algo externo à ciência. A expressão anti-retórica de Ranke, “a verdade nua, sem nenhum ornamento”,⁸ subentendia que o resultado decisivo, obtido pela constituição de sentido operada pelo conhecimento histórico, decorre do processo de pesquisa. Como se tratava de estabelecer empiricamente o contexto histórico específico dos fatos do passado, obtidos pela crítica das fontes, não sobrava nada de bem específico para a apresentação, do ponto de vista cognitivo. Essa apresentação deveria contentar-se em dar forma adequada à facticidade investigada.

Não obstante, essa forma se destacou por uma qualidade literária tão peculiar, que a *História de Roma* de Theodor Mommsen veio a ser agraciada com o Prêmio Nobel de Literatura, em 1902. Isso em nada atenua, todavia, que a autocompreensão dos historiadores profissionais considere suspeitos todos os elementos e fatores da formatação historiográfica que não se relacionem diretamente com a pesquisa. Esses elementos e fatores estariam contaminados pelo gosto da literatura acientífica. A estrita relação à pesquisa é o único critério adequado à história como ciência a ser levado em conta quando se aborde a historiografia.⁹ Mesmo a mais elaborada teoria da ciência da história no âmbito do historicismo, a *Tópica* de Droysen, estabelece uma tipologia das formas historiográficas que, ao fim e ao cabo, se baseia no pressuposto de que todas as operações cognitivas da interpretação histórica estão relacionadas às diversas dimensões da consciência histórica dos destinatários.¹⁰ O que houvesse de literário, mediante o qual as formas historiográficas se distinguiriam dos procedimentos concretos da pesquisa histórica, conteria um elemento próprio de conhecimento não redutível à forma cognitiva da pesquisa, ao qual a estética filosófica se aplicaria. Esse componente literário sempre aparece como fonte

⁸ L. v. Ranke. *Zur Kritik neuerer Geschichtsschreibung* (ver nota 8), p. 24.

⁹ Acerca dessa reflexão ver a investigação pioneira de H.-J. Pandel. *Mimesis und Apodeixis* (14).

¹⁰ Ver J. Rüsen. *Bemerkungen zu Droysens Typologie der Geschichtsschreibung*. In: R. Koselleck et alii (Org.). *Formen der Geschichtsschreibung* (14), p. 192-200; W. Schieffler. *Theorien der Geschichtsschreibung* (14).

⁷ Ver mais pormenores em I, 56 ss.

de inquietação e de dissensão na autocompreensão dos historiadores profissionais. Desde a controvérsia entre Bury e Trevelyan, na virada do século XIX para o século XX,¹¹ encadeia-se até hoje uma polêmica constante, na qual o caráter especificamente científico e baseado nos procedimentos da pesquisa da historiografia é contraposto à sua qualidade estética como produto e manifestação da formatação lingüística que elabora. Exemplos recentes dessa polêmica são o debate entre Golo Mann e Hans-Ulrich Wehler,¹² o livro de Lawrence Stone sobre o retorno da narrativa, assim como as discussões que provocaram.¹³

No debate mais atual sobre o estatuto científico da história e sua proximidade com a arte, a contraposição das perspectivas aplicáveis ao ofício do historiador acentuou-se fortemente. De um lado, tem-se uma consciência crescente da ciência da história acerca de suas pretensões de racionalidade. Essas pretensões se fundam nas conquistas do método analítico e no emprego de construtos teóricos para uma reconstrução explicativa do passado. Nesse sentido, o caráter artístico da historiografia seria (mais) um resquício de tradições historiográficas não superadas. A racionalidade metódica contrapõe-se à formatação estética. “*It will never be literature*” [Nunca será literatura!] – essa exclamação de um representante da New Economic History [nova história econômica] assinala a contraposição.¹⁴

De outro lado, cresce a aceitação de que não se tem como abandonar os elementos narrativos na apresentação da história (“narrativo” entendido aqui como uma forma possível de apresentação historiográfica, dentre outras).¹⁵ Além disso, ao se examinar mais de perto

¹¹ Documentado em F. Stern (Ed.). *Geschichte und Geschichtsschreibung. Möglichkeiten, Aufgaben, Methoden. Texte von Voltaire bis zur Gegenwart*. München, 1966, p. 214-252.

¹² J. Kocka; T. Nipperdey (Ed.). *Theorie und Erzählung in der Geschichte (Theorie der Geschichte. Beiträge zur Historik, v. 3)*. München, 1979, p. 17-62.

¹³ L. Stone. The revival of narrative: reflections on a new old history. *Past and Present*, 85, 1979, p. 3-24; E. J. Hobsbawm. The revival of narrative: some comments. *Past and Present*, 86, 1980, p. 3-8.

¹⁴ L. E. Davis. The new economic history: a critique. In: R. L. Andreano (Ed.). *The new economic history: recent papers on methodology*. Nova York, 1970, p. 65.

¹⁵ A *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft* dedicou a esse tema um número especial: 34, 1986, n. 2.

essa questão, encontra-se que um significado especial é atribuído à estrutura narrativa do saber histórico. Essa estrutura diz respeito à peculiaridade lógica do conhecimento histórico. Acresce que um olhar mais detido sobre as operações narrativas da consciência histórica traz à luz fatores do conhecimento histórico que dificilmente podem ser reduzidos à concepção corriqueira de racionalidade científica (desenvolvida obviamente a partir do paradigma das ciências naturais matematizadas). Os critérios de sentido decisivos para o pensamento histórico, com os quais acontecimentos passados são ordenados em um contexto especificamente histórico (*post festum*), possuem uma qualidade especial. Hayden White os descreveu como “poéticos” e alcançou, com isso, uma influência altamente benéfica sobre o debate na teoria da história.¹⁶ Com essa peculiaridade narrativa ou até poética, o pensamento histórico protege-se de sua subsunção a uma concepção unitária da ciência, dependente de uma racionalidade nomológica. O ângulo lingüístico dessa concepção de (meta)teoria da ciência histórica vale para os procedimentos lingüísticos mediante os quais os fatos obtidos das fontes pela pesquisa adquirem seu sentido histórico específico. Esse sentido se constitui na conexão narrativa que os articula, transformando assim “passado” em “história”. Tais procedimentos constituem uma profunda dimensão da historiografia, na qual são evidentes surpreendentes pontos em comum com as formas literárias da constituição de sentido. Na interpretação e apresentação, pela ciência da história, dos contextos históricos, consolidam-se os modos fundamentais de atribuição de sentido, pela linguagem, a fatos que vinham sendo consignados praticamente só em textos literários. Hayden White classificou tipologicamente esses modos como metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Interpretou-os como “tropos” da constituição histórica de sentido.¹⁷ São eles que, afinal, determinam a interpretação dos fatos obtidos pela crítica das fontes. Eles conferem ao contexto temporal desses fatos seu sentido especificamente histórico. À luz de uma tal concepção, a pesquisa aparece como mera racionalização de

¹⁶ H. White. *Metahistory* (14), *Tropics of discourse* (15), *The content of the form* (15).

¹⁷ H. White. *Metahistory* (14), p. 31 s.

tais atribuições de sentido. A pesquisa é então submetida ao crivo de princípios lingüísticos que integrariam doravante o estoque de instrumentos de qualquer ser humano em sua relação lingüística com o mundo e em sua auto-interpretação. Esses princípios precederiam e fundamentariam os procedimentos metódicos da pesquisa.

A afirmação de que os pontos de vista determinantes da interpretação histórica são critérios poéticos de sentido abalou fortemente o estatuto científico da história. Essa afirmação decorre quase inevitavelmente da concepção tradicional de ciência, que a ciência da história utilizou para distinguir-se de sua tradição pré-científica, retórica. Com essa concepção, a pesquisa histórica garante uma facticidade pela qual as apresentações historiográficas relacionadas com a pesquisa se diferenciam substantivamente das produções literárias. Ficção é o conceito que se opõe a essa facticidade, de modo a referir o caráter “literário” ou “artístico” das constituições não-científicas de sentido na narrativa. Facticidade contra ficcionalidade – é disso que se tratava ontem, é disso que se trata hoje. Apenas o significado do ficcional modificou-se radicalmente: deixou de ser o “outro”¹⁸ do histórico, mas seu próprio fundamento, ao menos uma parte essencial dele.

A ciência da história fiou-se longo tempo em sua capacidade de obter, das fontes, fatos (informações) comprováveis intersubjetivamente (por certo não se pode colocar em dúvida os resultados da crítica das fontes). Isso conduziu, no entanto, a conferir, ao contexto construído pela interpretação histórica a partir dos fatos sustentados pelas fontes, uma facticidade semelhante à que se reconhece a estes. A presunção “factualista” da crítica das fontes transferiu-se para interpretação propriamente histórica do passado. Com isso, a ciência da história usufruiu do prestígio cultural das ciências naturais entendidas como positivistas e empiristas.¹⁹ Em uma tal concepção da ciência não têm lugar, naturalmente, critérios de sentido que

¹⁸ Ver R. Barthes. *Die Historie und ihr Diskurs* (14); H. R. Jauss. Der Gebrauch der Fiktion in Formen der Anschauung und Darstellung der Geschichte. In: R. Koselleck et alii (Org.). *Formen der Geschichtsschreibung* (14), p. 415-451.

¹⁹ Um exemplo típico encontra-se em B. H. v. Sybel. *Über die Gesetze des historischen Wissens* (1864). *Vorträge und Aufsätze*. Berlin, 1874, p. 1-20.

correlacionem o significado da facticidade do passado com os problemas de orientação do presente, submetidos a regras. No âmbito de uma concepção restrita de ciência, como a positivista-empirista, esses pontos de vista só podem valer como não-científicos ou externos à ciência. Eles são confinados na esfera da atribuição de sentido e da auto-interpretação que, como arte, compensa, com atribuições de sentido e significado, a neutralidade valorativa da ciência.

A teoria contemporânea da literatura igualmente se fiou amplamente na possibilidade de questionar a pretensão de cientificidade da história, mediante o mito da facticidade da história que se obtém a partir de dados adquiridos, interpretativamente, pela crítica das fontes.²⁰ Sua crítica continua na dependência de uma concepção positivista da ciência. Não se levou em conta que esse positivismo não é apropriado a descrever adequadamente as operações metódicas determinantes da história como ciência. Se a interpretação da realidade depender exclusivamente da alternativa entre facticidade dos dados das fontes e ficcionalidade dos contextos de sentido e significado, então a operação cognitiva da pesquisa especificamente histórica, a interpretação, deve ser vinculada à segunda opção. Só assim é que se pode opor o caráter poético-retórico ao caráter científico da ciência da história.

A própria pesquisa já produz sentido em seu procedimento de interpretação. Por esse motivo, é possível caracterizar, até certo ponto, como “ficções” os contextos históricos reconstruídos pela pesquisa, por contraste com a facticidade dos dados obtidos pela crítica das fontes. Isso só é admissível, contudo, quando se admite um conceito duvidoso de realidade, que a define como facticidade pura (sem sentido ou significado) de dados ou informações. O que se ganha, no entanto, com isso? Mesmo com o entendimento de que o contexto histórico possui um outro estatuto ontológico do que o fato obtido das fontes, a interpretação não deixa de ser uma operação especificamente científica. O historiador se beneficia do brilho poético da constituição narrativa de sentido inclusive quando, como pesquisador, lida com as fontes de metódica e regradamente. Deve sobrar

²⁰ Assim por exemplo R. Barthes. *Die Historie und ihr Diskurs* (14).

ainda, para a historiografia, alguma coisa desse brilho, para produzir uma constituição narrativa de sentido próprio, peculiar. Colocar problemas, nos quais a pesquisa e a apresentação absorvem uma a outra ou se instrumentalizam mutuamente, é improdutivo. A pesquisa e a apresentação devem ser vistas, analisadas e entendidas como dois processos distintos de um mesmo procedimento abrangente e diferenciado de constituição narrativa do sentido da experiência do tempo. Suas diferenças podem ser abordadas produtivamente com a questão de que pontos de vista ou regramentos são necessários para a realização respectiva da constituição narrativa de sentido pela pesquisa e pela historiografia.

Estética e retórica no discurso da historiografia

Pesquisa é o processo da constituição narrativa de sentido, no qual a relação à experiência, presente em todo pensamento histórico, se exprime de maneira a que essa constituição de sentido adquira determinada *relevância cognitiva*. Essa relevância cognitiva consiste em um grau elevado do conteúdo empírico e da forma explicativa das histórias. Relacionadas à pesquisa, elas são narradas de maneira a serem mais bem fundamentadas empiricamente e explicadas teoricamente.

A apresentação historiográfica é, por conseguinte, um modo da constituição narrativa de sentido, no qual domina o fator da relação ao público-alvo, de dirigir-se a alguém mediante o pensamento histórico (que, aliás, sempre é pensado para alguém, para um público ou para um grupo de pesquisadores, por exemplo). É determinante desse modo e de sua especificidade científica o ponto de vista da *relevância comunicativa*. Ela diz respeito à receptividade das histórias. Ela consiste em que a recepção do saber histórico apresentado pela historiografia possa ocorrer, na vida prática, de modo sustentável.

Essa “inserção na vida” a que se destina todo saber histórico – seja mediado como for – é tratada hoje em dia pela categoria do “discurso”. O discurso histórico é o tipo de discurso em que “subsiste” o saber histórico, isto é, em que aparece como parte integrante da

orientação existencial, constituindo um elemento essencial da relação social na vida humana prática. No discurso histórico, o saber histórico torna-se um fator da cultura da interpretação, um meio da socialização e da individuação. Como discurso, atua sobre o modo como as condições atuais da vida são experimentadas, interpretadas e, à luz das interpretações, gerenciadas praticamente.

Relevância comunicativa significa que o saber histórico pode exercer essa função mediante seu tipo de apresentação, de forma bem engajada e muito bem sucedida. A “verdade nua”, que Ranke havia definido como objetivo da pesquisa para o saber histórico,²¹ deve ser entendida da seguinte forma: esse saber deve estar formulado de tal modo que possa inserir-se nos processos culturais da vida humana prática, que lida com a experiência, a interpretação e a gestão das mudanças no tempo. A historiografia tem de apresentar (mediante a pesquisa) o tempo interpretado de maneira que se torne parte da vida, que recebe dela direcionamento temporal efetivo, ao ser transposta para as intenções concretas do agir dos sujeitos. Essa vivência, essa participação do saber histórico na mobilidade cultural da vida prática humana, aparece na historiografia como coerência estética e retórica da apresentação histórica.

Os termos “estética” e “retórica” carecem de explicitação. Ambos devem exprimir o que se passa quando se formata historiograficamente o saber histórico, na medida em que essa formatação é mais da que se dá no pensamento histórico durante a pesquisa, e é diferente dela.

“Estética” designa aqui duas coisas: um plano e uma intenção, mediante os quais qualquer pessoa é interpelada pela apresentação histórica. É estético o plano pré-cognitivo da comunicação simbólica, sobre o qual têm de se basear construtos cognitivos como o conhecimento e o saber, na medida em que influenciam culturalmente a vida de uma sociedade ou de um indivíduo. O elemento estético da formatação historiográfica permite a percepção do saber histórico, abre-lhe a possibilidade da imediatez e da força de convencimento da percepção sensível.

²¹ Ver p. 23 e nota 6.

O que se entende por isso pode ser exemplificado de maneira bastante trivial. No ensino de história, o saber histórico pode vir a ser percebido pelas alunas e pelos alunos como um ramo morto de sua árvore do conhecimento. Aparece, assim, como massa de informações a serem decoradas e repetidas para satisfazer os professores, com o mero objetivo de tirar boas notas. Perde qualquer valor relativo no modo como as crianças e os jovens pensam seu tempo, sua vida e seu mundo. Em momentos de crise, até mesmo professores de história chegam a admitir que muitos dos conteúdos tratados nas aulas possuem esse caráter disfuncional e que dificilmente desempenharão qualquer papel decisivo em situações concretas da vida, posteriormente. De outro lado, tem-se – para a satisfação dos professores – a experiência de que o saber histórico pode contribuir para a auto-afirmação e autocompreensão das crianças e dos jovens ao longo do tempo de suas vidas próprias. Ademais, a sabedoria pedagógica universal adverte que essa inserção do saber histórico depende em grande parte de seu tratamento comunicativo em sala de aula. É-lhe necessário desenvolver uma vivacidade que conduza seus destinatários a vê-lo e apropriá-lo como parte de sua vida pessoal. O termo “estética” exprime, pois, que essa vivacidade possui uma dimensão pré-cognitiva e uma dimensão metacognitiva, nas quais as formas cognitivas e os conteúdos do conhecimento histórico têm de estar enraizadas, se sua interpretação do tempo busca ter influência sobre as disposições mentais profundas do agir.

Um outro exemplo: a crítica da “frieza”, que certos historiadores do cotidiano dirigem à história social que recorre às teorias, diz respeito à sua capacidade de lograr tal enraizamento. Trata-se, ao final de contas, de um argumento estético, que remete à relevância comunicativa do saber histórico e não, em primeiro lugar, à relevância cognitiva. Por esse motivo, não deve ser debatido apenas no plano da pesquisa, mas antes no da historiografia.

A dimensão estética da historiografia consiste na inclusão, na formação do saber histórico, de elementos lingüísticos que se referem a dimensões pré e extracognitivas do discurso histórico. Com esses elementos a subjetividade dos destinatários é interpelada no plano em que lida com a força sensorial, simbólica e representativa

da relação com o mundo, da auto-expressão e da autocompreensão. Não se trata mais apenas da qualidade literária dos textos historiográficos. A questão está agora na força interpeladora do discurso, na qual, em última instância, também reside a qualidade literária desses textos. Ela torna viável a aptidão a apresentar as constituições de sentido de maneira que suscitem, nos destinatários, sua própria capacidade de constituir sentido, o que leva à ampliação e ao aprofundamento de sua competência para tanto.

Temos assim já um segundo significado para o termo “estética”. É o que consigna uma determinada intenção da formatação historiográfica no plano pré e extracognitivo. Essa intenção relaciona a percepção sensível e a força das representações imagéticas, como fontes da vida prática do saber histórico, aos conteúdos cognitivos da apresentação histórica. Essa relação se dá de maneira a que o entendimento histórico das energias da vida prática atue de modo *libertador*, sempre que haja interesse em agir. Com suas propriedades estéticas, a historiografia não apenas enraíza o saber histórico nas dimensões intencionais profundas da vida prática humana, como produz também o entendimento histórico como compensação das coerções do agir, possibilitando assim uma relação livre e incondicionada dos destinatários com sua memória histórica. A intenção da estética de fomentar a liberdade provém da filosofia clássica da arte (Kant, Schiller, Hegel).²² Ela pode ser mostrada também como elemento formador da historiografia. Seus efeitos aparecem quando o saber histórico está a tal ponto enraizado nos impulsos intencionais da vida prática, que a memória histórica se abre a representações do passado não predeterminadas. Os elementos estéticos da historiografia introduzem o saber histórico como fator de libertação na motivação para o agir, que depende das memórias históricas. As coerções tornam-se assim tão visíveis, que podem ser vencidas. A subjetividade dos destinatários é inserida no movimento de participação ativa na memória, do que extrai sua força criativa para dar forma ao futuro. Dá-se pela historiografia uma espécie de

²² Acerca da estética de Hegel, ver minha interpretação em J. Rüsen. *Ästhetik und Geschichte* (15), p. 41 s.

catarse da memória. Por seu intermédio, os destinatários alcançam um entendimento aprofundado de si mesmos e de sua historicidade. Ganham, ademais, uma motivação para agir, na qual seu próprio eu se vê liberado das coerções decorrentes de um passado incompreendido no presente, que pesaria como um lastro. Uma catarse assim libertadora e estimulante se funda na coerência estética da formatação historiográfica.

Gostaria de explicitar esse ponto recorrendo aos exemplos já trazidos. O saber histórico pode ser aproximado das crianças e dos jovens, como meio de sua orientação existencial, de diferentes maneiras. Eles podem ser manipulados para assumir atitudes políticas determinadas, com as quais se entregam incondicionalmente aos poderes dominantes. Essa vivência do saber histórico seria um fracasso estético. Inversamente, eles podem se tornar senhores de si nas atitudes que assumam com relação aos poderes dominantes, habilitar-se para serem eles mesmos a darem forma a suas vidas. Um saber histórico com essa força de vida seria um sucesso estético. Quanto ao argumento estético, de que o uso analítico de teorias levaria ao “esfriamento” da relação com a experiência histórica, deve-se insistir em que o “calor” exigido, como proximidade da vida prática e da experiência pessoal, só pode ser historiograficamente plausível se aprofundar e ampliar o entendimento histórico, e não às suas custas.

Na estética clássica,²³ o processo pré-cognitivo da subjetividade humana, no qual são produzidas as impressões sensíveis, é caracterizado como um movimento espontâneo da imaginação, que ocorre sem se opor às operações cognitivas intelectuais e conceituais da consciência. Pelo contrário: o movimento da imaginação é considerado como um complemento, quando não um pressuposto da produção de conhecimento. Dentre as funções de complemento ou de fundamento das operações estéticas da consciência cabe destacar o peso estético específico que a formatação historiográfica adquire sobre a pesquisa histórica. Não se pode esquecer, todavia, que

²³ Penso sobretudo na *Crítica do juízo* (1790), de Kant, e em Schiller (*Über die ästhetische Erziehung des Menschen, in einer Reihe Von Briefen*, 1795).

a imaginação representativa da consciência histórica está sempre limitada – enquadrada mesmo – sistematicamente pela relação da pesquisa à experiência. Herder bem retratou esse limite: “O poeta é sufocado se o olharmos como historiador”.²⁴ A formatação historiográfica está sempre estruturalmente enquadrada por um limite que fica aquém da imaginação, que produz sentido estético sempre em excesso utópico.

Esse limite não pode ser caracterizado pela distinção entre facticidade e ficcionalidade, pois a articulação entre sentido e significado dos fatos do passado vai além de sua facticidade. Justamente se se desejar considerar a facticidade pura de que determinada ocorrência foi o caso em determinado tempo e lugar, de determinada maneira por determinadas razões, como a essência da facticidade histórica, então o especificamente histórico dessa facticidade estará sendo tratado não factual, mas ficcionalmente. No entanto, se “ficcional” devesse significar que o contexto histórico dos fatos não possui facticidade alguma, desapareceriam os limites à imaginação utópica no pensamento histórico. Não faria mais sentido, então, discutir e criticar as interpretações históricas desde o ponto de vista de saber em que medida lidam ou não com a experiência histórica.

Ora, uma história não é narrada sob a pressão esquizofrênica de ser ou a pura facticidade das informações das fontes, de um lado, ou a imaginação ficcional de seu caráter histórico. Sua facticidade própria, muito mais real do que a facticidade dos dados das fontes, encontra-se na forma em que o passado se torna um elemento influente na vida humana prática no presente. A memória histórica não catapulta representações imaginárias, por passe de mágica, de um passado factual longínquo para a proximidade da orientação concreta do agir humano. Ela se esforça, isso sim, e por vezes com grande dificuldade, por amenizar, mediante o trabalho interpretativo da consciência histórica, o peso determinante do passado sobre a vida presente e suas perspectivas de futuro. A consciência histórica tem por objetivo, pois, extrair do lastro do passado pontos de vista e perspectivas para a orientação do agir,

²⁴ *Obras*, ed. B. Suphan, v. 11, p. 76.

nos quais tenham espaço a subjetividade dos agentes e sua busca de uma relação livre consigo mesmos e com seu mundo. Essa liberdade e a qualidade estética mencionada acima são entendidas como metas da apresentação histórica.²⁵

A pressão do passado sobre os pressupostos e as circunstâncias da vida humana prática atual é tão real quanto o são os elementos intencionais dessa práxis, com os quais os indivíduos buscam transformar tal pressão em impulsos de seu agir autônomo. Essa realidade atravessa a distinção entre facticidade e ficcionalidade no processo de memória da consciência histórica. O limite das possibilidades estéticas da apresentação histórica está no ponto em que a imaginação simbólica da interpretação do mundo, da autocompreensão e da autoconcepção descole dessa realidade e introduza uma dimensão utópica do tempo na determinação do sentido do agir e o transforme em simulação.²⁶ Naturalmente, esse limite separa, do potencial estético da constituição histórica de sentido, todos os campos da constituição estética de sentido, na medida em que estes se subtraíam à pressão experiencial dos processos temporais reais, liberando a imaginação.

A coerência formal com que a historiografia leva em conta a relevância comunicativa, necessária ao processo de constituição de sentido pela consciência histórica, não se esgota na qualidade estética. A categoria da estética é demasiado estreita. Desconectada da qualidade parautópica de sua ultrapassagem da realidade pela imaginação, a estética estreita a visão da constituição de sentido produzida pela formatação historiográfica. Só com ela não é possível explicitamente suficientemente o que a categoria da *retórica* representa para a historiografia.

Nessa categoria encontra-se a relação pragmática à realidade, na qual o potencial significativo da historiografia se distingue não negativa, mas positivamente das constituições “puramente” estéticas de sentido na arte (entendidas como ultrapassagem da realidade pela imaginação). Embora as dimensões estética e retórica das constituições narrativas de sentido sempre se superponham, a intenção

²⁵ Ver p. 30.

²⁶ Isso não quer dizer que os construtos utópicos de sentido não possam gerar impulsos produtivos para a historiografia. Ver p. 135 s.

de surtir efeito sobre os destinatários, própria a toda formatação lingüística do saber histórico, é mais bem-apreendida pela categoria da retórica do que pela categoria da estética. Esta ocupa-se mais da eficácia ou do potencial que possa alcançar por força de seus componentes imaginativos. A qualidade retórica de um texto historiográfico está, ao invés, em sua estrutura de interpelação, na maneira e na forma com que motiva o destinatário a conceber intenções que se desdobram em sua disposição para agir (com relação a si ou a outros). Essa relação às disposições para o agir e à autoconcepção prática é assegurada pela forma significativa com que uma determinada interpretação da experiência do tempo é expressa pelos modos lingüísticos, que são, simultaneamente, os modos práticos de promover orientação para o agir e constituição de identidade. A retórica da historiografia articula a linguagem do saber histórico à linguagem falada pelos próprios destinatários. Com outras palavras: a linguagem que sempre falaram, pois sua relação consigo mesmos e com o mundo está fundamentalmente determinada pelas interpretações do tempo, pelas atitudes quanto às experiências do tempo, por modelos de interpretações do tempo. “*Tópos* histórico” é o termo que se utiliza para designar os tipos de discurso ou de linguagem que conectam os historiadores e seu público-alvo, nos quais o agir e a constituição da identidade são orientados no tempo.²⁷

Ao utilizar a designação “*tópos*” para caracterizar sua reflexão sobre a historiografia, a teoria da história afirma que o ponto de vista da relevância comunicativa, determinante da historiografia, aponta para o papel que o saber histórico desempenha no discurso cultural da respectiva sociedade. “Retórica” é toda e qualquer historiografia, uma vez que está sempre determinada pelas intenções de seu autor, dirigidas aos seus destinatários potenciais. Essa intencionalidade pode ser mais bem explicitada: ela se dirige (evidentemente pelos mais diversos graus de mediação) ao ponto da vida humana prática,

²⁷ Acerca da tópica e da retórica, em geral, ver o instrutivo panorama de L. Fischer. Topik, Rhetorik. In: H. L. Arnold; V. Sinemus (Ed.). *Grundzüge der Literatur- und Sprachwissenschaft*, v. 1: *Literaturwissenschaft*, München, 1973, p. 134-156, 157-164. Para os fundamentos, ver Bormscheuer. *Topik* (15). Uma visão de conjunto do debate atual está em Breuer; Schanze, Ed. *Topik* (15).

em que os significados do tempo interpretado exercem uma função de orientação prática da relação dos sujeitos consigo mesmos e com o mundo. Essa teleologia retórica manifesta-se nos modos “tópicos” do discurso historiográfico, no uso de modelos históricos de pensamento e de argumentação, que possuem um papel decisivo na gestão da vida prática. Um *tópos* articula “a intenção de sistematizar e a vontade de convencer de maneira não-impositiva”.²⁸ A tópica da historiografia demonstra que modelos culturalmente elaborados são utilizados para a interpretação do tempo, e de que modo atuam quando o saber histórico busca ter influência sobre seus destinatários.

Estética e retórica são dimensões da formatação historiográfica, mediante as quais o saber histórico adquire as propriedades com as quais pode “inserir-se na vida”. Na dimensão estética, pela linguagem, que abarca as disposições e intenções pré e extracognitivas dos sujeitos interpelados. Na dimensão retórica, pela teleologia da interpelação, que abarca os modos, modelos e estratégias da argumentação lingüística sempre presentes na orientação prática da vida e na constituição da identidade. Ou seja: abarca o discurso histórico, que opera como código cultural em uma dada sociedade.

A relevância comunicativa da historiografia expressa-se na coerência estética e retórica de cada formatação lingüística historiográfica. Com respeito à dimensão estética, pode-se chamar essa coerência de “beleza”. Com respeito à dimensão retórica, pode-se chamar essa coerência de “eficácia”. Presta-se, assim, homenagem à conhecida classificação das funções da poesia por Horácio, reconhecendo o *prodesse* e o *delectare*. A formatação historiográfica é coerente esteticamente se apresenta o saber histórico com as expressões lingüísticas significativas que satisfaçam à carência de sentido e à capacidade de constituir sentido dos destinatários. Algo semelhante vale para o critério historiográfico da coerência retórica: ele é satisfeito por formatações que respondam aos sujeitos interpelados justamente no ponto em que agem praticamente por referência à constituição histórica de sentido.

²⁸ D. Harth. Strukturprobleme der Literaturwissenschaft. In: D. Harth; P. Gebhardt (Ed.). *Erkenntnis der Literatur. Theorien, Konzepte, Methoden der Literaturwissenschaft*. Stuttgart, 1982, p. 7.

Como se relacionam a estética e a retórica da historiografia? A resposta mais comum a essa pergunta é que uma dimensão está subordinada à outra e dela depende. Isso decorre da evolução divergente desses dois tipos de reflexão sobre a comunicação humana. A estética desenvolveu-se como uma disciplina filosófica, cuja visão da arte teve um efeito fortemente anti-retórico. A beleza, como qualidade cognitiva particular da percepção sensorial, foi rigorosamente separada da eficácia prática, e mesmo oposta a ela, de modo que a qualidade estética de uma forma de significado seria medida pelo quanto ela evita interferir nas intenções do agir. O desinteresse valia como qualidade essencial da estética. A coerência estética de um construto significativo estaria então em fomentar nos destinatários uma relação de liberdade com as determinações do agir em suas vidas concretas. Ao invés de induzir os sujeitos a agir de determinada maneira, libera-os da pressão para agir e habilita-os a conhecer melhor as circunstâncias de suas vidas, que lhes ficariam veladas na rotina quotidiana do agir por interesse. A coerência estética predispõe para a libertação do sujeito dos constrangimentos para agir. Por sua vez, essa liberação confere às intenções orientadoras do agir uma nova qualidade: entendimento dos contextos de sentido que envolvem o agir, liberdade como motivo e intenção do agir. Essa função libertadora da estética faz a retórica aparecer como um contra-senso, pois ela vincula os destinatários de um significado a determinadas induções a agir, de que a qualidade estética da imaginação os quer justamente libertar.

Diante desse quadro, a retórica tende a conceber a coerência histórica como um *tópos* histórico, que tem por objetivo determinadas disposições para o agir. Isso não é incorreto, na medida em que, pela coerência estética, a referida liberdade de agir é uma qualidade que serve de motivo para agir. E não se trata de uma qualidade qualquer dentre outras, mas a qualidade do agir humano por excelência. Esse motivo suscita um agir em que os seres humanos se vêem mutuamente como fins em si mesmos e não como meios para a realização de fins particulares.

Estética e retórica não precisam se contradizer e tampouco se subordinar uma à outra. Sua articulação é mais bem explanada

assim: a retórica concentra-se, na estética, no efeito que o construto lingüístico de sentido tem no agir, liberando os sujeitos de constrangimentos prévios para determinada ação, fomentado sua reflexão sobre outras formas de ação, dispondo-os, assim, a um agir novo, qualitativamente diferente. Na estética, a retórica torna-se metapragmática: ela faz lidar com o próprio agir, provoca tomada de posição dos sujeitos agentes quanto ao agir, fazendo-os ganhar mais liberdade.

O que significa tudo isso para a historiografia? Trata-se da relevância comunicativa da formatação historiográfica, com a qual ela vai além das intenções práticas de influir (no mais das vezes politicamente), capacitando seus destinatários a entender as circunstâncias temporais de sua vida prática, que admitem outras intenções práticas. A historiografia de Ranke, por exemplo, está sem dúvida alguma impregnada por representações políticas conservadoras, mas sua qualidade estética, tão apreciada, agrada também ao público que assume outras posições políticas. Essa historiografia apresenta-lhe outros entendimentos históricos, que podem ser de interesse mesmo se originada em posturas políticas e interesses divergentes do seu.

A relevância comunicativa da historiografia consiste, pois, em um contexto de mediação entre a coerência estética e a coerência retórica. Nesse contexto, os elementos cognitivos desempenham um papel essencial. Para a teoria da história, à qual interessa explicitar a história como ciência, é decisiva a perspectiva historiográfica em que a fermentação cognitiva de sua relevância comunicativa prevalece. É-lhe necessário colocar a questão da relação da historiografia à pesquisa, como fator de sua coerência estética e retórica. Que papel desempenha a relevância cognitiva, constituída pela pesquisa no pensamento histórico, na relevância comunicativa própria à historiografia?

Consequências da pesquisa

Para poder responder a essa pergunta, é preciso levar em conta o passo que, no processo do conhecimento histórico, vai da pesquisa

à apresentação. A pesquisa, como já foi dito, está tendencialmente sempre dirigida à apresentação. Todo resultado de pesquisa só pode ser entendido como componente de uma história, e só assim a pode produzir. No entanto, essa tendência, essa virtualidade, requer ser transformada em manifestação, em atualidade. Para tornar claro o que ocorre aí, deve-se lembrar, previamente, o que acontece quando a pesquisa se põe em movimento. A pesquisa começa com certas abstrações. Essas abstrações precisam ser compensadas pela historiografia no nível cognitivo do saber histórico alcançado pela própria pesquisa. É fato que a pesquisa se articula com as carências de orientação da vida prática pelas operações cognitivas da heurística. A pesquisa sublima essas carências, transformando-as em perspectivas quanto à experiência acumulada, na qual o passado remanesce presente. O sujeito do conhecimento, ao voltar-se decididamente na pesquisa à investigação empírica do passado ("voltar às fontes mesmas"), dá as costas a seu presente. O quadro teórico de referências da pesquisa e da interpretação históricas é por certo algo distinto da orientação da vida prática no tempo, embora estejam imbricados.

A pesquisa não exclui a base existencial do pensamento histórico, a inquietação da experiência do tempo, que engendram as questões históricas, sob o pretexto de um ponto de vista neutro, fora de seu tempo. Pelo contrário, ela as inclui. As inquietações são apaziguadas pelos procedimentos regulares do trabalho com o material das fontes. Além disso, como a pesquisa, por definição, desbrava caminhos novos do saber histórico, vem a colocar entre parênteses o acervo de conhecimento já acumulado. É assim que o complexo processo do questionamento mais ou menos teórico das fontes e da interpretação de seus dados gira, primariamente, não em torno dos abalos e das tentativas de estabilização da identidade histórica (por mais que essa seja a origem de todo questionamento histórico), mas sim em torno da questão de "como foi mesmo que tudo ocorreu".

Ao fim do processo, entretanto, quando a pesquisa encontrou as respostas às perguntas formuladas e trata-se de formular essas respostas de maneira inteligível e eficaz, o saber histórico alcançado pela pesquisa precisa ser reintegrado ao acervo de conhecimento já

acumulado. Nesse ponto, surge a questão dos pontos de vista que orientam essa reintegração, o que em qual perspectiva deve ser mais ou menos importante. Essa questão leva de volta às inquietantes experiências do tempo e à busca de identidade histórica no contexto prático da vida em que se produz o conhecimento histórico. Se esse contexto havia sido colocado entre parênteses por exigência da relevância cognitiva do saber histórico, agora esses parênteses têm de ser retirados no ato da formação historiográfica do saber histórico obtido pela pesquisa.

Naturalmente, faz diferença se o resultado da pesquisa é dirigido em primeiro lugar aos especialistas ou ao público em geral (por isso mesmo inespecífico). O grau de inovação que a pesquisa introduz, com relação ao acervo de conhecimento acumulado, amiúde vai além do círculo estreito dos especialistas e dirige-se a interessados em geral. No primeiro caso (o dos especialistas), a reconsideração do sujeito do conhecimento da vida concreta presente permanece um momento implícito da formação historiográfica. É preciso ler muito nas entrelinhas para descobrir-se onde e como a experiência do presente influenciou ou até engendrou a realização da pesquisa. No segundo caso (o do público em geral), esse caráter implícito não existe; a historiografia assume a plenitude de sua relevância comunicativa.

Como fazer valer, então, as conquistas cognitivas da pesquisa, quando o conhecimento histórico retorna, na formação historiográfica, às suas origens no contexto existencial? A resposta dada pela tradição científica a essa questão, ainda válida na autocompreensão cotidiana dos historiadores profissionais, é a “des-retorização”²⁹ das apresentações historiográficas. Como um fio condutor, encontram-se as observações anti-retóricas nos textos em que a autocompreensão da história se enuncia programaticamente como ciência especializada.³⁰ O que se quer dizer com esse *tópos*, que

²⁹ Sobre esse conceito e sua problemática, ver II, 15 s.

³⁰ É o que declara a *Revue Historique* – para citar apenas um exemplo – no manifesto introdutório de seu primeiro número: “... que cada afirmação seja acompanhada de provas, de remissão às fontes e de citações, excluindo com rigor as generalidades vagas e os arroubos oratórios ...” [tradução da citação do original

a historiografia orientada cientificamente nada teria a ver com a retórica? É corriqueira a concepção de que a historiografia baseada em pesquisa nada mais diz do que teria ocorrido. No sentido de uma objetividade científica entendida como neutralidade, a historiografia não estaria de nenhum modo relevante vinculada à práxis. Ranke deu a essa concepção sua formulação mais forte: “A verdade nua, sem nenhum ornamento. Investigação profunda do individual; o resto ao deus-dará. Nada de poesia, nadinha, nada de elucubração”.³¹ Uma concepção dessa expulsa do processo de conhecimento histórico o peso próprio e a especificidade da apresentação historiográfica. Mesmo assim, Ranke ainda admite que há um “resto”. Na prática, é muito menos ao deus-dará do que à maneira como sua historiografia dominou magistralmente seus temas que ele obteve reconhecimento, pois soube inserir o resultado de suas pesquisas na forma estética de uma grande historiografia épica. Não resta dúvida de que essa épica se compõe de elementos retóricos, de que decorre a influência da historiografia de Ranke sobre a cultura política dos alemães.

O *tópos* anti-retórico opõe-se explicitamente tanto à linguagem historiográfica empolada, que aparece como fim em si mesma, quanto à utilização de elementos ficcionais na historiografia. Para Ranke, esses elementos ficcionais são os discursos fictícios que Guicciardini inseriu em sua apresentação, mediante os quais os agentes forneceriam ao leitor os motivos explicativos de suas ações. Mesmo se essas duas exclusões parecem justificadas, no plano da historiografia baseada em pesquisa, em nada contribuem para compreender o estatuto de seus elementos estéticos e retóricos. Esses elementos não são imunes à relevância cognitiva que a pesquisa confere ao pensamento histórico. As conquistas cognitivas, alcançadas por este pensamento na pesquisa, entram na relevância comunicativa da historiografia. A historiografia resultante da pesquisa ganha, com isso, uma qualidade que a diferencia de outras formas de formação histórica.

francês, N.T.J. G. Monod, G. Fagniez. Avant propos. *Revue Historique*, I, 1876, p. 1-4, cit. p. 2.

³¹ Ver nota 8.

Basear-se na pesquisa é o objetivo da relação estética e retórica da historiografia com o público. O movimento estético da imaginação aponta para a vivificação das faculdades cognitivas. A interpelação retórica das estratégias tópicas da orientação do agir e da constituição da identidade aponta para a tomada de posição. Esta articula a satisfação dos interesses e as pretensões de validade no formato de uma argumentação. A força da imaginação é dirigida para o conhecimento e a força de convencimento dos *topoi* históricos é dirigida para a experiência e para o entendimento.

As faculdades cognitivas e os elementos da argumentação estão sempre presentes e ativos na vida humana prática, inclusive na orientação temporal do agir. Elas são o fundamento de qualquer razão prática. Na historiografia, são reforçadas pela relação à experiência como modo da interpelação do público. A historiografia transpõe a racionalidade da relação à experiência e da análise teórica, que o saber histórico obtém pela pesquisa, para a razão prática, que pode ser alcançada na relação estética ao sujeito e na relação retórica à práxis. Ela transforma a racionalidade metódica da pesquisa em um potencial racional das formas de vida. Os elementos de orientação temporal, sempre presentes na práxis humana, são *esclarecidos* pela historiografia baseada na pesquisa. Os elementos de sentido do tempo, sempre presentes na autocompreensão humana, na interpretação significativa e na orientação intencional da vida prática, são enriquecidos com as potencialidades do pensamento argumentativo e com a reflexão sobre a experiência da vida. Sentido é vinculado à razão. Com isso, o sentido é “esclarecido”, isto é, vinculado aos resultados intelectivos do conhecimento histórico. Inversamente, esses resultados intelectivos são relacionados ao sentido que determina o agir, tornando-se assim práticos.

O esclarecimento que a historiografia se torna capaz de produzir, mediante sua vinculação sistemática à pesquisa histórica, dá especificidade a seus fatores estético e retórico. Eles se compõem nas apresentações históricas que são consideradas como especificamente científicas ou, pelo menos, próximas ou afins à ciência. A cientificidade, para a interpelação *estética* dos potenciais de sentido pré ou extracognitivos da vida prática, significa que as

potencialidades imaginativas da constituição narrativa de sentido são dirigidas às competências cognitivas dos sujeitos interpelados. Pensamentos históricos tênues são reforçados pela vivacidade das atitudes e motivações emocionais. Inversamente, a força dionisiaca do belo é transmutada na clareza dos construtos apolínicos-racionais de sentido. Para a interpelação *retórica* das intenções práticas, cientificidade significa que a vontade de poder, de que os sujeitos sempre revestem suas intenções práticas, é civilizada pela vontade de verdade, que vincula a busca de validade dos agentes aos procedimentos do entendimento que lhes torna a vida social suportável.

Tipologia da historiografia

Para se poder caracterizar a função de esclarecimento que a relação à pesquisa exerce no campo da historiografia, é necessário voltar à base existencial das operações cognitivas da consciência histórica.³² Essas operações básicas precisam ser explicitadas de forma que a dimensão comunicativa do saber histórico fique clara. A historiografia pode ser caracterizada como o processo da constituição narrativa de sentido, na qual o saber histórico é inserido (mediante narrativa) nos processos comunicativos da vida humana prática. É nesses processos que o agir humano e a autocompreensão dos sujeitos se orientam pelas representações das mudanças temporais significativas.

No que segue, não trato de avaliar a amplitude das possibilidades de apresentação literária de que a historiografia lança mão e de esboçar uma poética dos gêneros historiográficos (conquanto uma tipologia dos gêneros historiográficos seja um desiderato urgente da teoria da história). Minha intenção é, antes, expandir conceitualmente o espectro das constituições narrativas de sentido e ordená-las categorialmente. Gostaria, pois, de esclarecer como o superávit cognitivo, que o pensamento histórico ganha mediante a pesquisa histórica científica, entra na relação da historiografia com

³² Ver I, 56 s.

seus destinatários. Para tanto requer-se classificar essa relação aos destinatários em uma estrutura do discurso historiográfico, esboçando ao mesmo tempo uma gramática da historiografia como operação cognitiva da “topologização” do saber histórico. Desejo apresentar essa proposta sob a forma de uma tipologia da constituição histórica de sentido, que acompanhe os pontos de vista determinantes dessa constituição de sentido. Ao fazê-lo, dedicarei atenção especial ao aspecto comunicativo, que a historiografia confere ao saber histórico.

Princípios da diferenciação

As distinções “tópicas” e as diferenciações da constituição histórica de sentido podem ser esquematizadas de acordo com os pontos de vista decorrentes da função de orientação que possui o saber histórico. Que condições devem ser satisfeitas, para que a vida humana prática possa ser orientada no tempo e realizada, levando-se em conta suas experiências contingentes, em cujo meio a memória histórica é constituída de modo a fazer sentido? A resposta a essa pergunta é fornecida por uma série de princípios da orientação histórica, que deve ser elaborada de modo que cada princípio seja necessário e seu conjunto suficiente para que o saber histórico exerça sua função de orientação. Elaborada essa série, cada princípio e o conjunto deles ainda pode ser diferenciado de acordo com as perspectivas que determinam a especificidade da constituição histórica de sentido, dentro do contexto da interpretação do tempo pela narrativa. Essas perspectivas são: a elaboração da experiência do tempo por meio da *memória histórica*, a formação de uma *representação da mudança temporal* (“continuidade”), que sintetize as três dimensões do tempo num construto abrangente de sentido e, por fim, a função de *constituição de identidade*, que articula a representação da mudança temporal, enriquecida com a interpretação da experiência histórica, com a vida concreta dos sujeitos. Essa função deve ser considerada sobretudo quanto à *forma comunicativa* em que se realiza. É nessa forma que a historiografia corresponde ao princípio regulativo da relevância cognitiva.

Segundo que pontos de vistas fundamentais, então, a vida humana prática é historicamente orientada? O primeiro é o ponto de vista da orientação por *afirmação*. Toda orientação histórica da vida humana prática baseia-se no pressuposto incontornável de que a vida prática já é orientada, ainda mesmo antes de qualquer constituição narrativa de sentido. Assim, toda forma de tratamento comunicativo das perspectivas temporais das relações sociais está necessariamente conectada ao pressuposto de um entendimento prévio de todos os participantes. Que as pessoas possam entender-se e que se tenham sempre entendido é condição de qualquer comunicação. Essa condição vale também para as situações de conflito na orientação histórica, pois é preciso que haja entendimento ao menos sobre o que é dissensão, pois de outra forma não se poderia esperar vencer o debate. Essa circunstância prévia da orientação histórica, como condição da possibilidade da vida humana prática, é a base objetiva e o ponto de partida subjetivo de toda atividade da consciência histórica e de todo entendimento comunicativo dos construtos narrativos de sentido. Pode ser descrita como *tradição*, como presença pura e simples do passado no presente.³³ Nela, a história – objetiva e subjetivamente – está sempre “viva”, como força influente das chances de vida previamente decididas e como apreensão significativa do processo temporal dos atos que fazem a vida humana. Nessa vida e nessa eficácia da tradição se enquadra toda orientação histórica consciente. Afirmção, como condição necessária da orientação histórica, *constitui o tópos da narrativa tradicional* e o tipo de constituição narrativa de sentido que lhe corresponde.

Um segundo princípio da diferenciação tipológica torna-se visível quando nos é presente que o entendimento prévio acerca de orientação histórica, no modo da tradição, não basta, nem de longe. Sempre que as tradições chegam ao limite de sua (estreita) capacidade de elaborar a experiência, quando se necessita superar uma experiência da contingência, que não tenha sido trabalhada anteriormente na constituição tradicional de sentido, surgem outros pontos de vista da constituição narrativa de sentido. O próximo é

³³ A esse respeito, ver I, 81 s.

o da *regularidade*. Esse critério de sentido distingue-se do critério da afirmação por uma relação mais ampla com a experiência e por um grau mais elevado de abstração. Ele permite que sejam sintetizadas diversas tradições em interpretações unificadas das experiências temporais e que seja estendido significativamente o alcance das experiências históricas relevantes para a orientação. As regularidades são o inventário necessário das interpretações das experiências que influenciam o agir e a capacidade reguladora é um elemento essencial da força da identidade. Como pontos de vista da comunicação, as regras abrem o espaço de atuação da argumentação sobre experiência e interesses diversos, assim como articula essa diversidade na possibilidade de formação de consenso, mediante o recurso abstrato a pontos de vista gerais, baseados na experiência. Esse princípio da regularidade *constitui o tópos da narrativa histórica exemplar* e o tipo de constituição narrativa de sentido que lhe corresponde.

Um terceiro princípio de diferenciação baseia-se no fato elementar de que toda comunicação (inclusive, pois, a própria ao discurso histórico) pressupõe que os sujeitos, em cujas vidas se dão as orientações históricas, são diversos (indivíduos, grupos, sociedades, culturas). Esses sujeitos as compartilham, utilizam-nas na luta pelo reconhecimento e pelo poder, podendo ganhá-las para si. Independentemente de que maneira as formas e as estratégias da comunicação são empregadas por meio da constituição narrativa de sentido, todos os sujeitos participantes colocam nelas sua diversidade e sua contraposição. O *princípio da negação ou da contraposição* exprime sistematicamente essa diversidade e essa oposição. É necessário haver orientações históricas, nas quais e com as quais os sujeitos expressem sua diversidade e sua contraposição a outros sujeitos. Com essas orientações, os sujeitos tornam-se próprios – recusam orientações prévias ou impostas e desenvolvem suas próprias orientações, que exprimem sua particularidade, sua diversidade, sua contraposição. Esse princípio da negação *constitui o tópos da narrativa histórica crítica* e o tipo de constituição narrativa de sentido que lhe corresponde.

Os princípios de diferenciação da orientação histórica mencionados até aqui coincidem em um ponto: os três dirigem o trabalho

de constituição de sentido da consciência histórica, em tempos de inquietação e de mudanças constantes, desafiadoras, do homem e de seu mundo, para produzir ou recuperar uma representação do tempo em que prevaleçam a quietude e a constância. Isso, contudo, só pode ocorrer dentro de determinados limites, que precisam ser superados, se a consciência histórica com efeito deve controlar a experiência do tempo que a constitui. A mudança temporal deve poder receber uma qualidade de sentido apta a orientar o agir, pois ela não se aquieta no mero sentido guardado na memória e carece de ser significada em si mesma. Isso ocorre mediante o *princípio da transformação*. Por ele, a própria mudança temporal torna-se ponto de vista orientador da vida prática e da formação da identidade. As diferenças e as diversidades diacrônicas não são mais mantidas afastadas, de acordo com a tradição, não se abstrai mais delas por recurso à argumentação regrada, não se nega mais simplesmente as orientações precedentes. Pelo contrário, diferenças e diversidades podem e devem ser elaboradas positivamente (se se almeja que a comunicação seja efetiva). As orientações históricas são colocadas, assim, em perspectiva pelas mais diversas posições. As perspectivas e as posições são, por sua vez, integradas na representação de uma unidade abrangente e dinâmica do tempo. Esse princípio *constitui o tópos da narrativa histórica genética* e o tipo de constituição narrativa de sentido que lhe corresponde.

Os quatro princípios pertencem a um contexto sistemático. Uma orientação histórica que dependesse exclusivamente de um deles não é pensável. Cada princípio traz forçosamente os demais e somente os quatro em conjunto constituem condição suficiente para a orientação bem-sucedida no tempo.

Os princípios estão interligados de forma extremamente complexa. Condicionam-se mutuamente e opõem-se ao mesmo tempo. Constituem um conjunto de relações dinâmicas, cujo formato varia conforme as circunstâncias sob as quais as orientações históricas se tornam necessárias na vida prática. Essa dinâmica corresponde à dinâmica temporal intrínseca à vida humana prática. Ela estabelece logicamente a historicidade interna das orientações históricas. Isto pode ser especificado, para a formatação historiográfica do saber

histórico, como a correlação dos pontos de vista necessários à relação historiográfica aos destinatários do saber histórico.

Como *topoi* da narrativa histórica, os quatro princípios formam uma rede de características tópicas da historiografia, que abrange a totalidade do campo das estratégias históricas de argumentação. Em suas diferentes conformações, os quatro *topoi* constituem o discurso histórico. E, como tipos da constituição narrativa de sentido, que é determinante do ordenamento narrativo de uma história, eles assumem conformações que fornecem o formato significativo específico das histórias, podendo ser identificados exatamente como tais.

Constituição tradicional de sentido

A narrativa tradicional é a forma da constituição narrativa de sentido e um *tópos* da argumentação histórica que interpreta as mudanças temporais do homem e do mundo com a representação da duração das ordens do mundo e das formas de vida. Histórias que obedecem a esse formato e a esse *tópos* remetem às origens, que se impõem às condições contemporâneas da vida, e que se querem manter inalteradas, presentes e resistentes ao longo das mudanças no tempo. O mito da origem seria uma forma especialmente “pura” desse tipo. As ações do discurso histórico, em que as orientações históricas tradicionais se realizam socialmente, são de cunho ritual. Não deixam de existir, contudo, inúmeros exemplos desse tipo de discurso histórico em sociedades seculares e no cotidiano contemporâneo. Discursos comemorativos de jubileus, por exemplo, nos quais o ponto de vista de uma origem impositiva dá a partida retórica e que têm em si, indubitavelmente, algo de ritual. (O buquê de flores na mesa dos oradores levou o historiador alemão Karl-Ernst Jeismann a falar de uma “função cosmética” do pensamento histórico,³⁴ demasiado facilmente a serviço da legitimação tradicional, sem fazer valer sistematicamente o potencial crítico da ciência.)

³⁴ Comentário durante um debate em um congresso na Academia Evangélica de Loccum (da Igreja luterano-evangélica de Hannover, Alemanha).

A categoria da continuidade, determinante para a interpretação da experiência do tempo, é elaborada como representação da duração na mudança. Isso pode ocorrer de diversas maneiras. Pode-se constatar empiricamente e apresentar como formas de vida reguladas normativamente se mantêm. Pode-se ainda produzir a representação das origens ocultas, que só aparecem de tempos em tempos, como garantias de uma vida estável, etc. Em todos os casos, a inquietação provocante das mudanças no tempo da vida humana é domesticada pela representação, na profundidade ou na raiz do tempo, da permanência dos princípios que, empiricamente, produzem a ordem.

A identidade forma-se, nesse discurso, como enraizamento das formas sociais tradicionais da subjetividade em atitudes, motivações e modelos de percepção e interpretação profundamente inseridos nas mentalidades. Histórias desse tipo funcionam como formadoras de identidade, na medida em que interpelam seus destinatários a reproduzir modelos de comportamento. A identidade sexual é um bom exemplo da identidade profunda formulada tradicionalmente e estabilizada pelos discursos da tradição. A força da constituição tradicional de sentido, nas profundezas da existência humana, pode ser identificada, tipológica e topologicamente, com facilidade, no campo da socialização e da individuação humana.

Igualmente elementares são as formas de comunicação desse discurso. Ele institui um entendimento originário que pode chegar até ao limite do inquestionável, indizível, óbvio. (É certo que até o que apareça como óbvio requer uma afirmação histórica, se essa obviedade deve sobreviver à evolução do tempo.) As formas de orientação histórica expostas aqui são uma apresentação expressiva (mas também explicativa e argumentativa) de um sentimento do “nós”, de um pertencimento coletivo a uma (como se diz hoje em dia) “comunidade de valores”, que se baseia em pré-histórias comuns às circunstâncias dadas da vida (no mais das vezes apresentadas como “destino”). O critério de sentido determinante para essa forma de constituição narrativa de sentido é o enraizamento do ordenamento da vida e do mundo na profundidade inconsciente do tempo em movimento. *Por ele, o tempo é eternizado como sentido.*

No campo da historiografia acadêmica, o “Lutero” de Gerhard Ritter é um bom exemplo dessa constituição tradicional de sentido e dos *topoi* e recursos lingüísticos próprios a ela.³⁵ Ritter (1962) generaliza a experiência da crise da Primeira Guerra Mundial e do início da República de Weimar para representar a decadência cultural do Ocidente. Ele considera indispensável a pergunta pelas “fontes da força espiritual” (idem, p. 5) que devem ser novamente acionadas para renovar e assegurar “nossa existência espiritual”. Com Lutero, Ritter recorda com ênfase a tradição da fé cristã. Somente essa fé estaria em condições de superar a crise cultural do tempo presente. Além disso, a rememoração de Lutero contribuiria para estabilizar a identidade alemã, fortemente abalada. Com Lutero renova-se não apenas “o mistério religioso do cristianismo primitivo ... com uma força originária misteriosa” (p. 33) (de forma paradigmática para o presente), mas ele é também o alemão por excelência: sua vida e sua obra pertencem “a um destino que ... forjou ... com a maior força a forma da essência alemã” (p. 8). Lutero representa, “em todo o seu ser”, “a nós, alemães” (p. 186). Ritter enuncia o saber histórico sobre Lutero com a clara intenção de que “nós busquemos compreender a nós mesmos na essência de Martinho Lutero” (p. 187). O modo de comunicação historiográfica depende também do *tópos* tradicional. Ritter associa o leitor com o uso freqüente do “nós” em formulações interpelantes, que apresentam o “mistério próprio” (p. 13)³⁶ de Lutero, uma fé poderosa, originária, quase meta-histórica, ativa. É com ela que se pode interpretar a experiência, formar a identidade, orientar o agir.

Constituição exemplar de sentido

O tipo da constituição exemplar de sentido é uma forma da narrativa histórica e um *tópos* da argumentação histórica que se distingue

³⁵ G. Ritter. *Luther: Gestalt und Tat*. 1. ed., 1925, reedições inalteradas em 1943 e 1959. As citações foram tiradas da edição de bolso, Stuttgart, 1962.

³⁶ O “mistério” que Lutero apresenta à análise histórica, e que pode ser decifrado por essa análise como solução para a identidade alemã e para a fé cristã, atravessa lingüisticamente toda a obra de Ritter, como um fio condutor (14, 24, 32, 182, 195, etc.).

do tipo da constituição tradicional de sentido por uma ampliação do campo da experiência e por um nível mais elevado de abstração na relação normativa do saber histórico à prática. Os limites estreitos, impostos por uma constituição tradicional de sentido à elaboração da experiência do tempo, são ultrapassados. Não se trata mais dos processos e acontecimentos do passado nos quais se constitui o sentido necessário para dar conta de situações concretas do agir hoje. A questão agora é de ter presentes todos os conteúdos da experiência nos quais as determinações de sentido relevantes para a vida prática concreta aparecem, consolidam-se e podem ser demonstradas. Nesse processo, as determinações de sentido tomam uma forma abstrata: não aparecem mais como realidades concretas na vida prática, mas são pensadas como regras, pontos de vista, princípios. A constituição exemplar de sentido segue a famosa divisa “*Historia magistra vitae*”.³⁷ A história ensina, a partir dos inúmeros acontecimentos do passado que transmite, regras gerais do agir. A memória histórica volta-se para os conteúdos da experiência do passado que representam, como casos concretos de mudanças no tempo (no mais das vezes por causadas ações intencionais), regras ou princípios tomados como válidos para toda mudança no tempo e para o agir humano que nela ocorre. As histórias que contam dos senhores, por exemplo, ensinam regras do bem-mandar. Histórias do surgimento, da evolução e do desaparecimento de estruturas políticas transmitem os ensinamentos de como a dominação se modifica sob determinadas circunstâncias. Os entendimentos abstratos e gerais, aparentados às regras, são transpostos para uma série de exemplos históricos e, por meio deles, consolidados.

A unidade do tempo faz os acontecimentos lembrados e tornados presentes pela historiografia serem significativos para o presente e faz esperar que o futuro seja orientado pela experiência. Essa unidade está na generalidade abstraída dos tempos, gerada a partir dos acontecimentos históricos e nas regras do agir concretamente

³⁷ Descrito magistralmente por R. Koselleck. *Historia magistra vitae. Über die Auflösung des Topos im Horizont neuzeitlich bewegter Geschichte*. In: R. Koselleck. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt, 1979, p. 38-66. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Contraponto, 2006.

observadas neles. A continuidade histórica, que torna compreensível e operável a experiência do tempo presente, já não está mais conexa primariamente a um processo temporal interno (como no caso dos ordenamentos de sentido do tempo arcaico, estabelecidos pela constituição tradicional), mas sublimada na generalidade de um sistema de regras. Esse sistema inclui a plenitude e a diversidade dos tempos. Na generalidade, as circunstâncias da vida presente são subsumidas e a mudança no tempo submetida a um agir sob regras. Com a validade atemporal das regras gerais, a história ensina sua própria supratemporalidade como sua “moral”, com a qual ganharia significado para a vida prática atual.

Esse ensinamento institui uma comunicação livre entre seus destinatários, na qual os conteúdos da experiência e do saber são tratados de maneira que os participantes se ponham de acordo quanto a regras e princípios e os utilizem como fundamento de suas ações. Essa comunicação vincula a diversidade das situações do agir concreto à comunidade das regras e dos princípios abrangentes. A argumentação histórica desenvolve-se no âmbito de uma faculdade de julgar, no qual se produzem regras gerais a partir de casos particulares e no qual as regras gerais são concretizadas nos casos particulares. A historiografia é uma escola da faculdade de julgar. Como formulou Tucídides e inúmeros historiadores o repetiram até a mudança epocal em meados do século XVIII, a história, pelos casos do passado, torna-nos sábios para sempre. A historiografia apresenta o saber histórico numa forma que faz das mudanças no tempo uma “posse duradoura” e que insere a massa dos acontecimentos em que os homens estão envolvidos no entendimento de sua natureza. Essa forma possibilita estipular, consciente e sistematicamente, como os homens podem ou devem agir em determinadas situações ou sob determinadas condições.³⁸

Nesse tipo de constituição narrativa de sentido, a identidade histórica assume a forma de uma competência reguladora que torna a práxis possível. As representações do ordenamento da vida, que

³⁸ Tucídides. *Geschichte des Peloponnesischen Krieges*. Intr. e trad. de G. P. Landmann. Zúrique/Munique, 1976, I, 22.

constituem a identidade, passam a ser criticáveis e fundamentáveis à luz de princípios. Com os modos da fundamentação crítica e da crítica fundante, a identidade histórica ultrapassa os limites da atribuição tradicional dos papéis sociais, ao assumir a autofundamentação por recurso a princípios gerais. Quem sou ou quem somos nós depende da medida de minha ou de nossa capacidade de realizar por mim ou por nós mesmos os princípios do ordenamento da vida que se considera obrigatórios em geral. (É possível formular isso de forma negativa: em toda forma de identidade constituída tradicionalmente está presente uma dose de dogmatismo, na medida em que a limitação e a particularidade das tradições constituintes de identidade são sempre tomadas pelo todo e pelo próprio, de modo que desvios só podem ser sancionados negativamente. Esse dogmatismo se transforma no tipo de constituição exemplar de sentido, ao ultrapassar os limites para o abstrato-geral. Transforma-se ainda na arrogância de princípio, que atribui à sua própria vida a dignidade de ser a manifestação por excelência da regra geral e tende a ver em outros modos de vida formas mais fracas ou fracassadas.) São casos da identidade histórica formada pelo *tópos* da constituição exemplar de sentido as identidades nacionais marcadas pela universalização de seus pontos de vista sobre a humanidade (como é o caso dos direitos do homem e dos cidadãos americanos e franceses).

Em suma, o tipo historiográfico da constituição exemplar de sentido, com respeito à experiência histórica que consigna e à concepção de um contexto abrangente da comunicação que possibilita, pode ser caracterizado como uma forma do saber histórico que apresenta o contexto de sentido dos fenômenos temporais na supratemporalidade dos princípios e das regras. *O tempo é espessado como sentido*. Isto é, estipulada qualitativamente a igualdade de sentido com qualquer passado conhecido, o tempo adquire uma nova dimensão experiencial. Essa dimensão permite levar em conta, na orientação histórica, diversas tradições e ordenamentos de vida. E isso de modo que a particularidade da situação de um fique clara em comparação com a de outros. Ao mesmo tempo, lidar com essa situação de vida continua submetido sistematicamente às regras gerais do agir, nas quais a validade supratemporal dos princípios está contida.

Casos de argumentação e de pensamento para os quais “a história” “ensina” algo de universal e supratemporal abundam na vida cotidiana. No discurso político, por exemplo, acontecimentos e situações presentes são freqüentemente remetidos a casos históricos, de modo a deixar entender que ambas as circunstâncias obedecem aos mesmos princípios gerais e que a experiência do passado deve servir de lição para o presente. A lembrança dos crimes nazistas pode servir a um jornal liberal sul-africano para fustigar as práticas da política do *apartheid*. Qualquer cidadão crítico da Alemanha de hoje conhece a exemplaridade histórica da República de Weimar para lidar com a autocompreensão e com a crítica da vida e das ocorrências políticas da República Federal.

No plano da historiografia produzida cientificamente, é difícil encontrar exemplos de formas “puras” (no sentido de simples) de constituição exemplar de sentido. A cientificização da história transformou o tipo da constituição exemplar de sentido, até então culturalmente dominante, no tipo da constituição genética.³⁹ Não obstante encontram-se ocasionalmente exemplos do pensamento exemplar nos planos da apresentação e dos apelos presentes na historiografia. Sobreretudo em temas históricos que têm diretamente a ver com a autocompreensão e para a interpretação política aparecem *topoi* exemplares e os correspondentes modelos de apresentação. A historiografia acadêmica comporta-se nesse particular de modo muito semelhante à propaganda política, como mostram os trabalhos sobre a República de Weimar ou sobre o nazismo, que se tornaram muito influentes na formação política. O uso das teorias do totalitarismo na interpretação histórica está determinado, por razões lógicas, pelo tipo exemplar da constituição de sentido. O exemplo histórico é evidenciado nesses casos como estrutura universal das relações políticas (por certo não na supratemporalidade das teorias políticas clássicas, mas pelo menos aplicado ao século XX).

³⁹ Ver J. Rüsen. Von der Aufklärung zum Historismus. Idealtypische Perspektiven eines Strukturwandels. In: H. W. Blanke; J. Rüsen (Org.). *Von der Aufklärung zum Historismus. Zum Strukturwandel des historischen Denkens*. Paderborn, 1984, p. 15-58.

Mesmo quando essa concepção da interpretação é recusada, pois se alega existirem diferenças históricas entre os diversos sistemas totalitários – e, no caso alemão, ainda mais marcantes –, não se deixa de empregar modelos lingüísticos e *topoi* retóricos de tipo exemplar. Assim o ensaio de Hans Mommsen sobre “O peso do passado”, por exemplo, que esclarece a situação da República Federal da Alemanha ao final dos anos 1970 à luz da experiência histórica da República de Weimar e do Terceiro Reich. Também aqui a história é a mestra da vida: “A experiência ... ensina que ...”.⁴⁰ Tais recursos estilísticos utilizam os acontecimentos da República de Weimar, sobretudo seu fracasso, para abordar criticamente a evolução da República Federal ao final dos anos 1970.

Constituição crítica de sentido

O tipo da constituição crítica de sentido surge nas formas da narrativa histórica e nos *topoi* de uma argumentação histórica que trata sobretudo de esvaziar os modelos de interpretação histórica culturalmente influentes, mediante a mobilização da interpretação alternativa das experiências históricas conflitantes. Modelos consagrados de autocompreensão e da legitimação históricas das relações sociais são desmantelados quando contrastados com as possibilidades alternativas da memória histórica. Do mesmo modo, as interpretações históricas das circunstâncias atuais da vida, e as perspectivas de futuro da vida prática que delas decorrem, são desconstruídas pelo conflito das experiências históricas, abrindo espaço para outros e novos modelos de interpretação.

A constituição crítica de sentido é o meio de uma comunicação intercultural, na qual o discurso histórico se modifica radicalmente, quando novas representações substituem as antigas, ou mesmo quando uma linguagem simbólica do histórico, inteiramente nova, varre a precedente. A força de convencimento de uma linguagem

⁴⁰ H. Mommsen. Die Last der Vergangenheit. In: J. Habermas (Ed.). *Stichworte zur 'Geistigen Situation der Zeit'*, v. 1: *Nation und Republik*. Frankfurt/Meno, 1979, p. 164-184, cit. p. 167.

histórica, com suas formas usuais de apresentação e modelos costumeiros de argumentação, deve ser sistematicamente reinstituída por meio da própria linguagem, se o discurso histórico deve ser renovado, em benefício de novas orientações. Isso se dá com a força explosiva da constituição crítica de sentido e de suas formas e *topoi* típicos para o pensamento histórico.

A historiografia crítica apresenta uma experiência histórica que problematiza e relativiza o modelo precedente de interpretação histórica, abalando os fundamentos de sua plausibilidade. A historiografia fala a linguagem dos contra-exemplos, de uma subversão empírica que abala a naturalidade aparente e a saturação experiencial das perspectivas históricas da vida prática e da autocompreensão. Voltaire, por exemplo, gostava de reescrever as passagens da Sagrada Escritura, cujos episódios exemplificam a história da salvação, fazendo-as parecer crônicas escandalosas. Colocava-as assim sob um ângulo irônico, no qual o significativo salvífico se desfazia. Por outro lado, era capaz de ampliar o horizonte experiencial da história com exemplos de fora da Europa, de modo que se abriam perspectivas de novas dimensões “humanitárias” de uma identidade historicamente formada.⁴¹

A representação do contexto temporal, decisiva para a constituição crítica de sentido, é a da ruptura da continuidade. A marca filosófica dessa constituição crítica de sentido na história é sua relação negativa com as concepções fundamentais do sentido histórico. Ela desestrutura narrativas mestras e rompe com os construtos categoriais, destruindo conceitos-chave, categorias e símbolos. Esse trabalho de negação histórica dos modelos de interpretação e das formas de pensar consagrados culturalmente pode ser observado nas correntes de pensamento contemporâneas, conhecidas sob a designação genérica de “pós-modernismo”⁴² ou “pós-estruturalismo”.⁴³ Michel

⁴¹ Assim, por exemplo, no *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations*.

⁴² Ver J. Rüsen. *Historische Aufklärung im Angesicht der Post-Moderne: Geschichte im Zeitalter der “neuen Unübersichtlichkeit”. Streitfall deutsche Geschichte. Geschichts- und Gegenwartsbewusstsein in den 80er Jahren*, publicado pela Landeszentrale für politische Bildung (Renânia do Norte/Vestfália). Essen, 1988, p. 17-38.

⁴³ Ver M. Frank. *Was ist Neostukturalismus?* Frankfurt, 1984.

Foucault, por exemplo, apresentou contra-histórias impressionantes com relação às histórias do progresso da modernização, com o fito de deslegitimar sua representatividade cultural.

Com as formas e os *topoi* da constituição crítica de sentido põe-se em movimento uma comunicação que se põe a serviço do distanciamento dos modelos consagrados de interpretação histórica do tempo e de formação de identidade. Abre-se uma comunicação na qual a dificuldade de dizer não é minimizada pelo saber e pela argumentação histórica. Com a força da negação, os sujeitos ganham domínio sobre si mesmos, oferecendo resistência às tentativas das dominantes culturais de os absorver e de se reforçar com eles. A identidade histórica forma-se como divergência, como autocontrole pela afirmação de ser diferente. A força da negatividade estabiliza o poder do ser “eu próprio”. Com as formas e os *topoi* da constituição crítica de sentido, os sujeitos adquirem a especificidade do poder ser “eu” ou “nós”. No debate que envolve a orientação histórica de seu presente, os sujeitos tomam partido, conscientemente, rompendo com as posições preexistentes. Essas posições, aliás, com freqüência só aparecem como tais na ocasião dessa contraposição.

O Esclarecimento (Iluminismo) é aqui um exemplo de escol. Ele afastou a pressão da conformidade ao particularismo dos estados mediante o critério de uma concepção própria de humanidade, cuja universalidade moral abriu o espaço da subjetividade burguesa, no âmbito do qual puderam ser formadas identidades individuais e coletivas inteiramente novas (como, por exemplo, a nacional).

A força de convencimento das formas críticas da linguagem e das figuras de argumentação vinculadas à práxis depende, é bom lembrar, daquilo contra o que se voltam. Ela se reforça na desconstrução de acervos de conhecimento, representações do tempo e auto-compreensões preexistentes. Com a dissolução da força cultural de um discurso preexistente, dissolve-se igualmente a força lingüística de sua desconstrução.

A constituição narrativa de sentido ganha, com a estética e a retórica do distanciamento histórico, potencialidades lingüísticas que podem ser caracterizadas da seguinte forma: *o tempo, como sentido, torna-se julgável*. Ao dizer “não”, o sujeito contrapõe-se

a seu confinamento nas mudanças temporais. É nessa contraposição que se enuncia o sentido, constituído lingüisticamente, do tempo interpretado historicamente. No distanciamento dos sentidos da experiência previamente dados e na crítica à pressão da conformidade que as mudanças temporais trazem em si, como sinal de sua significação, os sujeitos ganham fôlego para modelar culturalmente seu próprio tempo, da maneira que crêem poder e querer, por meio da memória histórica.

Exemplos marcantes desse distanciamento dos modelos históricos consagrados, no plano da historiografia acadêmica, é a história das mulheres. Boa parte de sua força de convencimento decorre de seu rigoroso distanciamento dos estereótipos de gênero culturalmente preexistentes, contra cuja pressão por conformidade se busca lograr, por meio da memória histórica, novas chances e espaços para o feminino.⁴⁴ Surgem assim novas abordagens da experiência histórica, que são abrangentes (e não isentas de partidarismos), pois a sexualidade é um fator fundamental e altamente influente nos processos de formação da identidade humana.

Constituição genética de sentido

O tipo genético de constituição narrativa de sentido aparece nas formas e *topoi* historiográficos que põem o momento da mudança temporal no centro do trabalho de interpretação histórica. Tempo, como mudança, adquire uma qualidade positiva, torna-se qualidade portadora de sentido. De ameaça a ser reelaborada historicamente, o tempo passa a ser percebido como qualidade das formas da vida humana, como chance de superar os padrões de qualidade de vida alcançados, como abertura de perspectivas de futuro, que vão qualitativamente além do horizonte do que se obteve até o momento. A inquietude do tempo não é sepultada na eterna profundidade de uma determinada forma de vida a ser mantida, nem escamoteada na

⁴⁴ Acerca desse debate, ver U. A. J. Becher; J. Rüsen (Org.). *Weiblichkeit in geschichtlicher Perspektive. Fallstudien und Reflexionen zu Grundproblemen der historischen Frauenforschung*. Frankfurt, 1988.

validade supratemporal de sistemas de regras e princípios do agir, nem tampouco diluída na negação abstrata dos ordenamentos da vida até hoje acumulados. Ela é disposta como motor do ganho da vida, estilizada historiograficamente como grandeza instituidora de formas de vida capazes de consenso, ordenada topicamente à vida prática como impulso de novas mudanças.

No modo da constituição genética de sentido, a experiência histórica adquire uma nova qualidade temporal. Ela passa a ser determinada categorialmente pela divergência estrutural entre a experiência de tudo o que se acumulou até agora e a expectativa do inteiramente diverso. O presente entra no campo tenso da transição de uma à outra. Esse caráter de transição é destacado nos processos e acontecimentos do passado, historicamente lembrados, como portador de sentido.

A concepção determinante, pela qual o passado dinamizado temporalmente é articulado com a prática concreta do presente, de modo que o futuro apareça como chance de superação, é a da mudança constante, qualitativamente resistente. A plenitude das mudanças temporais, que se rememora, é integrada numa determinação de sentido (direção), que remete a um futuro para além do momento presente, e faz aparecerem como transitórias as circunstâncias atuais da vida. As expressões lingüísticas utilizadas para caracterizar esse direcionamento temporal, uma vez desvencilhadas das aparências de circularidade, provêm da experiência da natureza e referem-se a processos de mudança regrados, por isso mesmo significativos. A mais conhecida dessas expressões é “desenvolvimento”, entrementes promovida ao plano de uma categoria histórica altamente eficaz. Ainda mais eficaz culturalmente do que essa categoria é a de progresso, que constitui o exemplo mais marcante da linha de raciocínio dessa representação do processo temporal.⁴⁵ Outros exemplos do critério de sentido da interpretação genética da experiência do tempo são “processo”, “evolução” e sua aceleração, “revolução”.

⁴⁵ Ver J. Rüsen. Fortschritt. Geschichtsdiaktische Überlegungen zur Fragwürdigkeit einer historischen Kategorie. *Geschichte lernen. Geschichtsunterricht heute*, 1, 1987, n. 1, p. 8-12.

Nas formas e nos *topoi* da constituição genética de sentido o saber histórico torna-se o meio de uma comunicação na qual o espectro da diversidade de seus sujeitos se expande qualitativamente, para além da submissão comum a sistemas de regras e princípios e para além da distinção crítica e contraposição entre eles. Os sujeitos que se comunicam podem perceber em si e nos outros, por intermédio da historiografia genética, as qualidades da alteridade, os modos do ser outro e utilizar essa percepção como chance de consolidação da identidade pelo reconhecimento. O movimento, próprio à experiência histórica no quadro significativo da qualidade do sentido da mudança temporal, transpõe-se para o discurso histórico. Neste, os interlocutores podem comunicar-se sobre histórias, de maneira que seus próprios eus e sua percepção do ser outro dos demais se põem em movimento. A mudança pode ser afirmada, vivenciada e reconhecida como uma qualidade positiva da subjetividade. As posições a serem tomadas não são mais reproduzidas mimeticamente, nem meramente subsumidas a sistemas de regras e princípios, nem tampouco contrapostas negativamente. Pelo contrário, tornam-se permeáveis comunicativamente, perdem sua estreiteza, sua negatividade, seu caráter abstrato. Entram em um movimento em que sua diversidade se interrelaciona, tornando-as capazes de consenso, sem ter, em princípio, de abandonar sua diversidade.

Com outras palavras: o discurso histórico, pela memória histórica, abre aos sujeitos chances de individuação. Isso vale não somente para indivíduos isoladamente, mas também para grupos, sociedades, culturas inteiras. O sentido próprio, que cada sujeito tende a fazer valer em sua interação com os outros e que possibilita o surgimento do processo ou fenômeno da comunicação, reflete-se no sentido próprio dos demais e enriquece sua qualidade pelo mecanismo do reconhecimento mútuo. Isso não significa o desaparecimento da concorrência pelo predomínio de pretensões sociais de validade, que se manifesta na realidade cultural como comunicação. Ela toma apenas novas formas, adota novas estratégias. Nestas, atuam novas qualidades da subjetividade, nelas são enunciadas novas e mais elevadas pretensões de validade, pois nelas o sujeito leva sua individualidade às últimas conseqüências. A luta pelo reconhecimento intensifica-se

na medida em que as chances de um novo modo de consenso emergem ao aumento das perspectivas históricas de posturas sociais próprias. Trata-se do modo do reconhecimento mútuo da alteridade como chance de ser por si mesmo.

A autocompreensão histórica, possibilitada pelas formas historiográficas e pelos *topoi* retóricos da constituição genética de sentido, ganha uma nova temporalidade. Ela responde à experiência dinamizada do tempo presente nos saberes históricos elaborados geneticamente. Ela corresponde à representação do tempo transversal a todos os acontecimentos, caracterizado pela perspectiva da mudança. Enfim, ela leva em conta as chances de individuação tornadas possíveis pelo discurso histórico. Enunciando-se por meio do saber histórico, a coerência temporal do próprio eu está condicionada pela mudança. Ser por si mesmo é uma determinação, uma diretriz da mudança do que se é. Lembrar-se daquilo que era e de como se tornou o que é, faz plausível, para o sujeito, tornar-se outro. O ser por si consiste justamente nesse constante tornar-se. Poder-se-ia falar, ironicamente, de uma neurose estrutural da identidade histórica, a que o tipo genético da constituição narrativa de sentido conduziria. O termo clássico para designar essa forma típica da identidade histórica, por certo, não é neurose, mas individuação mediante formação. Um exemplo destacado dessa concepção da identidade histórica é a representação historicista da identidade nacional, que se teria constituído no curso de um longo processo de formação cultural de um povo (em contraste com a representação tradicional da identidade nacional, para a qual as qualidades essenciais de uma nação se mantêm ao longo do tempo e, no máximo, se ajustam). Em resumo, o tipo da constituição genética de sentido pode ser caracterizada como uma forma do saber histórico, na qual o tempo, como mudança, torna-se o sentido histórico mesmo do passado lembrado. *O tempo, como sentido, é temporalizado.*

Como a historiografia, no processo de sua cientificização, desde finais do século XVIII, fez predominar o modelo da constituição genética de sentido, há inúmeros exemplos desse tipo. Isso é assim, malgrado existam apresentações da categoria de progresso, em diversas obras, nas quais o progresso foi transformado em tradição, ou

Tipo	Memória	Continuidade	Comunicação	Identidade	Sentido
(a) constituição tradicional de sentido	das origens das ordens do mundo e das formas de vida	como permanência na mudança	na forma de adesão	pela adoção de ordens do mundo precedentes (mimetismo)	o tempo é eternizado como sentido
(b) constituição exemplar de sentido	de casos que demonstrem regras gerais do agir	como validade supratemporal das regras do agir, abrangendo formas de vida temporalmente diferentes	na forma de uma argumentação da faculdade de julgar	pela aptidão a aplicar regras a situações concretas do agir (sagacidade)	o tempo é expressado como sentido
(c) constituição crítica de sentido	de acontecimentos que questionam orientações históricas vigentes	como ruptura com as representações atuais do curso do tempo	na forma de uma tomada consciente de posição em contraposição a comportamentos sociais predominantes ou prescritos	pela recusa de formas de vida dominantes (sentido próprio)	o tempo, como sentido, é julgável
(d) constituição genética de sentido	de mudanças que levem as formas de vida estranhas ou alheias às próprias	como evolução, na qual se modificam as formas de vida, a fim de colocar-se na dinâmica da duração	na forma de um relacionamento discursivo de posições e perspectivas divergentes	pela individuação (formação)	o tempo é temporalizado como sentido

seja: sua dinâmica temporal interna foi derrotada pela permanência de um mesmo tipo ou de uma mesma qualidade de mudança. Hoje em dia, os modelos consagrados de interpretação da constituição genética de sentido vêm sendo submetidos a intensa crítica, do que pode resultar o predomínio de formas (pós)modernas de constituição crítica de sentido. Trata-se, no entanto, de uma questão ainda aberta, saber se com isso está quebrada de vez a hegemonia cultural da constituição genética de sentido nas formas mais elaboradas da autocompreensão historiográfica das sociedades modernas.

Formas e topoi complexos

A tipologia esboçada acima pode servir para entender a historiografia a partir dos pontos de vista regulativos, que dizem respeito especificamente ao histórico no processo de formatação lingüística. É certo que também outros pontos de vista funcionam como regras. Que historiografia não segue, de um jeito ou de outro, paradigmas literários e que estilo historiográfico não estaria, consciente ou inconscientemente, influenciado por modelos de escrita originários de outros campos da literatura, que não o da historiografia? No entanto, sempre que o processo de formatação deve corresponder à especificidade do formatado, vale dizer, ao caráter histórico do saber histórico apresentado, encontram-se esses tipos de formatação e é possível caracterizá-los em detalhe.

Nenhum tipo aparece, todavia, de forma pura. As descrições tipológicas isolam, artificialmente, os diversos elementos que atuam, no processo de formatação, sempre articulados uns aos outros, em contextos complexos. Esses contextos obedecem a lógica própria, que requer ser mais detidamente esclarecida.⁴⁶ Há dois modos de contexto que se destacam. Os diferentes tipos implicam-se mutuamente, ou seja: um não pode ser pensado sem os demais. Ademais, sob condições determinadas, a passagem de uns aos outros não se

⁴⁶ Elementos dessa reflexão podem ser encontrados em J. Rüsen. *Die vier Typen* (15), p. 563 ss.

faz de modo arbitrário. O *contexto da implicação* significa que os elementos formais dos quatro tipos aparecem conjuntamente em toda formatação historiográfica. Sua ponderação não é, naturalmente, uniforme, mas dá-se em mesclas variáveis, sem que isso impeça reconhecer com clareza que elementos essenciais de um tipo estão relacionados a elementos análogos dos demais tipos. Essa relação constitui o fio condutor da formatação historiográfica, seu “autógrafo”, sua forma interna própria. A *relação de transcendência* introduz uma tensão na correlação dos elementos típicos, constituindo assim uma espécie de historicidade interna da formatação historiográfica. Essa tensão pode ser descrita, abstratamente, como uma tendência do tipo da constituição tradicional de sentido, de transmutar-se em exemplar, e do tipo exemplar, de transmutar-se em genético. O tipo da constituição crítica de sentido funciona como o meio e o catalisador da transição. Ao longo dessas transmutações, aumentam o conteúdo experiencial da historiografia e a complexidade da interpelação dos sujeitos, a que interessa diretamente o teor da identidade histórica. Essas mudanças ocorrem dentro de uma rede relacional de tipos, por pressão da experiência e pelo esforço dos sujeitos de se fazer valer. O alcance da experiência do tempo, que a interpretação elabora, e a capacidade diferenciadora da formação histórica da identidade estendem-se ao longo da transição da forma de constituição de sentido tradicional, à exemplar e, em seguida, à genética, por intermédio da crítica.

É muito mais do que um recurso de última instância, quando se diz ser “dialética” a interrelação dos quatro tipos, na formatação historiográfica do saber histórico. A dialética articula a implicação e a transcendência como relação lógica. Trata-se de um contexto que reúne efetivamente as partes e as coloca ao mesmo tempo em “contradição” – ou seja, contém momentos de negatividade que vivificam o processo da formatação historiográfica com uma tensão interna entre os elementos típicos das diversas formas. Essa tensão confere à historiografia uma historicidade interna própria. Com esta, a historiografia ganha atratividade própria e a possibilidade de aparecer ao público como algo mais do que um mero modelo pré-fabricado de interpretação histórica, destinado a absorver novos conhecimentos.

Esse algo mais consiste justamente em fomentar no próprio sujeito – e é nisso que reside a inovação essencial da historiografia – o movimento de transformar os modelos recebidos.

Essa tipologia permite investigar o processo de formatação historiográfica do saber histórico sob diversos ângulos. A tipologia pode ser empregada, inicialmente, como um instrumental analítico da análise empírica dos fenômenos historiográficos. Nesse ponto, a tipologia exerce a função de uma conceituação teórica. Por meio dela, é possível estabelecer e interpretar a especificidade da formatação historiográfica justamente quando se trata da peculiaridade do histórico. A especificidade de um texto historiográfico pode ser identificada como uma conjugação de elementos típicos. Isso vale igualmente para a especificidade dos tipos de texto historiográfico. Ademais, as apresentações ou grupos de apresentações podem ser comparados sistematicamente entre si. Para tanto, a conceituação tipológica serve de parâmetro. Enfim, a tipologia permite reconstruir as mudanças na formatação do saber histórico promovidas por opções teóricas. Nessa atividade, a tensão conceitual na relação sistêmica dos quatro tipos ganha significado especial. Com efeito, reforça-se o entendimento teórico de que a historiografia, sob determinadas condições, tende a passar de um tipo a outro de modo não-arbitrário. A tipologia possibilita a construção de perspectivas históricas com respeito ao que há de especificamente histórico nas formações historiográficas. Ela fornece uma moldura conceitual, com a qual se pode evidenciar e demonstrar como a historiografia produz, ela mesma, no cerne da formatação historiográfica, mudanças históricas da vida prática humana.

Além dessa função analítica, a tipologia pode exercer também uma função pragmática. Essa função se realiza quando a teoria da história se torna diretamente um elemento ativo na historiografia. Ela abre, assim, um espaço de possibilidades de organizar o saber histórico obtido pela pesquisa de maneira que penetre eficazmente no discurso histórico do presente. Não penso, aqui, em uma normatização poetológica da historiografia, mas remeto apenas ao potencial reflexivo do processo mesmo da formatação historiográfica. A questão de saber se e como esse potencial pode ou não ser utilizado

não está entregue ao arbítrio dos historiadores, quando concorrem pelo prestígio da cientificidade, ou seja, porque escrevem história com base na pesquisa. O fundamento na pesquisa é um elemento intrínseco à formatação historiográfica e a historiografia é tributária dos atos lingüísticos de suas fundamentações argumentativas. Incumbe a essas fundamentações tornar possível, para os destinatários potenciais, o reconhecimento dos pontos de vista determinantes da constituição narrativa de sentido e a reflexão sobre eles.⁴⁷ Winfried Schulze chamou a atenção para um dado notável: a historiografia recente caracteriza-se por um grau surpreendente de reflexividade interna.⁴⁸ Eu vejo nisso um indicador da racionalidade específica da ciência.

A regulação de uma reflexão desse tipo, sobre os princípios organizacionais e formadores do saber histórico, determinantes da historiografia, não está em contradição com a “liberdade artística” do historiador. Decisivo é que essa liberdade encontre seu limite nas pretensões de verdade específicas da ciência. Isso quer dizer mais do que a mera regra anti-retórica, que o historiador não deve afirmar quaisquer fatos que estejam em contradição com as informações das fontes. O que se afirma é que a historiografia não pode produzir a aparência de um contexto narrativo de sentido que esteja em contradição com as regras metódicas da interpretação histórica. Por mais tentador que possa ser preencher os déficits de sentido deixados em aberto pela fundamentação da pesquisa histórica, a título de compensação, com os meios estético-retóricos da historiografia, a função orientadora do saber histórico, para cuja efetivação se faz pesquisa, nada ganha com isso. No final das contas, os destinatários seriam enganados, pela aparência de uma harmonia estética do mundo histórico, quanto à realidade em que desejam orientar-se por meio da memória histórica.

A tipologia da constituição narrativa de sentido pode exercer, pois, uma função esclarecedora em sua reflexão sobre os fundamentos da história como ciência. Ela pode tornar-se um meio da

⁴⁷ Ver I, 123 ss.

⁴⁸ Ver W. Schulze, *Formen der Präsentation der Geschichte* (14).

formatação historiográfica, quando esta tenciona dar, reflexivamente, informações sobre seus pontos de vista determinantes. A tipologia torna-se assim o *organon* da racionalidade historiográfica. Por seu intermédio é possível esclarecer com que conteúdo argumentativo e a que tipo de destinatários potenciais o saber histórico se dirige, estética e retoricamente. Alguns podem achar que se trata de um processo em que a vivacidade da escrita da história seria debilitada pela secura de pensamento da pesquisa e da reflexão, e preferir a imediatez pré-reflexiva do apelo estético das imagens da história. A faceta dionisiaca da consciência histórica, sistematicamente reprimida na pesquisa pela regulação metódica da relação à experiência, poderia então ser compensada historiograficamente — desde que se suponha que existam historiadores que, além de sua competência profissional, possuam suficiente talento dionisiaco para escrever. O apelo estético da imagem na história encontra-se, contudo, em uma relação problemática com a relevância cognitiva da pesquisa. O discurso histórico perderia seu poderio crítico, poderia desenvolver uma dinâmica própria, que privaria a consciência histórica efetiva dos frutos da pesquisa histórica.

Talvez o perigo inverso seja ainda maior: que a historiografia acene com um gesto de cientificidade, no qual, sob a aparência de objetividade, se transmitam conteúdos políticos. A relação da historiografia com a ciência e com a pesquisa tornar-se-ia, assim, uma bolha retórica, um mero encobrimento de intenções políticas, subtraindo-se à reflexão crítica sobre suas posições, reflexão que é essencial à objetividade do pensamento histórico.⁴⁹ A cientificidade tornar-se-ia mera aparência retórica, transmutada em seu oposto por um modo determinado de formatação historiográfica autoritária. Diante dessa possibilidade, a historiografia estaria mais próxima do padrão científico se fornecesse informação refletida sobre a direção que imprime à formatação historiográfica que utiliza para seu saber histórico. O apelo à emoção do destinatário não ignora sua inteligência.

⁴⁹ Ver I, 108 ss.

Ciência como princípio da forma

As observações precedentes sobre a reflexividade interna que a relação à pesquisa confere à historiografia já introduzem o problema de saber como a história como ciência se realiza na formação historiográfica do saber histórico. Já deve ter ficado claro que não há tipos separados de constituição histórica, especificamente científica, de sentido, que subsistissem fora dos quatro tipos descritos, ou acima deles. Ciência é, antes, um modo determinado do pensamento histórico, que transparece no formato dos quatro tipos e em suas configurações. Historiografia, como formação do saber histórico, tem de ser vista como um fator relativamente autônomo da matriz disciplinar da ciência da história. Como aparece nesse fator a cientificidade, essa limpidez da consciência, essa reflexividade interna que a relação sistemática à pesquisa confere à historiografia? Gostaria de tratar dessa questão tipologicamente, isto é, investigar como a relação esclarecedora da historiografia à ciência aparece nos elementos típicos que lhe são essenciais, e em sua articulação sistemática.

Que pontos de vista especificamente científicos são utilizados no processo de formação historiográfica do saber histórico obtido pela pesquisa? Trata-se naturalmente das três estratégias da garantia de validade da constituição narrativa de sentido que já apresentei ao abordar a questão da especificidade científica do pensamento histórico:⁵⁰ um aprofundamento sistemático do conteúdo experiencial, uma ampliação sistemática da perspectiva histórica vinculada a pontos de vista e um reforço sistemático da formação da identidade humana mediante pensamento histórico. Vinculados aos três princípios racionais do pensamento histórico, os quatro tipos da constituição de sentido adquirem uma dinâmica interna própria, entram numa espécie de inquietação argumentativa, que reforça sua tendência a transmutar-se em níveis de maior complexidade. A cientificidade inocula-os com a sofreguidão de subir de nível, que leva das formas e dos *topoi* tradicionais às estruturas exemplares, das exemplares

⁵⁰ Ver I, 95 ss.

às genéticas. A forma e o *topos* da constituição crítica de sentido funcionam nessa dinâmica como meio da transmutação. Em outras palavras: o tipo crítico insere-se, via cientificidade do pensamento histórico, nos demais tipos, imprimindo-lhes uma dinâmica de mudança formal que transmuta os elementos tradicionais da constituição de sentido em exemplares, e os exemplares em genéticos. Isso não quer dizer, contudo, que os elementos exemplares e genéticos desaparecem nessa dinâmica, mas sim que sua posição relativa na configuração dos elementos típicos de um se subordinam sucessivamente aos de outros.

(a) A cientificidade, nas formas e nos *topoi* da constituição *tradicional* de sentido, é fundamentalmente crítica da tradição. Ela introduz, nas orientações existenciais marcadas pelas tradições, um elemento de crítica e de fundamentação, que libera os sujeitos – ao menos em tese – da pressão por adaptar-se a ordenamentos prévios da vida. Isso não significa sempre e em todos os casos negação da tradição, mas apenas que se ganha uma oportunidade de se posicionar conscientemente com respeito a tradições, eventualmente de assumi-las e de preservá-las. O existir precedentemente, puro e simples, o caráter existencial *a priori* das interpretações históricas, presente nas circunstâncias culturais objetivas da vida prática, é relativizado, posto na dependência de fundamentações. Isso ocorre igualmente no plano pré-científico do trabalho – culturalmente necessário – da memória, pois as orientações históricas tradicionais somente são eficazes quando apropriadas, ou seja, quando tornadas vivazes na forma de histórias. Nessa vivacidade, a ciência introduz o elemento do controle crítico e da fundamentação argumentativa. Ela opera criticamente, sobretudo quanto ao conteúdo experiencial das orientações históricas tradicionais. Esse conteúdo é expandido, em princípio, pela pesquisa, com o que se rompe a estreiteza do horizonte experiencial das autocompreensões históricas tradicionais. A força normativa que os fatos do passado, rememorados, exercem sobre o tempo presente, é rompida pelo entendimento de que o passado pode ter sido outro. Fatos e normas começam a desconstituírem-se e ingressam em relações complexas de troca. Nestas, as tradições não continuam simplesmente a valer, mas necessitam ser revistas e

reelaboradas para continuarem a ser eficazes ("só dominas o que conquistaste"). O entendimento crescente da alteridade do passado torna a relação ao presente necessária, se as tradições devem seguir valendo.

Pode-se considerar, e mesmo lamentar, que o dever de criticar e fundamentar, imposto pela relação à ciência à constituição tradicional de sentido na formatação tópica e estética do saber histórico, resulte em um abalo do fundamento sólido que as tradições tomadas como válidas representariam. A ciência, como meio da memória histórica, aparece então como uma força desconstituidora, como parte de uma racionalização do mundo humano, que esvaziaria seus potenciais de sentido e que não passaria de uma espécie de museu imaginário do saber histórico elaborado metodicamente, a título de compensação pela perda de sentido.⁵¹ Quem considera, porém, que a ciência é uma invasão de racionalidade fatal na vivacidade da orientação tradicional da existência, desconhece que a própria cientificidade repousa sobre tradição e pode ser, perfeitamente, um meio de dar vida a ela, mesmo se sob outras formas, diferentes de uma validade incriticável só porque preexistisse e fosse culturalmente eficaz. A ciência pode revelar tradições sepultadas, pode ser o meio de um cuidado consciente da tradição e pode, enfim, obter novos potenciais de sentido da memória histórica.

Tudo só lhe é possível, por força dos princípios determinantes de sua argumentação racional, de um certo modo: as tradições são vinculadas à validade de boas razões e eficazes porque é em seu meio que se dá a fundamentação. Em sua relação crítica à validade tradicional prévia, inquestionada, das orientações históricas, a ciência constitui-se em metatradição. Ela não destrói as tradições, mas eleva-as a um determinado nível cognitivo. Como já dito, as orientações históricas tradicionais precisam ser relativizadas nos processos da constituição narrativa de sentido da consciência histórica, precisam ser narradas como histórias para ser eficazes. A cientificidade é um modo dessa relativização. Assim entendida, ela pode, certamente, tornar-se um fator de reforço das tradições – reforço pela densidade

⁵¹ Assim, por exemplo, A. Heuss. *Verlust der Geschichte*. Göttingen, 1956.

experiencial e pela superação crítica de horizontes temporais estreitos. Afinal, é a força da expansão experiencial e da ampliação de horizontes que conduz as formas e os *topoi* tradicionais da constituição narrativa de sentido a aproximarem-se da exemplar.

Com respeito à comunicação vinculada aos *topoi* históricos, isso quer dizer que a naturalidade implícita do entendimento, de que todos pertencem aos mesmos ordenamentos tradicionais da vida, é transposta para a linguagem de entendimentos explícitos. O entendimento vira compreensão, abre-se à força argumentativa dos princípios e das regras gerais. Em paralelo, no âmbito da constituição narrativa de sentido, alarga-se o processo de formação histórica da identidade. Ela progride, por assim dizer, para o plano consciente do desempenho cognitivo. As chances da liberdade abertas assim aos sujeitos podem ser formuladas, na linguagem da teoria dos papéis sociais, da seguinte maneira: o assumir papéis (como forma de identidade produzida pela constituição tradicional de sentido) passa a estar vinculado à autocompreensão consciente dos sujeitos, é enriquecido por novos elementos constitutivos desses papéis. Os sujeitos são interpelados pela historiografia para tornar-se, eles mesmos, co-autores conscientes das tradições históricas.

(b) A relação da formatação historiográfica à ciência introduz um elemento crítico fundamental também nas formas e nos *topoi* da *constituição exemplar de sentido*. A crítica dirige-se agora à supratemporalidade das regras do agir e dos princípios da organização da vida, apresentados por exemplos históricos. A experiência histórica ganha peso próprio, com o qual relativiza, temporaliza, as mesmas regras que aplica. Isso tem consequências ambivalentes. De um lado, as regras do agir perdem a força de convencimento da validade supratemporal, são envolvidas pela bruma do relativismo. De outro lado, aumenta a potência da faculdade histórica de julgar. O entendimento da especificidade temporal das regras do agir reforça seu grau de concretude histórica. Simultaneamente, amplia-se, na consciência dos sujeitos, a diversidade e a multiplicidade das regulações da vida humana prática. Seu agir ganha, mediante sua orientação histórica própria, novos espaços e novas chances de inovação.

Correspondentemente, cresce também a capacidade comunicativa dos sujeitos por meio da memória histórica. A simples subsunção de casos controvertidos a regras, que tornariam incontroverso o tratamento desses casos, cede lugar a um debate muito mais amplo e complexo, acerca de que experiências convêm a que regras, e inversamente. Ademais, coloca-se inevitavelmente a questão de saber se não existem metarregras, com as quais se possa trabalhar cognitivamente a diferenciação efetuada pela faculdade histórica de julgar. A cientificidade do pensamento histórico pode então ser introduzida como essa metaregra e operar eficazmente como elemento da formatação historiográfica. Os princípios determinantes de sua argumentação resistem, assim, à pressão de uma relativização temporal das regras do agir, ao organizarem diretamente a apresentação historiográfica dessa relatividade e ao conferir-lhe algum sentido. É certo que essa metaregra da cientificidade permanece abstrata e relativamente vazia de impulsos para agir que requeiram orientação histórica.

Nas formas e nos *topoi* da constituição exemplar de sentido, a cientificidade abre novas possibilidades de comunicação. A auto-compreensão histórica ganha uma série de pontos de vista, enriquece-se com as orientações regradas do agir e com as experiências que lhes correspondem. A relatividade temporal dos sistemas de regras do agir amplia o espaço do discurso histórico. Coisas tidas como naturais no plano dos princípios e das regras abstratas passam a ser expressas pela linguagem e submetidas ao balanço dos prós e contras de seu conteúdo experiencial e de sua capacidade de generalização. Nas mesmas proporções, cresce a competência reguladora dos próprios sujeitos. Eles enriquecem sua identidade histórica com o saber acerca de sistemas divergentes de regras presentes em suas vidas e reforçam sua capacidade de arbitrar essa divergência aplicando pontos de vista supra-ordenados, ou seja: submetê-la a um sistema de regras estabelecido por eles mesmos.

(c) Nas formas e nos *topoi* da *constituição crítica de sentido*, a cientificidade opera como a ambivalência específica da atitude crítica, com a qual a validade das orientações históricas deve ser

enfraquecida: ela se volta contra si mesma. Perde a inocência de uma alternativa simples e ganha a reflexividade acerca da circunstância de que a posição contrária não necessariamente tem de estar errada em todos os aspectos. A força desconstituidora das próprias contrahistórias, contudo, também está vinculada a regras de fundamentação. Essas regras submetem as experiências históricas referidas ao desafio do inteiramente outro do que se tem até agora, e expõem as normas, que conferem significação histórica a essas experiências, ao desafio do incondicionado. Essas diferenciações não enfraquecem necessariamente a capacidade histórica de dizer “não”. No entanto, é certo que elas não mais admitem a coação retórica como alavanca da reorientação histórica. Por outro lado, conferem à recusa de aderir às perspectivas históricas orientadoras da práxis e formadoras de identidade a pertinência adequada à demonstração das falhas da fundamentação. O que vale, por exemplo, um título de direito, se se baseia em documentos falsificados? Que força ainda tem uma tradição se as expectativas do presente se opõem a seu conteúdo empírico?

Com a cientificidade, aumenta a capacidade discursiva da constituição crítica de sentido. Ela desafia o opositor a apresentar argumentos melhores e abre-se, assim, à mediação entre posições e perspectivas opostas. Entra, enfim, como uma espécie de fermento produtivo em um amplo processo de constituição de sentido, que não mais depende daquilo contra o que se volta (com o que somente poderia pretender a meia verdade), mas assume a força da contraposição como movimento ampliador e aprofundante do entendimento. A rispidez de um “não” abrupto, com o qual a identidade histórica se afirma como delimitação e rejeição, ameniza-se no sentido próprio que deixa, ao outro, uma chance de ser outro, sem logo sucumbir ao veredicto de nada constituir de essencial. De certa maneira, a constituição crítica de sentido concentra-se nas formas especificamente científicas: ela não deixa fora de si aquilo contra o que se volta, mas leva-o consigo para outras formas de constituição histórica de sentido, como fator da força argumentativa específica da ciência.

(d) Também nas formas e *topoi* da *constituição genética de sentido* a cientificidade opera como crítica, aprofundamento da

relação à experiência, aumento da complexidade dos significados históricos, ampliação das possibilidades de comunicação e consolidação da identidade histórica. A experiência histórica obtida pela pesquisa crítica, em primeiro lugar, representações do tempo nas quais a constância de estados de coisas e de circunstâncias da vida desempenham algum papel. As qualidades naturais da vida humana rotineira são historicizadas (por exemplo, a sexualidade). A cientificidade, na constituição genética de sentido, mede-se pelo grau de temporalização das circunstâncias da vida humana. A cientificidade significa também, todavia, um modo novo da própria temporalização. Ela leva à crítica das unilateralidades e das coerções nas representações genéticas do processo do tempo. Ela as transpõe para as diversidades, divergências, mesmo contraposições dos processos. Com isso, aumentam o espaço, no discurso histórico, das perspectivas divergentes, cujas posições se podem transformar em orientações históricas. Ao mesmo tempo, amplia a flexibilidade da formação histórica de identidade mediante a força hermenêutica de reconhecer o outro em sua alteridade. A direção temporal que cada um obtém pela orientação histórica adquire seu perfil próprio, individual, ao articular-se com os tempos dos outros sujeitos, articulação na qual uns e outros se reconhecem e afirmam mutuamente.

Esse aumento de diversidade e divergência problematiza, naturalmente, a unidade genética do contexto temporal. Em que poderia ainda consistir o sentido de uma representação abrangente do tempo, como esta, se cada tempo próprio, individualizado, a confina em um momento limitado dela? Existiria algo como uma metagenética dos processos históricos, a que conduziria essa fermentação das constituições genéticas de sentido pela cientificidade? A cientificidade possui, com efeito, os traços de uma tal metadinâmica de processos, na medida em que a própria ciência apresenta uma dinâmica do conhecimento, que só se pode conceber adequadamente como um processo mantido em movimento por sua racionalidade metódica. Bastaria esse caráter processual para garantir o contexto de sentido de temporalidades divergentes?

Ciência e sentido histórico

A regulação metódica da pesquisa é formal, sem conteúdo. A ciência tem de ser entendida, afinal, como uma estrutura formal das constituições históricas de sentido, que não abrange suficientemente os conteúdos que conferem significado à história a ser escrita, como grandeza orientadora da vida humana prática. Uma tal concepção da ciência corresponde à experiência cotidiana do trabalho científico, que se comporta de modo neutro, e de certa maneira mesmo contrário, com respeito às expectativas de sentido dos sujeitos (inclusive dos cientistas). (Assim, por exemplo, a série de comentários que um texto traz sobre a natureza de sua cientificidade está na proporção inversa à sua capacidade de absorver o saber histórico que enuncia como grandeza significativa para o quadro de orientação da vida prática.)

Chega-se assim ao problema central da historiografia. De onde provêm os pontos de vista que o saber histórico retira seu poder cultural de orientação existencial? A regulação metódica da garantia de validade, sozinha, não basta, pois possui caráter apenas formal, enquanto o sentido histórico tem de estar sempre ancorado em conteúdos, acontecimentos, dados, processos, evoluções, ocorrências, estruturas. A racionalidade metódica do pensamento histórico é determinante para a história como ciência, cujas formas dela dependem. Como se articula essa racionalidade com os conteúdos desse pensamento, de modo que surja um construto de sentido capaz de ser aplicado, eficaz para orientar, ou seja, uma boa história?

É fácil logo conceber a historiografia como um ato de criação de sentido, no qual o pensamento histórico supera a formalidade de sua regulação metódica e passa à materialidade de uma forma significativa do saber histórico. Por longo tempo, a ciência da história comprovou-se com essa competência para instituir sentido para a historiografia. No entanto, nunca conseguiu identificar essa competência, irrestritamente, com a especialização profissional. O entendimento especializado não conduz automaticamente à criação de sentido na historiografia. Pelo contrário! Sua aridez contrasta fortemente com as possibilidades estéticas e retóricas de tornar o sentido atrativo.

Com efeito, a argumentação discursiva própria à história como ciência não coincide com o sentido historiograficamente instituído. Mas a história só é plenamente ciência se, com as formas, articular os conteúdos.

A historiografia especificamente científica é uma formatação do saber histórico que esteia a forma discursiva da argumentação científica nos conteúdos da experiência histórica apresentada. A razão científica ingressa no significado de uma história na qual a experiência do passado possui sentido para o presente. Ela cola nos fatos. Melhor dizendo: ela se torna o fermento do contexto temporal dos fatos apresentado historiograficamente como história. A historiografia recebe o selo da cientificidade quando, ao narrar uma história, narra igualmente o modo como lidou cientificamente com ela, e de maneira que esta integre aquela. A razão do pensamento histórico, que a ciência da história reivindica para si, tem de deixar reconhecer, nos conteúdos apresentados, sua cientificidade. De outra maneira, ficando meramente formal-abstrata, permaneceria fora do que interessa aqui, que é a orientação histórica da vida humana prática. Ela precisa inserir-se nos conteúdos da experiência histórica, refletir-se neles ou transparecer neles, de modo a tornar-se efetivamente parte integrante da história narrada (e não ficar entrincheirada no mero aparato das notas, que distraem do texto). Como é isso possível?

Essa questão me permite trazer novamente os quatro tipos da constituição histórica de sentido. Agora, porém, na direção inversa: da genética pela exemplar, de volta à tradicional (a crítica continua sendo tomada como meio necessário a esse percurso). O olhar volta-se na direção inversa porque a unidade de forma e conteúdo analisada dá-se originalmente na tradição. Aqui, sentido já é coisa e coisa já é sentido. Essa unidade vale sistematicamente como princípio da mediação entre racionalidade metódica e experiência histórica na formatação do saber histórico. Nos tipos da constituição narrativa de sentido, ela habilita a historiografia a tornar-se metatradição, metarregra e contexto temporal abrangente. Não se pensa aqui numa regressão de construções divergentes de tempos, vazias de experiência, à solidez de uma determinada tradição,

altamente particular, à qual a universalidade das pretensões científica de validade deveria ser reduzida. O que eu quero dizer é outra coisa. Na amplitude e na diversidade das possibilidades de apresentação elaboradas de modo especificamente científico deve-se encontrar um equivalente à tradição. Este deve conter, entretanto, a ampliação e o aprofundamento sistemáticos da constituição narrativa de sentido em função do princípio da cientificidade. Trata-se aqui do ponto de vista da *universalidade antropológica*, que possui igualmente a aptidão para criar o sentido das tradições. Essa universalidade corresponde à metatradição, à metarregra e à metaevolução do pensamento histórico. Com a aptidão das tradições a constituir sentido, esse pensamento poderia relacionar-se eficazmente à vida prática. Esse ponto de vista existe? Caso sim, como mostrar sua plausibilidade?

Para deixar claro do que se trata aqui, gostaria de refletir sobre o papel que a constituição de sentido pode desempenhar na historiografia. Sob o ponto de vista de uma relação de princípio, da historiografia à ciência, a constituição de sentido não pode significar que o próprio historiador apareça como criador de sentido. Ele só poderia fazê-lo na forma de uma criação de sentido estético-artística, religiosa ou ideológica. Nos três casos, a relação da historiografia à ciência seria ofuscada, restringida ou até excluída pela arte, pela religião ou pela ideologia.⁵² O historiador deixaria de ser cientista e tornaria-se artista, “profeta” (no sentido de Max Weber) ou ideólogo. Nesse caso, a racionalidade metódica da ciência da história seria instrumentalizada por essa fonte de sentido. Arte, religião e ideologia distinguem-se da ciência da história ao reivindicar a competência para criar sentido. Recorrem a fontes próprias de sentido. Reconhecida à historiografia uma função constituidora de sentido, importa demonstrar a plausibilidade de como essas outras fontes de sentido podem contribuir para as formas do pensamento histórico, enquanto

⁵² Por ideologia entendo uma cosmovisão conceitual pensada com a pretensão de valer incondicionalmente para a orientação da vida prática. Diversamente da religião, a ideologia recorre exclusivamente a experiências profanas, atribuindo à cientificidade do pensamento – no mais das vezes – uma capacidade universal de explicação e orientação.

submetidas aos mecanismos da garantia de validade específica da ciência. Levada essa condição a sério, arte, religião e ideologia recuam para o referido metapiano da constituição narrativa de sentido. Mas como poderiam elas utilizar a força criadora de sentido, que pretendem possuir, sem submeter-se ao princípio da racionalidade metódica?

Não desejo afirmar que a racionalidade metódica da ciência da história simplesmente descarte as fontes de sentido da arte, da religião e da ideologia. Pelo contrário, para poder atuar na vida cultural do presente, os saberes históricos necessitam ser fertilizados com os potenciais de sentido estéticos, religiosos e ideológicos. Mas como? Se o historiador aparece como criador estético de sentido, como instituidor religioso de sentido ou como fornecedor ideológico de sentido, então ele seria mais do que um historiador. Sim, quase inevitavelmente sua especialização profissional seria absorvida pela atitude estética, religiosa e ideológica. Se essa especialização, porém, deve ser preservada, pois de outra forma perderia a força de convencimento do saber especificamente científico, então o historiador deve renunciar à competência de criar sentido em nome de sua ciência. Mas não perderia ele assim, por sua vez, inexoravelmente, os potenciais de sentido a que sua ciência não pode renunciar, se não ao preço de abandonar sua posição cultural privilegiada como meio da orientação histórica da vida prática?

Esse certamente não é o caso, quando os potenciais de sentido da formatação historiográfica são ativados por meio da memória histórica, ou seja, quando a consciência histórica e suas operações de constituição de sentido encontram sua posição cultural específica. Aqui não se trata, originalmente, de criar sentido, mas de *rememorar sentido*. A historiografia tornar-se, assim, simultaneamente mais modesta e mais plausível. Mais modesta pela renúncia à criação de sentido; mais plausível porque recorre ao sentido já instituído e existente no mundo dos homens.

A historiografia não cuida de criar sentido, mas de rememorar sentido. E o faz de maneira que esse sentido seja tornado apto a contribuir para solucionar os problemas de orientação da consciência histórica no tempo presente, mediante o arsenal de recursos da

garantia científica de validade (vale dizer: mediante crítica do sentido pelo controle da experiência, reflexão sobre as posições de origens e teorização). O passado é sempre mais do que um acúmulo de fatos sem sentido, que teriam de ser articulados posteriormente em um contexto significativo (“histórico”). O passado sempre está presente como significativo nos processos culturais da memória. O historiador não pode pretender privilégio algum para o potencial de sentido que formula e torna presente pela escrita, pois esse potencial sempre está presente e manifesto nos tempos respectivos. A unidade de forma e conteúdo produzida pela historiografia já está pré-formada pela experiência histórica. A memória histórica preserva do passado apenas o que lhe parece – seja lá como for – consentâneo com o significado do agir humano. A correlação entre significado e agir estende-se ao pensamento histórico e adquire sua forma eficaz na historiografia. O metanível da constituição de sentido especificamente científica, nas formas e *topoi* tradicionais, exemplares e genéticos, que se interpenetram dinamicamente por meio da constituição crítica de sentido, situa-se nesse conteúdo prévio da memória histórica. Esse conteúdo deve ser elaborado e apresentado nas formas especificamente científicas do pensamento histórico.

Naturalmente, os conteúdos prévios da memória histórica não estão imunes à maneira pela qual a historiografia enuncia o rememorado. A cientificidade, como elemento formatador, conduz a uma certa modificação. Tendencialmente, ela desenvolve, a partir dos conteúdos prévios da memória histórica (originalmente tradicionais), pontos de vista de um significado histórico que consideram a espécie humana, a “humanidade”, como critério empírico e normativo da formação histórica da identidade. Essa universalização para toda a humanidade está presente já na pretensão de racionalidade com que a ciência da história se engaja no discurso histórico de seu tempo presente. Ela fundamenta essa pretensão na capacidade racional de todos os sujeitos interpelados pelos problemas da orientação histórica. Essa capacidade é suposta como própria ao homem como ser-espécie e se manifesta em todos os resquícios históricos do agir e do padecer humanos passados, “falando” assim ao presente.

Esse *logos* da linguagem é articulado pelo pensamento histórico, em sua busca de sentido, com os conteúdos prévios de sua reflexão. O *logos* está presente em ambos e, na ciência, representa uma certa forma de comunicação marcada pela humanidade, tanto em conformação empírica quanto em sua determinação normativa. Empiricamente, porque o campo da experiência histórica coincide fundamentalmente com o campo da manifestação temporal da espécie humana. Normativamente, porque os pontos de vista de seu significado para o presente, determinantes da qualidade histórica do passado humano, atingem diretamente as formas e os conteúdos atuais da formação da identidade histórica, dimensão relevante para toda a humanidade. (Os direitos do homem e do cidadão, que reconhecidamente exprimem essa dimensão, são parte integrante desses conteúdos históricos formadores de identidade.) É difícil explicitar a universalidade antropológica que caracteriza o critério historiográfico de constituição de sentido especificamente científico, para além das formulações historiográficas concretas, ou seja, independentemente dos conteúdos históricos e das diversas formas de apresentação. Trata-se de pontos de vista com os quais a historiografia corresponde à universalidade antropológica das categorias históricas. Em cada particularidade transparece o universal-humano, com o qual a história como ciência dirige o saber que produz às carências de orientação da vida humana prática, espelhando-as nesse seu reflexo, mesmo que distorcido.

Isso pode acontecer (e acontece) de maneira diferenciada. O sentido da história pode assumir formato historiográfico na forma de uma narrativa, na qual os processos temporais concretos dos acontecimentos são descritos de modo visível. O sentido aparece então no fio condutor narrativo desses acontecimentos, é apresentado nos fatos e por meio deles. Esse modo de apresentação é habitualmente chamado de historiografia "narrativa". Seus exemplos mais conhecidos se encontram na grande historiografia épica do século XIX. Sentido apresenta-se aqui na consistência estética das apresentações dos acontecimentos como históricos. Essa forma de apresentação sempre terá lugar na historiografia, mesmo se apenas como parte de uma forma mais complexa do saber histórico. Ela é a

mais penetrante, talvez a mais original e, no modo de constituição de sentido, a mais simples de fazer apreender narrativamente o sentido histórico. Seu limite está em seu pressuposto teórico, de que uma sequência temporal de acontecimentos passados basta para sustentar materialmente as determinações de sentido. Aqui o sentido histórico se daria (ou teria-se dado) no âmbito de mudanças temporais que o historiador somente teria de reproduzir mimeticamente.

Tem-se uma forma de apresentação totalmente diversa quando os contextos de sentido determinantes de cada apresentação histórica são explicitados de maneira peculiar, em textos parciais, que informam com que pontos de vista as respectivas interpretações foram produzidas. O sentido de uma história torna-se assim linguisticamente apreensível em uma forma teórica abstrata. Exemplos desse tipo aparecem com abundância na história social contemporânea, baseada em teorias.⁵³ Naturalmente, a apresentação do sentido não se restringe apenas a esses textos parciais, pois afinal trata-se quase sempre de textos em que essas partes estão articuladas com outras, para formar uma argumentação – ou seja, os textos parciais só fazem sentido no texto completo. Nada impede, contudo, que as concepções teóricas da historiografia possam ser apresentadas separadamente como textos autônomos. Elas são os indícios, no discurso historiográfico, do direito próprio da teoria a se formular. O exemplo clássico é o *Representação de uma história universal* de Schlözer.⁵⁴ Não faltam, contudo, na historiografia contemporânea, textos dessa natureza.⁵⁵ Tais formas são requeridas sempre que a historiografia é tributária do importante ponto de vista metódico da teorização para realizar sua pesquisa histórica.

As duas formas mencionadas, de certa maneira, equivalem-se. Apresentam o contexto histórico de sentido que organiza o saber do passado como uma grandeza integral, como algo claramente apresentável. Diferenciam-se, no entanto, no modo de apresentar essa completude do sentido histórico: implicitamente, de um lado, e por

⁵³ Por exemplo H.-U. Wehler. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*. 4 vols., München, 1987 ss. As referências dizem respeito à introdução (v. 1, p. 6-31).

⁵⁴ A. L. Schlözer. *Vorstellung einer Universalhistorie*. Göttingen, 1772.

⁵⁵ Por exemplo J. Kocka. *Lohnarbeit und Klassenbildung. Arbeiter und Arbeiterbildung in Deutschland 1800-1875*. Berlin, 1983.

isso pouco aberta à discursividade; explicitamente, de outro, e com isso controlável criticamente e modificável argumentativamente.

O sentido histórico pode ainda ser apresentado de outro modo: o do complicado intercâmbio entre texto e leitor. Trata-se aqui de uma “forma aberta” de formatação historiográfica,⁵⁶ que inclui expressamente o leitor como co-autor potencial da história narrada. A historiografia – nas palavras de Francis Bacon que descrevem o modo especificamente científico de apresentação – convidaria os homens tanto a ponderar o que foi encontrado quanto a acrescentar e completar (“*invite men, both to ponder that which was invented, and to add and supply*”⁵⁷) o leitor “implícito”, que todo texto admite como princípio de formatação, torna-se explícito na própria forma de apresentação, elevado ao mesmo plano do autor. Uma forma de texto assim abre possibilidades de comunicação, no ler ou no apreender (sobretudo se se tratar de “textos visuais”, como os filmes), de natureza toda particular, que inclui as duas outras formas de apresentação. Com efeito, todo leitor é co-autor potencial de sentido no ato de ler,⁵⁸ mas essa co-autoria é enfatizada no terceiro tipo de apresentação. Não são poucos os hábitos de consumo dos interessados a serem perturbados nesse processo. A formatação historiográfica fica incompleta, fragmentada e mesmo enigmática. Fica claro assim como é difícil, quicá impossível, recuperar sem alterações o passado rememorado em contextos temporais consistentes (“auto-evidentes” ou “teoricamente concludentes”).

Exemplos reconhecidos desse tipo de representação historiográfica são raros. Remeto a livros didáticos, fortemente marcados pela metodologia do aprendizado programado,⁵⁹ e a *Geschichte und Eigensinn* (História e sentido próprio) de Oskar Negt e Alexander

⁵⁶ Acerca da distinção entre formas abertas e formas fechadas, ver V. Klotz. *Geschlossene und offene Formen im Drama*. 4 ed. München, 1969.

⁵⁷ *The Works of Francis Bacon*, edit. por Spedding, et alii, v. 3, reimpr. Stuttgart, 1963, p. 498. Ver também W. Krohn. *Francis Bacon*. München, 1987, p. 173.

⁵⁸ W. Iser. *Der implizite Leser. Kommunikationsformen des Romans von Bunyan bis Beckett*. 2. ed. München, 1979.

⁵⁹ Ver sobretudo H.-D. Schmid (Ed.). *Fragen an die Geschichte*. 4 vols., Frankfurt, 1974.

Kluge,⁶⁰ cujo imenso sucesso de público é totalmente desproporcional a sua ressonância entre os historiadores. Não resta dúvida de que esse tipo é o mais moderno, o mais próximo ao questionamento das representações de sentido completas e fechadas, claramente praticado pela arte moderna. A plausibilidade dessa forma depende diretamente de seus destinatários não ficarem desorientados ou reagirem arbitrariamente com juízos quaisquer. Pelo contrário, eles devem ser interpelados pelo texto a ativarem intensamente sua capacidade de reflexão e sua autopercepção como destinatários. Assim, a ausência de um sentido claramente perceptível pode possuir o significado de evitar o falso conforto das formas simplistas e de engendrar a motivação para resistir ao lastro provocador da experiência histórica da falta de sentido.

⁶⁰ O. Negt; A. Kluge. *Geschichte und Eigensinn*. Frankfurt, 1981.

Capítulo 2

Didática - funções do saber histórico

*Para que servem, em minha faina
cotidiana, suas histórias universais de
outrora, cobertas de mofo?*
Raabe.¹

*Também o presente é incompreensível
sem o passado e sem uma boa dose de
formação, um preenchimento com os
melhores produtos do melhor de seu
tempo e do passado, além de uma boa
digestão, da qual advém o olhar profético
dos homens ...*
Novalis²

Neste capítulo não é minha intenção esboçar o esquema de uma didática da história. Desejo apenas elaborar e destacar aqueles pontos de vista da didática da história que são relevantes para a teoria da história, sem afirmar, com isso, que a primeira, como disciplina especializada, dependa da segunda ou decorra dela. Nas reflexões a seguir não me detenho nas inúmeras aplicações práticas do saber histórico na vida prática, mas sim no fato, algo abstrato, de que o processo de conhecimento da ciência da história está sempre determinado, pela relação à aplicação prática, do saber histórico elaborado pela pesquisa e formatado pela historiografia. A práxis como fator determinante da ciência – eis meu tema.

¹ W. Raabe. Das Odfeld. In: *Sämtliche Werke*, ed. por K. Hoppe. Göttingen, 1960 ss., v. 17, p. 28.

² Novalis. Fragment 1515. In: *Werke, Briefe, Dokumente*, ed. por W. Wasmuth, v. 2, *Fragmente I. Heidelberg*, 1957, p. 402.

O efeito sobre a vida prática (mediado seja como for) é sempre um fator do processo de conhecimento histórico, de tipo fundamental, e deve ser considerado parte integrante da matriz disciplinar da ciência da história. Esse efeito pode estar baseado em intenções mais ou menos conscientes dos historiadores, mas o está também nas expectativas, desafios e incitamentos que experimentam no contexto social de seu trabalho. Com seu trabalho científico, os historiadores podem e querem produzir efeitos. Por vezes escamoteiam esse poder e querer, e aparentam a face ingênua de um interesse “meramente” científico, por outras, relatam expressamente essas intenções. Em ambos os casos, não é clara a relação entre a intenção de produzir efeito e a pretensão de validade científica.³ Como, por princípio, não existe uma neutralidade valorativa do conhecimento científico, o trabalho do historiador sempre está permeado e determinado pelas relações à prática, essas relações devem ser geridas com consciência, longe da atitude equivocada da neutralidade ou da atitude irrefletida quanto à relação à prática. Isso por certo não quer dizer que a ciência da história devesse escancarar as portas da argumentação especializada a fins políticos. Em hipótese alguma. Pelo contrário, a teoria da história preocupa-se em colocar a relação do conhecimento histórico à prática, de maneira que se possa reconhecer nela a possibilidade dos procedimentos especificamente científicos e dos pontos de vista reguladores que se lhe aplicam. A ciência da história deve poder preservar esses pontos de vista do abuso político e também sustentar a autoridade que lhe é (por vezes) reconhecida no debate político em torno das orientações históricas.

³ O assim chamado “*Historikerstreit*” (polêmica dos historiadores) demonstra isso com clareza meridiana. Suas tensões decorrem, afinal, de que parece não existirem regras do discurso científico especializado, que abranjam os pressupostos, as implicações e as possibilidades de aplicação do conhecimento histórico (ou de suas pretensões de ter conhecido). A indignação quanto à crítica política de historiadores que não querem refletir ou admitir o conteúdo político de suas interpretações, não pode ser entendida sem esse déficit. A liberdade da ciência é menos uma blindagem contra a reflexão política das proposições históricas do que um modo da própria reflexão. Isso significa, ao mesmo tempo, que esse modo não é primariamente político, mas submetido a regras que compensem as coerções do poder e vinculem-se ao entendimento.

Naturalmente, esse saber é irrenunciável, se a ciência da história faz uso responsável dessa autoridade e joga seu peso, como especialidade, na balança das decisões políticas.

Tampouco é minha intenção inventariar o amplo campo das práticas, sobre as quais o saber histórico pode surtir efeito. No plano bastante abstrato da argumentação do “esboço de uma teoria da história”, só cabe tratar das regras gerais da relação do saber histórico à prática. Quero tratar da “práxis” como função específica e exclusiva do saber histórico na vida humana. Isso se dá quando, em sua vida em sociedade, os sujeitos têm de se orientar historicamente e têm que formar sua identidade para viver – melhor: para poder agir intencionalmente. Orientação histórica da vida humana para dentro (identidade) e para fora (práxis) – afinal é esse o interesse de qualquer pensamento histórico. Ela se torna a lógica (narrativa) própria desse pensamento, a dinâmica de sua realização e, enfim, também suas formas e regulação especificamente científica. Como o pensamento histórico pode realizar essa sua intenção na vida prática, e por força de sua constituição científica, é a questão central da “didática” como parte sistemática integrante da teoria da história. O termo “didática” indica que a função prática do conhecimento histórico produz efeitos nos processos de aprendizado. O que se entende aqui por processos de aprendizado vai bem além dos recursos pedagógicos do ensino de escolar de história (quase sempre conotado com o termo “didática”). “Aprender” significa, antes, uma forma elementar da vida, um modo fundamental da cultura, no qual a ciência se conforma, que se realiza por ela e que a influencia de forma marcante. O que se pode alcançar, aqui, por intermédio da ciência, é enunciado pela expressão clássica “formação”.

Gostaria de abordar a questão da formação histórica sob dois aspectos: um horizontal e um transversal. O corte transversal revela o saber histórico como síntese de experiência com interpretação. Com isso, a diversidade e a correlação dessas duas dimensões são articuladas com a terceira, a dimensão de orientação da vida prática, de modo a deixar claro como e quanto o pensamento histórico, especificamente científico, surte efeitos práticos. O corte horizontal trata da formação como processo de socialização e de individuação, trata da

dinâmica evolutiva interna da formação da identidade histórica e, naturalmente também, se e como essa dinâmica pode e deve ser influenciada pela ciência.

Teoria da história e didática

“Didática” é um conceito altamente controvertido no campo do pensamento histórico. Por um lado, goza de uma venerável tradição. Antes de sua transformação em ciência, a história refletia sobre seus fundamentos de um modo ao qual se aplica ainda hoje o conceito de “didático”. Tratava-se de ensinar e de aprender a história, de saber como escrevê-la a fim de que seus destinatários aprendessem alguma coisa para a vida.⁴ “Método” – conceito-chave da racionalidade – foi sempre visto pelos historiadores, até fins do século XVIII, como uma questão didática. A relação à prática do saber histórico valia como critério decisivo da formatação historiográfica, caracterizando desse modo tanto a interpretação histórica como o pensamento histórico.⁵ Na fase em que a história já tinha atingido seu estatuto científico próprio e se fundado pela reflexão da teoria da história, o conceito de didática conservou seu prestígio. Ninguém menos do que Johann Gustav Droysen considerava ser “didática” a forma mais elevada de historiografia. A esta, interessariam o todo, a dimensão universal da história da autocompreensão humana, a forma mais elevada da identidade histórica e, conseqüentemente, o cerne e a intenção fundamental do conhecimento histórico científico:

Do interesse didático exsurge a carência dessa forma histórica universal, na qual somente se justifica a ciência histórica como tal. Pois é somente nessa forma que ela se realiza plenamente, constituindo-se na totalidade que lhe é concedida.⁶

⁴ Ver breve síntese em H. W. Blanke (nota 2) e em H. J. Pandel. *Historik und Didaktik* (16).

⁵ A esse respeito, visão de conjunto em J. Rüsen; W. Schulze. *Historische Methode* (10).

⁶ J. G. Droysen. *Historik*, ed. por P. Leyh (4), p. 253 ss.

Em contraste grosseiro com essa terminologia está a difundida noção atual (e não é de hoje), aparentemente indestronável, de que a didática é alguma coisa completamente externa à história como ciência. Ela se ocuparia da aplicação e da intermediação do saber histórico, produzido pela história como ciência, em setores do aprendizado histórico fora da ciência. Os didáticos seriam transportadores, tradutores, encarregados de fornecer ao cliente ou à cliente – comumente chamado de “aluno” ou “aluna” – os produtos científicos. A didática relacionaria-se com o saber histórico produzido cientificamente como o *marketing* se relaciona com a produção de mercadorias.

Essa concepção dominante, que corresponde mais a uma mentalidade e raramente é explicitada ou mesmo fundamentada, atribui também à didática, contudo, com o assim chamado aspecto de “mediação”, certa autonomia cognitiva e pragmática. Sua utilização desemboca, afinal, de certa forma, em seu desaparecimento. A maior parte dos historiadores considera que essa mediação nada mais tem a fazer do que assumir, inalterados, os conteúdos e formas produzidos pela história como ciência. A única adaptação aceita é a que depende da capacidade de absorção gradual ou reduzida dos destinatários, que não são historiadores profissionais e que tampouco tencionam sê-lo. Essa mentalidade, difundida sobretudo entre professores do ensino fundamental e médio, é conhecida, na linguagem atual, como “didática da cópia”. (Ela teria a vantagem eventual de manter nessa didática, vista como meio de transporte do saber histórico científico para os setores não-científicos, a consciência das simplificações de linguagem que se faz ao ler as cópias, tão comuns hoje, com a “cultura da fotocópia”...)

A externalização e a funcionalização da didática são o reflexo de uma concepção estreita da ciência, por parte dos historiadores profissionais. Na medida em que a cientificidade for identificada exclusivamente com os procedimentos adotados pela pesquisa e com os tipos de saber por ela produzidos, são, de certa forma, “banidos da ciência” os demais fatores determinantes do processo cognitivo da história: a geração de problemas históricos a partir das carências de orientação da vida prática, a relação da formatação historiográfica

ao público e, sobretudo, as função de orientação prática do saber histórico (como ponto de vista que surte efeito sobre a produção mesma desse saber).⁷ Eles poderiam ser eximidos da responsabilidade da ciência e atribuídos a outras instâncias. A didática é o exemplo mais destacado de uma instância de exílio de um fator do conhecimento histórico que não é de somenos importância. (Um outro exemplo é a migração da historiografia do domínio da especialização reflexiva para a poética e a lingüística, nas quais de imediato é pensada de forma a perder sua cientificidade.)

Há naturalmente uma boa razão para distinguir as considerações didáticas da reflexão sobre os fundamentos da ciência da história. O ensino de história nas escolas exige dos professores uma competência que não coincide com sua especialização em história. A didática é a disciplina em que essa competência específica para a sala de aula, para ensinar, é formulada e refletida. As experiências, investigações, conhecimentos e testes necessários para isso possuem peso e lógica próprios, não coincidentes com o que a história como ciência pode produzir e produz. A didática da história leva sistematicamente em conta, em suas autonomia e independência disciplinares relativas, as diferenças entre o trabalho cognitivo da ciência da história e a atividade do aprendizado de história na sala de aula.

O problema não está na autonomia e na diferença didática da história, mas em sua relação com a ciência da história, sobretudo em seu estatuto nessa relação. Todo professor tem de conciliar pelo menos duas vocações em seu coração: a da especialização, que adquire (com não pouco esforço) durante seus estudos, e a de ensinar, a pedagógica, sem a qual (pode-se supor) não conseguirá ter sucesso no ensino de sua especialidade. A formação concentra-se manifestamente – levado em conta o currículo – no campo da especialização profissional. Daí que se considere a profissionalização pedagógica como a mera obtenção de competência técnica em sala de aula, com o que os termos “aplicação” e “mediação” fazem sentido. A didática da história não passaria então de um método de ensino, totalmente

⁷ Ver J. Rüsen. *Aufklärung und Historismus – Historische Prämissen und Optionen der Geschichtsdidaktik* (16).

indiferente aos mecanismos específicos do trabalho cognitivo da história. Assim, a teoria da história nada teria a dizer sobre a didática.

Uma neutralidade bonachona dessas disciplinas só pode ser defendida ao preço do abandono de questões essenciais de ambas. O ensino de história em sala de aula é uma função do aprendizado histórico das crianças e dos jovens. Isso significa que crianças e jovens aprenderem história é uma questão central da didática da história, a que a mera tecnologia de ensino não responde satisfatoriamente. Ademais, cada método pedagógico tem uma resposta diferente a essa questão. O aprendizado da história transforma a consciência histórica em tema da didática da história.⁸ Vale lembrar que os processos de aprendizado histórico não ocorrem apenas no ensino de história, mas nos mais diversos e complexos contextos da vida concreta dos aprendizes, nos quais a consciência histórica desempenha um papel. Abre-se assim o objeto do pensamento histórico para o vasto campo da consciência histórica, e a didática da história caiu nas malhas da teoria da história.⁹

Inversamente, a teoria da história aproxima-se forçosamente da didática da história. Quando as carências de orientação, que emergem das situações extremas da vida concreta no tempo, são transformadas em motivos para a obtenção de conhecimento histórico, não se pode evitar que essas carências possam (devam) ser entendidas também como carências de aprendizado, como ocorre, por exemplo, nas diretrizes curriculares e nos programas de ensino escolar. Algo semelhante acontece na investigação do fator disciplinar “formas da apresentação”: a relação do saber histórico a seus destinatários consiste sempre numa relação a processos de aprendizado no meio social da ciência da história.

A ciência da história não tem como dispensar-se, em sua especialização, dos impulsos advindos do ensino e do aprendizado de história. A didática ocorre nela permanentemente. Isso fica mais do que suficientemente claro em uma teoria da história que não limite sua reflexão sobre as carências de orientação, as formas de

⁸ Dois estudos são pioneiros nessa área: R. Schörken. *Geschichtsdidaktik und Geschichtsbewusstsein* (16) e *Didaktik der Geschichte* (16).

⁹ Ver J. Rüsen. *Didactics of history* (16).

apresentação e as funções de orientação existencial. Ela passa à didática, sem restrições, ao tratar desses três fatores da matriz disciplinar no contexto do aprendizado. E isso é sempre e necessariamente o caso, pois aprender é um ato elementar da vida prática, do qual decorre o conhecimento histórico e no qual este desempenha (ou pode desempenhar) seu papel próprio, correspondente à cientificidade. Inversamente, a didática da história passa conseqüente e forçosamente à teoria da história, sempre que pergunte o que significa para o aprendizado histórico a cientificidade do conhecimento histórico.¹⁰ História pode ser aprendida dos mais diversos modos e com os mais diversos conteúdos. Naturalmente, a ciência da história é, para a didática da história, uma instância que tem de ser consultada se importa ponderar as diversas formas e os diferentes conteúdos do aprendizado histórico.

Essa imbricação recíproca da teoria da história e da didática tem lá seus problemas, pois há o risco de subordinação e de funcionalização. A didática da história, no mais das vezes camuflada, mas não menos eficaz, consiste numa tentativa de deduzir uma concepção do aprendizado histórico os mecanismos dos processos cognitivos específicos da história como ciência, ou seja: fundir a didática com a teoria da história. Mesmo as concepções de didática da história que recusem a proposta de uma didática da história não deixam de formular para si diretrizes do pensamento histórico como uma espécie de teoria da história. Essa teoria estipula o que deve ser aprendido como história, e sua racionalidade metódica decide, como instância crítica, que modos do pensamento histórico devem ser aprendidos.¹¹ Negligencia-se aí, com freqüência, que a ciência repousa, por sua parte, sobre um fundamento existencial, do qual lhe vêm as mesmas questões e os mesmos problemas práticos da

¹⁰ Regra geral, as didáticas da história começam sempre, sistematicamente, por uma teoria da história. Assim J. Rohlfs. *Geschichte und ihre Didaktik* (16). Isso tem lá seus problemas, pois a dimensão originária fundamental, na qual se realiza o aprendizado histórico, é deixada de lado depressa demais. A dedução de sua especificidade e função é feita, também depressa demais, a partir da forma científica do conhecimento histórico. Ver minha crítica em *Juste milieu – geschichtsdidaktisch. Geschichte lernen*, 1, 1988, n. 2, p. 6-7.

¹¹ Ver J. Rohlfs. *Geschichte und ihre Didaktik* (16).

vida que interessam à didática como constituintes de seu interesse e de sua pesquisa no campo do pensamento histórico.

Há também argumentos que indicam a direção de uma funcionalização inversa. Seriam os pontos de vista didáticos que a ciência da história teria de assumir, se tencionava ser levada a sério. Com isso ela perderia, de certa maneira, sua autonomia. Teria no mínimo que aceitar a crítica de ser supérflua, se não assumisse (por uma teoria da história) os requisitos indispensáveis do aprendizado histórico.

Essas cobranças mútuas da teoria da história e da didática são improdutivas. Elas impedem entender a especificidade de cada estado de coisas abordado (história como ciência e aprendizado histórico) e causam uma redução do outro campo. Essas unilateralidades podem ser evitadas se ficar claro que a teoria da história e a didática possuem o mesmo ponto de partida, mas se desenvolvem em direções cognitivas diferentes e com interesses cognitivos diversos. Tanto a história como ciência quanto o aprendizado histórico estão fundados nas operações e nos processos existenciais da consciência histórica: a teoria da história e a didática convergem, assim, nesse tema. Elaboram-no, contudo, de maneiras distintas. A teoria da história pergunta pelas chances racionais do conhecimento histórico e a didática pelas chances de aprendizado da consciência histórica. Ambas estão intimamente interligadas, mas não são idênticas. A teoria da história cuida das questões didáticas na medida exata em que são necessárias ao esclarecimento do processo científico de conhecimento. E isso é evidentemente o caso quando as funções práticas do saber histórico atuam como fatores determinantes do próprio conhecimento histórico, sempre que se verifiquem, no processo do conhecimento, relações com a organização da vida prática estabelecidas mediante o saber histórico – relações essas que podem ser estabelecidas de modo especificamente científico. A ciência torna-se, assim, relevante como fator influente sobre a vida prática. A razão científica é posta em funcionamento como razão prática – seja ao ser utilizada pelos historiadores na prática, seja porque a prática o exige da ciência. A teoria da história reflete sobre a ciência como uma forma de vida, como princípio cultural da realidade social, sob o ponto de

vista de descobrir se e como ela realiza efetivamente suas pretensões de racionalidade.

O espectro dessas pretensões ou interpelações da competência científica é amplo. Sempre que a consciência histórica desempenha um papel público, não faltam historiadores dispostos e aptos a fazê-lo, inteira ou parcialmente. Pretendem, assim, estar investidos de uma autoridade fundada na pretensão racional da história como ciência. E se o pretendem com razão, então a racionalidade própria à história como ciência, em particular na lida prática com o saber histórico, tem de ficar patente. Esse patenteamento é o que faz a didática na teoria da história.

“Didática” é um conceito controvertido, pois hoje designa somente um campo determinado da pedagogia, o que se ocupa do ensino em sala de aula.¹² Com a mencionada ampliação do objeto da reflexão da didática da história ao vasto campo das atividades e funções da consciência histórica, esse confinamento foi, em tese, superado. Mesmo quando se deseja evitar o risco da onisciência da didática na amplidão imprecisa do que seja a “consciência histórica” e, ao invés, se queira caracterizar a didática, com mais exatidão, como a ciência do aprendizado histórico,¹³ “aprender” continua a significar o objeto da didática, na teoria da história. Se “aprender” for entendido, fundamental e genericamente, como processo no qual as experiências e as competências são refletidas interpretativamente, esse conceito de aprendizado diz respeito ao que se discute aqui: a contribuição da ciência da história para o desenvolvimento daquelas competências da consciência histórica que são necessárias para resolver problemas práticos de orientação com o auxílio do saber histórico.

¹² Na tradição do pensamento histórico-didático, hoje mal conhecida e pouco levada em conta pelas práticas especializadas da ciência da história. Ver H.-J. Pandel. *Historik und Didaktik. Das Problem der Distribution historiographisch erzeugten Wissens in der deutschen Geschichtswissenschaft von der Spätaufklärung zum Frühhistorismus* (1765-1830) (16).

¹³ Ver J. Rüsen. *Ansätze zu einer Theorie des historischen Lernens*, I (16), esp. p. 249 ss.

O que é formação histórica?

“Formação” é uma categoria didática, que abrange a competência de que se falou logo acima. A categoria da formação articula as competências com níveis cognitivos e, inversamente, articula as formas e os conteúdos científicos às dimensões de seu uso prático. Essas dimensões da práxis, por pressionarem as ciências com a ânsia de especialização e de diferenciação, representam para elas o risco constante de as desviar. Torna-se necessário, por conseguinte, uma reflexão própria para assegurar que o uso prático do saber produzido pelas ciências permaneça um ponto de vista sob controle da ciência, da produção de seu saber e da apresentação desse saber.

“Formação” significa o conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprio, que articula o máximo de orientação do agir com o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto-realização ou de reforço identitário. Trata-se de competências simultaneamente relacionadas ao saber, à práxis e à subjetividade. Em que consistem essas relações e como avaliar seu êxito ou fracasso? Formação opõe-se criticamente à unilateralidade, à especialização restritiva e ao afastamento da prática e do sujeito. Ela pressupõe a capacidade de apreender os contextos abrangentes — e de refletir sobre eles —, nos quais se formam e aplicam capacidades especiais. A categoria da formação refere-se à vinculação entre saber e agir exigida pela carência de orientação do sujeito agente, pois insere-se na representação do todo que constitui a situação em que o agente deve lidar com seus problemas. Formação leva muito a sério esse direcionamento à carência de orientação. Ela o contrapõe à fragmentação do saber científico necessariamente decorrente da especialização da ciência. Com isso, ela coloca à frente a carência do sujeito agente, de fazer-se valer como pessoa, no uso do saber para fins de orientação de sua própria vida prática, de afirmar-se como instância de legitimação dos modos práticos de viver. Ela contrapõe essa exigência também à colocação da subjetividade em função da pressão objetiva do saber empírico e de sua aplicabilidade técnica. Enfim, sempre que teoria e prática, saber e agir se sobrepõem, a formação sustenta o ponto

de vista da relevância pragmática e da dignidade moral do saber cientificamente produzido. Tais pontos de vista surgem sempre que se recorre à ciência para compreender as situações práticas e para lidar com elas.

Formação organiza os acervos de saber de três maneiras, forçosamente decorrentes da determinação de sentido do agir humano. Ela mantém a representação de um todo do mundo a ser apreendido, pelo saber, em todas as situações da vida. Ela sustenta que o saber é um elemento essencial do quadro de referências de orientação da vida prática e que deve, pois, possuir uma relação direta com esta. Ela defende que o saber é o meio em que se dá a orientação do agir, em que a subjetividade, o ser próprio e, melhor dizendo, a vontade de auto-afirmação dos agentes se efetivam no processo do agir. Essas três maneiras operam de modo distinto diante da manifesta diferenciação dos saberes científicos, do afastamento da práxis na produção do saber e da suspensão da legítima pretensão de auto-afirmação dos sujeitos. Para simplificar bem, pode-se chamar esses modos de compensatório e de complementar.

A formação é *compensatória* quando, acriticamente, de fora da produção científica do saber ou contra ela, deixa-a ao sabor de suas próprias regras, separa da racionalidade intrínseca ao saber científico as carências de orientação voltadas ao todo, à relação à vida e à subjetividade, enfim, satisfaz essas carências com meios não-científicos. Nesse caso, é a arte a mais utilizada, comprometendo irreversivelmente a dimensão cognitiva da compreensão humana do mundo e a auto-interpretação dos homens.

Formação pode dar-se ainda de modo *complementar*. Trata-se de fazer adotar seus próprios pontos de vista nos saberes científicos e em sua produção pelas ciências. Isso só é possível mediante a reflexão sobre as regras e os princípios com que as ciências organizam categorialmente sua relação à experiência, à práxis e à subjetividade. Essas reflexões colocam em evidência o universal no particular dos saberes, a práxis na teoria e a subjetividade na disciplinação metódica do pensamento. Elas instituem, para os sujeitos envolvidos na produção e na utilização dos saberes, uma possibilidade de comunicação, na qual as diversas competências para

produzir entendimento sobre as interpretações e o manejo dos problemas comuns são adquiridas. Nesse trabalho de entendimento são afastados os limites do saber, saberes são integrados, possibilidades de orientação cognitiva da práxis adquiridas e testadas, subjetividade para o autoconhecimento e entendimento mútuo fortalecida.

No modo de relação complementar à totalidade, à práxis e à subjetividade, formação é um processo dinâmico. A orientação e a força da identidade são obtidas pela ação comunicativa dos sujeitos participantes. Interpretação do mundo e autocompreensão deixam de ser grandezas estáticas (dogmáticas), que se refletem em bens de consumo da formação, e passam a ser movimentos dinâmicos das formas e dos conteúdos do saber, nos quais e pelos quais a vida prática é culturalmente determinada.

Formação complementar contrapõe-se a especialização excessiva, abstinência prática e subjetividade enfraquecida. Ele se eleva contra três propriedades que, em conjunto, caracterizam o "mundo dos especialistas", que Max Weber fustigou energicamente em sua visão apocalíptica de uma massificação generalizada da cultura ocidental, com racionalização e burocratização crescentes.¹⁴ Como mera compensação, a formação reforça a ignorância do geral por parte do especialista, o temor da responsabilidade de ir além do funcionamento técnico da aplicação prática do saber, e a debilidade dos sujeitos, que se sentem apenas como executores funcionais, como engrenagens do maquinário, como integrantes da "raça dos anões azafamados", "que podem ser atrelados a qualquer fim".¹⁵ A concepção complementar da formação rompe com a especialização excessiva ao dirigir seu olhar para as implicações teóricas dos saberes especializados, que os articula com os demais saberes. Com seu olhar para os fundamentos existenciais do saber, ela apreende sua relação interna à práxis. Com a reflexão sobre os pressupostos e

¹⁴ M. Weber. Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland. In: M. Weber. *Zur Politik im Weltkrieg. Schriften und Reden 1914-1918*. W. J. Mommsen (Ed.). Obras completas de Max Weber, I/15. Tübingen, 1984, p. 449 s. Edição brasileira: *Textos selecionados*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

¹⁵ B. Brecht. *Leben des Galilei*. Cena 14. In: B. Brecht. *Werke*. Grosse Berliner und Frankfurter Ausgabe, v. 5. Berlin e Weimar, Frankfurt, 1988, p. 284 s.

os princípios da racionalidade metódica, ela pode esclarecer a subjetividade como vontade de verdade e, assim, esclarecer também o saber como dimensão da experiência humana de si.

No sentido de uma concepção reflexivo-complementar da formação, o pensamento histórico está então “formado” quando se relaciona diretamente ao todo, ao agir e ao eu de seus sujeitos. As três relações não estão suficientemente dadas e efetivadas no processo cognitivo específico das ciências. Pelo contrário. Como em qualquer ciência, a totalidade do saber histórico fragmenta-se, na ciência da história, em uma miríade de saberes, cujos limites cada vez mais estreitos só conseguem ser vislumbrados pelos especialistas. Com a crescente racionalidade metódica da pesquisa histórica e com o surgimento de uma multiplicidade de diversas técnicas de pesquisa, o saber histórico obtido pela pesquisa afasta-se cada vez mais das preocupações da vida cotidiana. Alguma coisa de subjetividade só sobrevive a duras penas, dentro de limites estreitos e sob a forte pressão da disciplina da racionalidade metódica, dentro da “máquina” da práxis científica institucionalizada.

Não obstante, cabe lembrar que a formatação historiográfica do saber histórico obtido pela pesquisa faz valer os pontos de vista da coerência e da aceitação, que têm a ver com a totalidade, com a relação à práxis e com a subjetividade. Já que esses pontos de vista não são externos ou estranhos ao saber histórico produzido pela história como ciência, o trabalho reflexivo da teoria da história sobre os fundamentos da ciência da história pode ser apresentado em pormenor. Como parte integrante dessa reflexão sobre fundamentos, a didática tem por tarefa expor os três modos determinantes do saber histórico produzido pela história como ciência. Como tal, a didática não é uma reflexão sobre o todo, a práxis e a subjetividade no processo científico de produção de saber. Ela explicita os pontos de vista e as estratégias de uma tal reflexão, constituindo-se numa espécie de *órganon* da formação histórica. Ela a torna possível, sem porém realizá-la diretamente. Sua efetivação depende da elaboração cognitiva propriamente dita. Se essa elaboração não quiser ficar cega para seus próprios fatores fundamentais, tem de incorporar integralmente os modos típicos da formação.

Como se dá a função prática do saber histórico, como ponto de vista, no processo cognitivo da ciência da história? Há como identificar procedimentos, especificamente científicos, que definam o modo como o saber histórico produzido pela ciência, sem perder sua cientificidade, pode ser utilizado na prática? “Formação histórica” é a resposta a essa questão. A formação põe a cientificidade como uma propriedade do saber histórico. Ela a põe de modo que sua utilidade para fins de orientação, como “sentido formativo” desse saber, como relação íntima à totalidade, à práxis e à subjetividade. Como pensar essa relação íntima, como se manifesta, como se realiza explicitamente?

“Totalidade” é uma qualidade do uso do saber, que corresponde a um determinado direcionamento da orientação do agir. O agir é orientado quando os agentes dominam o contexto de suas circunstâncias e condições. O agir realiza-se então em um “horizonte” de interpretações, nas quais os agentes podem formular os problemas com que lidam no agir, abordar as possibilidades de sua solução, estimar as chances de êxito e se entender sobre suas relações mútuas. Pertencem a esse horizonte a apreensão abrangente da situação, a interpretação do mundo e a autocompreensão dos agentes, além da linguagem com que lidam com as circunstâncias do mundo, consigo mesmos e com os demais. A apreensão mencionada é de cunho radical, pois de outra forma não se poderia pensar um agir significativo ou mesmo a vida humana.

Nos processos cognitivos do pensamento histórico especificamente científico tem-se o equivalente dessa apreensão radical. Trata-se das categorias históricas, a rede de universais históricos, com a qual se captura, no amplo campo das experiências do tempo, o âmbito particular da experiência do histórico e as possibilidades de sua apropriação cognitiva.¹⁶ A teorização das categorias históricas – ou seja: a elaboração de uma antropologia histórica teórica – confere ao saber histórico, por princípio, seu caráter formativo. A reflexão categorial é condição necessária do valor formativo do saber histórico. Formas categoriais de pensamento são o universal no particular

¹⁶ Ver II, 63 ss.

do pensamento histórico, vale dizer: a história nas muitas histórias. As categorias fornecem os fios condutores para a integração do saber histórico obtido pela pesquisa em saberes históricos relevantes para a práxis e eficazes para a orientação. (É óbvio que os esquemas categoriais ordenadores internos passam por modificações ao longo do processo da pesquisa do individual e do particular. Eles são parte da dinâmica do progresso do conhecimento.)

É preciso dizer que as categorias históricas que instituem a totalidade são de natureza meta-histórica. Elas não dão ainda, ao saber histórico, sua estrutura interna, com a qual pode exercer a função formativa da relação à prática. Isso só ocorre na passagem das categorias meta-históricas (que apreendem, ordenadamente, todo o campo da experiência histórica) às concepções teóricas de cada história, que deslindam cognitivamente os processos temporais empíricos.¹⁷ Todo conhecimento histórico está marcado por uma relação ao presente, na interpretação de cada passado revisitado, relação que pode ser explicitada teoricamente (por exemplo, no caso das periodizações). Com essa relação, o saber histórico organiza-se em direção à função formativa da relação à prática. É nela e com ela que fica clara e discutível a posição daqueles a que se dirige (historiograficamente) o saber histórico. A identidade desses destinatários é interpelada pela perspectiva assumida pelo saber histórico, mediante a relação ao presente, que expressa a dependência da interpretação histórica com respeito a posições prévias. Os sujeitos interpelados pelo saber histórico pensam a dimensão temporal de sua própria vida prática na perspectiva de tempo consolidada empiricamente mediante as informações das fontes obtidas pelo conhecimento. Demonstra-se com isso também a relação da formação aos sujeitos na organização categorial interna do saber histórico. A subjetividade ingressa, desse modo, na amplitude de um olhar histórico apto a identificar, nos fenômenos do passado, qualidades humanas de alcance universal. Fortalece-se, assim, na forma de uma identidade histórica, constituída por sua vez pelos critérios desse significado universal, presentes na interpretação de seu próprio ponto de partida.

¹⁷ Ver II, 73 ss.

Os princípios e as formas do pensamento histórico, determinantes da história como ciência, são os mesmos que direcionam o saber histórico à formação, que lhe conferem um valor formativo.

Isso não quer dizer, entretanto, que a função formativa do saber histórico já esteja plenamente realizada em sua produção pela pesquisa e em sua apresentação na historiografia. Formação é um modo de recepcionar esse saber, de lidar com ele, de tomar posição quanto a ele, de utilizá-lo. Trata-se de uma utilização que não está necessariamente restrita à profissionalização, ao “mundo dos especialistas” dos historiadores. Ela é característica de todos os que desejam ou precisam efetivar sua compreensão do mundo e de si, na orientação da vida prática, em um determinado nível cognitivo. Esse nível não é o mesmo do grau de especialização da competência profissional, única a possibilitar o desempenho cognitivo da pesquisa. O nível cognitivo da utilização do saber, que caracteriza a formação, mede-se, antes, pelo grau de transparência do saber produzido cientificamente (ou seja: especializada e profissionalmente), por sua universalidade intrínseca, por sua relação interna à prática e à subjetividade, tal como ocorre na perspectiva típica do saber histórico conformado teoricamente. Formação não é, por conseguinte, poder dispor de saberes, mas de formas de saber, de princípios cognitivos, que determinam a aplicação dos saberes aos problemas de orientação. Ela é uma questão de competência cognitiva na perspectiva temporal da vida prática, da relação de cada sujeito consigo mesmo e do contexto comunicativo com os demais.

Naturalmente, essas competências dependem dos conteúdos do saber. Elas não podem estar vazias da experiência do tempo passado, elaborada e interpretada cognitivamente. Essas competências se adquirem na interpretação das experiências do tempo e são utilizadas quando se necessita argumentar historicamente para manejar os problemas da vida prática. A formação histórica é um modo dessa argumentação. Esse modo é caracterizado por fazer valer os potenciais racionais do pensamento histórico, consolidado na história como ciência, como modos argumentativos na vida prática. A ciência, assim, “vive” de certo modo. A formação histórica organiza sua autocompreensão mediante a memória histórica; engaja a definição

histórica de seu próprio ponto de partida na vida social presente; vincula o direcionamento da vida prática às representações de processos temporais significativos; projeta as perspectivas do agir futuro pelas formas discursivas que vivem do espírito da ciência.

Para caracterizar esse tema, Karl-Ernst Jeismann utilizou a feliz expressão “engajamento ponderado”.¹⁸ “Engajamento” significa vida prática, realização da própria existência na luta social pelo reconhecimento, na adoção e na defesa das próprias convicções, na efetivação das pretensões subjetivas de validade, no exercício do poder ou na inserção nele, na participação nos processos culturais que determinam o próprio eu, a relação aos demais, o lugar da natureza, em tudo, enfim, a que se refere o termo “práxis”. Trata-se do lócus da existência humana, no qual os sujeitos têm de agir e padecer para poder viver e no qual, sobretudo, estão envolvidos até as camadas mais profundas de seu eu nos processos temporais, nas mudanças de seu mundo e de si próprios. “Ponderado” significa um modo de manejo reflexivo dessa imbricação, a atualização dos potenciais racionais (possibilidades de argumentação dirigida ao entendimento mútuo) na efetivação da práxis, nesse engajamento em seu próprio tempo, na própria realidade social temporalmente dimensionada. O sentido formativo que o saber histórico produzido cientificamente, ou seja, que a história como ciência em seu conjunto possui em suas funções práticas, consiste em tornar possível essa ponderação no engajamento existencial. Isso ocorre da maneira como ele é buscado e produzido pela ciência. A ciência da história pode perfeitamente cunhar os potenciais racionais de que dispõem, cientificamente, como modos de uma “ponderação” constante do pensamento histórico no engajamento da vida prática. Ela pode dar notícia da estruturação teórica interna do saber histórico, de sua universalidade interna, de sua relação fundamental à práxis e das representações da identidade histórica que funcionam como seus princípios cognitivos.

Com outras palavras, o sentido formativo da ciência da história consiste em não velar a luz de seus princípios universais e

fundamentais da razão com o véu do “mundo dos especialistas” e sim deixá-la brilhar nos saberes e em suas formas, que as conectam com a especialidade e com a profissionalização. Isso requer certamente que todos os participantes – ou seja: todos os pesquisadores que produzem saber, todos os historiadores que formatam saber, todos os que tencionam utilizar o saber para orientar suas vidas práticas – compartilhem a mesma representação dessa razão. Todos devem estar, em princípio, de acordo (ou, ao menos, ser capazes de se entender) sobre o que faz o saber histórico tão racional em sua cientificidade, que leve à ponderação no engajamento na vida prática, humanizando assim a práxis. Esse acordo se faz acerca dos princípios racionais que caracterizam o pensamento histórico, que atuam sempre como forças existenciais de garantia de validade da narrativa das histórias.¹⁹ É sobre eles que se fundam, em última instância, as pretensões de racionalidade reivindicadas pela história como ciência, assim como as exigências que se faz à ciência com respeito a sua função orientadora. É sua contemporaneidade, seu interesse em “participar da comunidade dos homens de cultura”²⁰ com e por sua ciência, que vinculam o trabalho cognitivo dos especialistas à carência de orientação de seu tempo. Por outro lado, a contemporaneidade vincula a utilização do saber produzido profissionalmente também às pretensões formativas, ou seja, aos níveis e competências cognitivas de todos os que querem servir-se dele.

As três dimensões de aprendizado da formação histórica

Com suas pretensões de racionalidade, a ciência da história é eficaz na prática como formação histórica. Sua eficácia diz respeito a um conjunto de competências para orientar historicamente a vida prática, que pode ser descrito como a “competência narrativa” da consciência histórica. Ela é a capacidade das pessoas de constituir sentido histórico, com a qual organizam temporalmente

¹⁹ Ver I, 84 ss.

²⁰ M. Weber. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (4), p. 600. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1972.

¹⁸ K.-E. Jeismann. *Didaktik der Geschichte* (16), p. 63.

o âmbito cultural da orientação de sua vida prática e da interpretação de seu mundo e de si mesmas. Essa competência de orientação temporal no presente, mediante a memória consciente, é o resultado de um processo de aprendizado. Formação baseia-se no aprendizado e é, simultaneamente, um modo do próprio aprendizado. A formação histórica não pode ser pensada, por conseguinte, como um componente fixo das orientações temporais, que se pode adquirir e, em seguida, “possuir” (como um certificado de conclusão do ensino médio, um diploma ou as obras completas de algum historiador, encadernadas em couro e com lombada dourada, na estante) como um objeto (como uma espécie de selo de qualidade da posição social). A formação histórica é, antes, a capacidade de uma determinada constituição narrativa de sentido. Sua qualidade específica consiste em (re)elaborar continuamente, e sempre de novo, as experiências correntes que a vida prática faz do passar do tempo, elevando-as ao nível cognitivo da ciência da história, e inserindo-as continuamente, e sempre de novo (ou seja: produtivamente), na orientação histórica dessa mesma vida. Aprender é a elaboração da experiência na competência interpretativa e ativa, e a formação histórica nada mais é do que uma capacidade de aprendizado especialmente desenvolvida. Essa capacidade do aprendizado histórico precisa, por sua vez, ser aprendida. Como?

Busco responder a essa pergunta ao descrever o aprendizado histórico como um modo do processo de constituição de sentido na consciência histórica. Tomo esse modo, em seguida, para examinar como surgem nele as competências que constituem a formação histórica. (Como essas possibilidades são apreendidas, e efetivadas por um processo de aprendizado a isso destinado e didaticamente apto, já não mais constitui uma questão da didática da teoria da história, mas é assunto da didática da história como uma disciplina da ciência da história relativamente independente da teoria da história.)

A consciência histórica é constituição de sentido sobre a experiência do tempo, no modo de uma memória que vai além dos limites de sua própria vida prática. A capacidade de constituir sentido necessita ser aprendida, e o é no próprio processo dessa constituição de sentido. Que outras qualidades se encontrariam nas operações

típicas da consciência histórica, que não a memória histórica e o processo da constituição narrativa de sentido da experiência do tempo, que valem como orientação existencial e assim são o próprio aprendizado histórico?

Para não me perder nos meandros da psicologia do aprendizado, prefiro recorrer aqui a um exemplo simples (talvez até simples demais). Aprender a nadar e nadar para valer podem ser distinguidos como dois processos, embora ocorram como movimentos semelhantes, na água. No aprender a nadar, nada-se (mesmo se ainda não “certo”), e no nadar, não efetuado com o objetivo de aprendizado, ainda se pode aprender algo. Bem. Com a história, as coisas passam de maneira um pouco mais complicada do que com a natação. Não é nada fácil apontar as capacidades exatas que se adquiriu pelo aprendizado da história. Curiosamente, a didática da história ainda não debateu seriamente em que comportamento de uma pessoa se poderia identificar que ela adquiriu uma consciência histórica desenvolvida, enfim, que ela aprendeu história. Será que acontece na história algo como a experiência do salto (como na natação), em que pode exclamar: “Agora eu sei!” Que ocupação com o passado não é um processo de aprendizado? Como aprender também pode significar a obtenção de novo saber, é possível considerar como aprendizado um programa de televisão, que aborde temática histórica e que transmita informações (objetivamente corretas), na medida em que essas informações são apreendidas e armazenadas de algum modo na consciência histórica. Uma mera repetição do que já se sabe não seria um processo de aprendizado. Operações da consciência histórica ou outras maneiras de ocupar-se da história podem ser distinguidas, ponderadas e ordenadas segundo intensidades diversas de aprendizado. Que critério de qualidade de aprendizado fundamenta essa distinção, ponderação e ordenação?

Essa questão é crucial para a didática da história. Sem resposta a ela não se pode estabelecer em que consiste a competência narrativa da formação histórica. O que é específico, nos processos mentais da consciência histórica, ao aprendizado? Com que critérios se pode estabelecer e avaliar sua importância para o aprendizado? Para responder a essas perguntas lanço mão da distinção entre dois pontos

de referência e três níveis ou dimensões nos quais se dá o aprendizado histórico.

Aprender é um processo dinâmico, ao longo do qual o sujeito aprendiz passa por mudanças. Ele adquire alguma coisa, apropria-se de algo: um entendimento, uma capacidade ou um misto dos dois. No aprendizado histórico dá-se a apropriação da "história": um dado objetivo, um acontecimento, que ocorreu no tempo passado, torna-se uma realidade da consciência, torna-se subjetivo. Passa, assim, a desempenhar um papel no ordenamento interno do sujeito. O aprendizado histórico é um processo da consciência que se dá entre os dois pontos de referência seguintes. De um lado, um dado objetivo da mudança temporal do homem e de seu mundo no passado. De outro, um sujeito determinado, uma autocompreensão e uma orientação da vida no tempo. O aprendizado histórico caracteriza-se, pois, como um movimento duplo: algo objetivo torna-se subjetivo, um conteúdo da experiência de ocorrências temporais é apropriado; simultaneamente, um sujeito confronta-se com essa experiência, que se objetiva nele. Isso não quer dizer, no entanto, que a história aprendida seja um estado de coisas estático e definitivo, previamente dado, que a consciência apenas reproduziria, como num espelho. Tampouco quer dizer que o sujeito aprendiz deva estar restrito exclusivamente ao aprendizado da história. Uma concepção desse tipo, erroneamente, subestimaria o papel produtivo do sujeito e coisificaria a "história".²¹ De outro lado, a história é mais do que um mero construto subjetivo da consciência histórica.

"Objetivamente", a história está dada de dupla maneira. De uma parte, como sedimento quase-coisificado das mudanças no tempo, nas circunstâncias concretas da vida presente (toda pessoa nasce na história, em um passado que se transpõe para o presente). De outra parte, nos diversos estados de coisas (como documentos, monumentos e semelhantes), que informam sobre o que, quando e por que foi o caso. A pressão da experiência do primeiro sentido, da "história" como dado, é a pressão por adequar-se, muito mais forte

do que a pressão do segundo, de que é qualitativamente diversa. A apropriação histórica do próprio presente exige do sujeito, contudo, que passe de uma à outra experiência. Isso vai além de uma tarefa meramente escolar. Essa passagem sempre ocorreu nas circunstâncias reais da vida dos sujeitos que aprendem. A história sempre se *prescreve* antes de qualquer tentativa de aprendizado. Essa *pré-escrita* não diz apenas que as condições atuais da vida se tornaram o que são. Se for o caso somente de destacar o caráter de "dadas", dessas condições, poder-se-ia simplesmente esquecer sua mudança e transformação no tempo. Estar *pré-escritas*, para as histórias, significa que elas fazem parte, na forma de memória consciente e de passado interpretado, da vida real presente, na qual se deve aprender como lidar com ela. Histórias são, por exemplo, parte da cultura política, ou elemento das composições identitárias efetivas das pessoas, como as nacionais ou de gênero. As histórias cristalizadas na vida humana, como realidade por si (ou seja: "objetivamente", como monumentos, exposições históricas, diretrizes curriculares para o ensino de história), lançam uma ponte, dos dados históricos presentes nas circunstâncias da vida concreta, para o dado documentado das experiências históricas. Uma ponte, da história que vale, antes de qualquer memória, como conjunto das condições da vida prática, para a história "escavada" dos arquivos da memória e tornada conteúdo da consciência mediante o aprendizado.

A apropriação da história "objetiva" pelo aprendizado histórico é, pois, uma flexibilização (narrativa) das condições temporais das circunstâncias presentes da vida. Seu ponto de partida são as histórias que integram culturalmente a própria realidade social dessas circunstâncias. O sujeito não se constituiria somente se aprendesse a história objetiva. Ele nem precisa disso, pois já está constituído nela previamente (concretamente: todo sujeito nasce na história e cresce nela). O que o sujeito precisa é assenhorear-se de si a partir dela. Ele necessita, por uma apropriação mais ou menos consciente dessa história, construir sua subjetividade e torná-la a forma de sua identidade histórica. Em outras palavras: precisa aprendê-la, ou seja, aprender a si mesmo.

Nesse processo, o sujeito afirma a si próprio. Ao aprender, firma a dimensão temporal de sua própria identidade e assenhoreia-se de

²¹ Constatamos esse direcionamento em H. Jung e G. von Staehr. *Historisches Lernen*, 2 v. Köln, 1983 e 1985.

si, de *seu* tempo. Isso não quer dizer que o sujeito possa dispor dos dados históricos de sua existência ao bel-prazer de seus interesses, desejos, esperanças, aspirações ou temores. É certo que tais intenções sempre atuam, mas não bastam para uma apropriação efetiva da história objetiva ou para elaborar suficientemente a autocompreensão histórica que sirva à orientação. Antes, os interesses, as expectativas e as pretensões devem ser confrontados com o conteúdo experiencial da história objetiva, modificados por ele e então concretizados, com o que podem vir a ser eficazes.

Esse duplo movimento de aprendizado, de passagem do dado objetivo à apropriação subjetiva, e da busca subjetiva de afirmação ao entendimento objetivo, alcança o nível ou a qualidade da formação quando consegue efetivar a articulação entre objetividade e subjetividade do pensamento histórico, característica da história como ciência. Isso significa que o processo de aprendizado assume os traços de um certo estranhamento, na passagem do caráter prévio dos dados do passado, tornados parte das circunstâncias da vida prática do presente, à consideração de suas fontes na tradição. No passado, apreende-se a qualidade temporal como um *outro* próprio, cuja alteridade especificamente histórica se torna um desafio intelectual para as representações do tempo que orientam o agir, a ser levado a sério. Formação é a capacidade de se contrapor à alteridade do passado, de levantar o véu da familiaridade que se tem com o passado camuflado na vida prática presente e de reconhecer o *estranho*, assim descoberto, como próprio. Formação é uma intensificação dos pressupostos da subjetividade no manejo cognitivo do passado.

Isso diz respeito, em primeiro lugar, ao passado que encontrou seu lugar nas circunstâncias da própria vida. Sua apropriação ponderada como algo de próprio estende-se ao velado, ao recalcado, ao omitido, que continuam atuando. Como causam dor, são escamoteados e esquecidos pelos sujeitos aprendizes nos mecanismos culturais disponíveis à memória histórica. A formação histórica obedece ao aforismo "*audiator et altera pars*" ("ouça-se sempre a outra parte"), sempre que a "outra parte" signifique dissensão com respeito às tradições e representações preferidas. A formação abre à consciência histórica a possibilidade de dissentir, no âmbito das

circunstâncias da própria vida em que se encontra concretamente o sujeito em formação. Afinal, essas circunstâncias devem ser superadas por ele mesmo, almeja-se apropriar-se intelectualmente da história de que é resultado.

A formação histórica, no movimento de aprendizado da objetividade para a subjetividade, significa também uma flexibilização fundamental dos próprios pontos de vista do sujeito, uma determinada forma de posição própria do sujeito ao apropriar-se interpretativamente da experiência do passado. Posições originalmente só afirmadas, com suas percepções seletivas, rígidos modelos de interpretação e hirtas pretensões de validade, são capacitadas a transformar-se pela argumentação aberta. Isso requer o aumento da capacidade de empatia e a disposição para perceber a particularidade de sua própria identidade histórica, dentro de cujos limites, porém, haja espaço para a alteridade dos demais sujeitos, com os quais e contra os quais as afirmações de cada um, nas orientações históricas, têm de lidar e manter-se. O autoconhecimento no espelho do passado está formado quando inclua a autocritica como aptidão para perceber os limites que separam sua própria identidade da alteridade dos demais. Nessa percepção, devem estar presentes tanto o entendimento como a aceitação do ser outro. Autocrítica como chance de reconhecimento. Eis o correspondente subjetivo do lado objetivo do aprendizado histórico, em que o recalcado tem de ser lembrado, para evitar que se repita no processo das transformações das circunstâncias da própria vida. Com a aptidão para expandir o limite de tolerância da experiência histórica, a formação histórica abre ademais uma chance de liberdade. Liberdade como superação dos recalques forçados e de suas conseqüências, da constante repetição do recalcado. A formação histórica libera a superação das coerções que levam ao recalçamento, oriundas dos dados culturais prévios da memória histórica presentes nos sujeitos em formação.

A formação histórica supera os limites da experiência ainda de uma segunda forma. Ela amplia a orientação histórica por recurso a fatos passados que não se encontram sedimentados nas circunstâncias da vida prática atual. Ela abre o olhar histórico para a uma amplidão temporal em que o presente e a história inserida nele são

relativizados em contraste com outras histórias. Essas outras histórias mostram ser possível existirem outros homens diversos do sujeito particular. Com isso, a particularidade da realidade histórica de cada sujeito é posta sob uma luz que não mais admite a redução de tudo à história própria de cada um. Mediante a apropriação intelectual dos passados, a subjetividade dos sujeitos em formação ganha novos espaços internos, insuspeitados. Ela situa seu ser próprio em meio à diversidade dos modos de ser homem, expandindo seu horizonte de autocompreensão para a humanidade, como o todo das mais diversas formas de existir do gênero humano. A formação incrementa a consciência da própria relatividade histórica e, com isso, a dinâmica temporal interna da identidade histórica. Ela abandona a limitação do historicamente garantido e óbvio, ganhando, com a instabilidade da contingência, a liberdade de reconhecer, como justificado, o ser outro de todos os outros. A formação histórica significa, igualmente, uma consciência mais profunda do sentido próprio do eu.

Essa duplo processo de aprendizado e apropriação da experiência histórica, e de auto-afirmação histórica, dá-se em princípio por meio de três operações. Pode-se distingui-las (artificialmente) em *experiência*, *interpretação* e *orientação*, e analisá-las em relação aos diferentes níveis ou dimensões do aprendizado histórico. A atividade da consciência histórica pode ser considerada como aprendizado histórico quando produza ampliação da experiência do passado humano, aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de orientação da vida prática.²²

²² Essa distinção corresponde à composição das operações da consciência histórica que K.-E. Jeismann propôs, em sua didática do ensino de história, como operações essenciais do aprendizado: análise, juízo objetivo, valoração. Creio que "experiência, interpretação e orientação" são mais abrangentes e fundamentais, sem ficarem restritas ao campo cognitivo da ciência da história, que parece ser o único a interessar Jeismann. Ver K.-E. Jeismann. *Grundfragen der Geschichtsunterrichts*. In: G. C. Behrmann/ K.-E. Jeismann/Hans Süßmuth. *Geschichte und Politik. Didaktische Grundlegung eines kooperativen Unterrichts*. Paderborn, 1978, p. 76-107, esp. p. 76 ss. Ver também K.-E. Jeismann. *Geschichte als Horizont der Gegenwart* (16) p. 61 ss.

A distinção desses três níveis ou dimensões possui a vantagem de deixar ver os campos de atuação da consciência histórica, que escapam amiúde à observação. Ademais, ela permite entender qual é o interesse do aprendizado histórico e da formação histórica: não é só uma capacidade que vem ao caso, mas sua multiplicidade e sua articulação equilibrada. É freqüente que se negligencie a competência de interpretação e orientação em benefício dos componentes do saber empírico. Quase sempre se deixa de lado que o saber histórico é um produto da experiência e da interpretação, resultado, pois, de síntese, e não um mero conteúdo pronto a ser decorado. Ocorrem, com freqüência, desequilíbrios na relação dos três componentes. O que adianta, por exemplo, um amplo saber histórico que só se sabe de cor, sem nenhum tipo de valor de orientação? De outro lado, o que adianta a capacidade de reflexão e crítica de projetos práticos, se ela está vazia de experiência?

Gostaria de esboçar os três componentes do aprendizado histórico, um a um, para em seguida caracterizar a relação entre eles e, por fim, refletir como cada um e seu conjunto devem ser especificamente tratados, se o aprendizado histórico deve desembocar na formação histórica.

(a) O aprendizado histórico corresponde ao aumento da *experiência* no quadro de orientação da vida prática. As operações da consciência histórica podem ser consideradas como processos de aprendizado, quando se concentram no aumento dos saberes sobre o que foi o caso no passado. Para isso, é necessário que a consciência se abra a novas experiências. O aprendizado histórico depende da disposição de se confrontar com experiências que possuam um caráter especificamente histórico. Que experiências são essas, e do que se necessita para fazê-las? Não se trata apenas da apreensão de que algo foi o caso no passado. Nada é histórico só porque ocorreu. O caráter histórico de algo consiste numa determinada qualidade temporal. A experiência de que se fala aqui é a da distinção qualitativa entre passado e presente, que o passado é qualitativamente um outro tempo do que o presente. Trata-se disso e de que o tempo é passado com relação ao tempo presente e que de algum modo permanece, como passado, neste. Baseada nessa distinção, a

experiência histórica é então também uma apreensão das diferenças e mudanças qualitativas do tempo no passado.

A experiência histórica é, pois, fundamentalmente, experiência da diferença e da mudança no tempo. A experiência da diferença temporal (uma velha igreja ao lado de uma moderníssima agência bancária, um prédio barroco junto a um edifício de apartamentos, uma casa colonial cercada de prédios de escritórios) tem seu atrativo – um fascínio que pertence aos impulsos mais importantes de aprender história. A fascinação suscitada por esse objeto da experiência não é suficiente, porém, para mobilizar uma atenção consciente e ativa a essa experiência, com a intenção de se apropriar dela mediante uma interpretação própria. Para tanto, necessita-se de um outro impulso, decorrente dos problemas de orientação do próprio presente. Assim, por exemplo, as divergências entre as experiências do presente e as expectativas de futuro, com as quais se deve lidar no agir, dirigem seu olhar para o passado, com a intenção de construir delas uma imagem realista e de cogitar como superá-las. A alteridade do passado, experimentada, abre o potencial de futuro do próprio presente. Para tanto, importa relacioná-la interpretativamente ao presente, ou seja, inseri-la intelectualmente no quadro de orientação da própria vida prática.

O aprendizado histórico, inserido na dimensão da experiência, torna-se um processo de formação, sempre que se tenha constituído determinada competência experiencial. Essa competência consiste em que as experiências históricas são conscientes, ou seja, que o movimento de busca do conteúdo empírico do saber histórico nasce do próprio sujeito, de sua curiosidade empírica. Ela não advém mais da apropriação, adoção e elaboração dos saberes disponíveis sob a pressão de experiências externas do tempo. A formação é uma transformação estrutural da experiência. A experiência sempre tem um lado ativo e um lado passivo. Algo se impõe, de fora, à consciência, mas é esta que, ao registrá-lo, o processa com recursos interpretativos próprios, fazendo-o perceptível e cognoscível. O processo de transformação da experiência, no qual o aprendizado se torna formação, é uma transferência da ênfase do lado passivo para o ativo. O sujeito transcende seus próprios limites e os do saber histórico que

lhe é dado e põe-se à busca de novas experiências históricas. Nesse movimento, ele agrega a si novas dimensões da experiência histórica, correspondentes a seus próprios interesses, aspirações e esperanças. O sujeito desenvolve um sentido para a alteridade temporal e para os processos temporais, que o conduz do outro experimentado ao eu vivenciado, tornando esse eu muito mais consciente e conferindo-lhe uma dinâmica temporal interna muito mais elaborada.

Esses movimentos de busca da experiência da formação histórica somente são possíveis em situações relativamente livres de pressão. No tempo presente, a pressão da experiência temporal tem de ser compensada, para que o sujeito ganhe espaço de auto-afirmação e de responsabilidade, de modo a poder agir para além do tipo dado de experiência do tempo. A compensação das coerções para agir, no campo da formação histórica, leva com frequência a uma relação estética abstrata com a experiência da alteridade do passado. Ela se refugia numa espécie de descompromisso com respeito às exigências pragmáticas do presente. A experiência da alteridade histórica, apropriada ao longo da formação, pode perder-se na compensação estética das coerções a agir. Com isso, a formação degenera para algo de deslocado no quadro de orientação da vida prática. A liberdade da experiência histórica própria pode conduzir à desvinculação estética do mundo, como se um véu encobrisse o olhar histórico que buscasse perscrutar a temporalidade intrínseca às circunstâncias atuais da vida.

Diante de uma formação histórica esvaziada de sua relação ao mundo, deve-se recordar a relação à prática constitutiva do saber histórico, que lhe confere seu caráter formativo. Naturalmente os campos da experiência histórica da alteridade, acessíveis pela formação, não podem ser relacionados diretamente ao agir atual para orientá-lo. (É nesse ponto que aparecem as muitas simplificações correntes da contribuição da história para a formação política.) Por outro lado, o olhar histórico formado, voltado para a alteridade do passado, pode sensibilizar a consciência para a especificidade de seu tempo presente. Ele pode aprofundar a consciência de que os dias de hoje se passam de outra forma do que no passado, porque as condições da vida prática de cada um são historicamente específicas.

É numa consciência assim que vive um agudo “sentido da realidade” (Humboldt) do próprio tempo, e um sentido desses sempre resulta em benefício da competência dos sujeitos para agir.

(b) O aprendizado histórico resulta em aumento da *competência interpretativa*. Nessa dimensão do aprendizado histórico, o aumento da experiência e do saber transforma-se numa mudança produtiva dos modelos de interpretação em que vem sucessivamente a ser inserido. Tais modelos de interpretação, integram os diversos saberes e conteúdos experienciais, referentes ao passado humano, em um assim chamado “quadro histórico”. Eles conferem a esses saberes um “sentido histórico”. Estipulam significados e possibilitam distinções em função de critérios de importância. Atribuem àquilo que é sabido, empiricamente, uma determinada posição nas representações dos processos. Aparecem como modos de ver, como perspectivas, e possuem um estatuto semelhante à teoria, para a consciência histórica. Isso não quer dizer que apareçam sempre e necessariamente como teorias, em formas explícitas, distintas dos elementos empíricos do saber histórico. No mais das vezes, funcionam como modelos inconscientes de apreensão e como esquemas implícitos de ordenamento, que fazem, da experiência, saber (ou seja: contextos experienciais complexos). Afinal, são esses modelos de interpretação que decidem o que é especificamente “histórico” na experiência e no saber históricos, em que consiste seu estatuto temporal peculiar, com o qual o especificamente histórico se torna o conteúdo das histórias.

O que significa aumento da competência interpretativa no processo histórico de aprendizagem? Os modelos de interpretação, utilizados no processamento da experiência e na organização do saber, põem-se em movimento, tornam-se flexíveis, expandem-se e diferenciam-se, enfim, tornam-se conscientemente refletidos e argumentativamente utilizáveis. Em seu movimento em direção a uma maior complexidade, esses modelos se modificam também qualitativamente. Os modelos tradicionais de interpretação tornam-se exemplares, os exemplares, críticos, e os críticos, genéticos. Aumentos qualitativos das possibilidades de interpretação são demonstráveis igualmente no interior dessas formas básicas da constituição

histórica de sentido.²³ Esses diversos níveis precisam fluir, no processo de aprendizado, em direção à formação. São sobretudo as dissonâncias cognitivas e afetivas entre as experiências do tempo e os modelos de interpretação que possibilitam o aumento da competência interpretativa e conduzem a novas formas e a novos conteúdos do saber histórico. O processo mesmo de aprendizado pode ser descrito como passagem de um dogmatismo quase-natural das posições históricas (minha história – ou talvez também: a história do professor – é a única possível e verdadeira) à colocação do saber histórico em perspectiva, na qual a própria perspectiva pode ser demonstrada e até modificada argumentativamente.

O aprendizado, como aumento da competência interpretativa, torna-se formação quando os modelos de constituição de sentido, determinantes da interpretação histórica, são conscientes e tematizados como objeto do conhecimento. A formação histórica adquire assim um halo filosófico que paira sobre todos os indivíduos formados. Eles estão assim em condição de lidar com as “filosofias da história” presentes na elaboração interpretativa da experiência histórica e na apropriação dos saberes históricos. Eles podem enunciá-las – como modelos de interpretação, como quadro interpretativo, como sistema de universais históricos, como determinações antropológicas fundamentais da historicidade humana, ou seja lá como for – e utilizá-las produtivamente no manejo das experiências e dos saberes. Com as novas experiências e com os novos saberes, eles podem, sobretudo, problematizar e modificar os modelos habituais de interpretação. Essa competência reflexiva da formação histórica, de lidar com os modelos de interpretação (que, nos processos de aprendizado histórico, pode, aliás, ser exercida desde cedo²⁴), pode

²³ H.-G. Schmidt é um dos que enuncia e descreve assim os três níveis do exemplar. Ver Exemplarisches historisches Erzählen. *Geschichtsdidaktik*, 10, 1985, p. 279-287. Ver também seu primeiro relatório sobre as pesquisas empíricas das constituições narrativas de sentido de crianças e jovens: “Eine Geschichte zum Nachdenken”. Erzähltypologie, narrative Kompetenz und Geschichtsbewusstsein: Bericht über einen Versuch der empirischen Erforschung des Geschichtsbewusstseins von Schülern der Sekundarstufe I (Unter- und Mittelstufe). *Geschichtsdidaktik*, 12, 1987, p. 28-35.

²⁴ Ver a proposta de I. Rüsen. “Das Gute bleibt – wie schön!” Historische Deutung.

ser descrita como um fator essencial da “eterna juventude” que caracteriza, segundo Max Weber,²⁵ as ciências da cultura. Trata-se da capacidade, de todos os que têm interesse na história, de transpor sua contemporaneidade para novos pontos de vista e novas perspectivas, nas quais e com as quais podem fazer e interpretar as experiências históricas.

(c) O aprendizado histórico acarreta aumento da *competência de orientação*. Essa competência diz respeito à função prática das experiências históricas interpretadas e ao uso dos saberes históricos, ordenados por modelos abrangentes de interpretação, com o fito de organizar a vida prática, com sentido, em meio aos processos temporais, ao longo dos quais os homens e seu mundo se modificam. A interpretação humana do mundo e de si possuem sempre elementos históricos específicos. Esses elementos referem-se aos aspectos diacrônicos internos e externos da vida prática, ao quadro de orientação do agir e à identidade dos sujeitos.

O modo de orientar a própria existência no tempo, interna e externamente, tem de ser aprendido. Ele já está presente no legado da competência interpretativa. Os modelos de interpretação que se trabalha, no aprendizado, já contêm determinados categoriais (de sentido) dos processos temporais que abrangem o passado, o presente e o futuro. A competência histórica de orientação é a capacidade dos sujeitos de correlacionar os modelos de interpretação, peneiras de experiência e saber, com seu próprio presente e com sua própria vida, de utilizá-los para refletir e firmar posição própria na vida concreta no presente. A posição própria, que está, naturalmente, “objetivada” (pelo gênero, idade, posição social, língua materna, etc.), ganha assim um direcionamento temporal subjetivado. Passa a estar inserida no movimento do tempo e sua qualidade subjetiva a torna também, em princípio, modificável: está submetida (ao menos em parte) à competência reflexiva e ativa dos sujeitos. Dados

quase-naturais da vida e da identidade própria são potenciados pela força das interpretações históricas empiricamente preenchidas. Por meio da argumentação histórica, eles são flexibilizados em perspectivas e, com isso, tornam-se modificáveis.

No aprendizado histórico, os quadros de orientação da vida prática modificam-se. São historicizados e, por isso, enriquecidos com um “senso de realidade” (Wilhelm von Humboldt). Esse senso pode ser descrito como a capacidade de perceber a historicidade do próprio eu e de seu mundo, e de reconhecer as chances de formação existentes em si e em seu agir. Também essa modificação possui uma determinada qualidade, um direcionamento preciso. Ela leva, da coerção dos dados prévios impostos às posições e à vida, à liberdade de refletir sobre as posições e de escolher as perspectivas historicamente fundamentadas.

Nesse direcionamento evolutivo, o aprendizado histórico torna-se formação histórica como metacompetência do aprender, como aprender o aprender. As posições próprias são carregadas, nele, com temporalidade. O ser próprio dos sujeitos, sua identidade histórica torna-se processo e, por isso mesmo, vinculada às competências cognitivas que a formação histórica, como capacidade de refletir sobre os modelos de interpretação da experiência histórica, coloca à disposição da autocompreensão dos sujeitos. Com essa temporalização interna, relativiza-se fortemente tanto as relações dos formados consigo mesmos quanto sua posição na vida social do presente. Poder-se-ia considerar isso como perder o pé no chão, como vulnerabilidade do agir formativo, se não se tratasse de um processo de desdogmatização dessas relações subjetivas e da estimativa da própria posição na sociedade, que abre espaço à liberdade. A temporalização da identidade significa um ganho no ser-próprio e na segurança da posição social, que compensam sua insegurança interna, sua temporalidade intrínseca. A relativização histórica da relação para consigo e para com as posições disponíveis significa que se diluem as naturalidades que parecem caracterizar as orientações do agir e as atitudes que se tomam no fluxo temporal da própria vida. Essas obviedades são substituídas pela consciência crescente da contingência, a que se subtraem a certeza (falsa, de qualquer

gsmuster in der Werbung. *Geschichte lernen*, 1, 1987, n. 1, p. 27-36.

²⁵ M. Weber. Die ‘Objektivität’ sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis (1904). In: M. Weber. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. 3. ed. Tübingen, 1968, p. 146-214. *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 2006.

modo) de que nada de essencial muda, mas com a qual se abrem perspectivas de futuro, nas quais se situam as chances do agir e a qualidade da própria vida. Isso diz respeito também à naturalidade com que a vida prática opera com a idéia de progresso, assim como à naturalidade contrária, de que tudo há de culminar em catástrofe.²⁶ Diante das possibilidades de entendimento da contingência da vida, mediadas pela formação histórica, essas naturalidades estão aquém do estágio da formação. Com outras palavras: ambas carecem de esclarecimento pela formação.

(d) As três dimensões do aprendizado histórico esboçadas e suas qualidades formativas estão obviamente intimamente interligadas. Não há experiência histórica livre de interpretação, nem orientação histórica livre de experiência. Todo modelo de interpretação é relacionado simultaneamente à experiência e à orientação. Sua correlação intrínseca representa a complexidade do aprendizado histórico, sua dupla polaridade entre a apropriação da experiência e a autoafirmação nos processos mentais da consciência histórica.

Seria equivocado definir a unidade do aprendizado histórico, com a qual este se distingue claramente da multiplicidade dos demais processos de aprendizado, somente pelo lado objetivo. Ela seria então determinada pela história, apropriada culturalmente no aprendizado como conteúdo experiencial dominante, e supra-ordenada aos processos de interpretação com o fim de orientar o agir. É ainda muito comum a identificação da qualidade formativa do aprendizado histórico com o volume de informações disponíveis, motivo pelo qual os processos de aprendizagem para a obtenção da respectiva formação são, por sua vez, concentrados na aquisição desses saberes. Essa concepção do aprendizado e da formação supõe uma determinada didática da história (no mais das vezes, implícita), que tem por finalidade vincular o sujeito aprendiz a um cânone de objetos históricos. Formação, aqui, seria apenas um modo inteligente dessa vinculação e equivaleria a fazer entrar o sujeito em sua prática de dominação. O decisivo, na formação – a dinâmica da

subjetividade no aprendizado do aprender –, petrificar-se-ia em um determinado saber histórico. Este, apropriado de modo apenas passivo, mais impediria do que fomentaria a capacidade de interpretação das experiências históricas e sua utilização com a finalidade de orientar. As interpretações nele cristalizadas passariam desapercibidas como tais (ou seja, em sua função fundamental na organização do saber) e deixariam de suscitar novas experiências históricas, por parte do sujeito aprendiz como fonte de questionamento. O saber histórico aprendido (apropriado) estaria, dessa maneira, ainda menos apto a ser relacionado aos problemas de orientação da vida prática. Em nome de uma pretensa objetividade, o saber histórico perderia sua função cultural de orientação, para a qual, todavia, é produzido.

Inversamente, é também equivocado conceber os processos históricos de aprendizado, na didática, somente a partir do interesse subjetivo do aprendiz, de forma que o momento da experiência e do saber da consciência histórica não passasse de um desvairio em que se confinaria sua subjetividade. Nesse caso, a formação seria uma subjetividade exagerada, quando não exacerbada. A experiência histórica e o saber histórico saturado de experiência perderiam sua capacidade de resistência à pressão impositiva do achar, desejar, esperar e temer. Subtrair-se-ia aos aprendizes a chance de elaborar sua subjetividade em contraste com a experiência, de modo a recuperá-la, reforçada, de sua exteriorização na “coisa”. As carências de orientação e os pontos de vista subjetivos podem ser levados didaticamente em conta, promovendo-se a passagem do aprendizado à formação, na medida em que a consciência histórica se torna resistente a saberes e experiências provocativas. Em um processo de aprendizado desses, o interesse subjetivo conduziria exclusivamente à fixação ideológica das orientações e sua correspondente forma dogmática de identidade histórica. Os aprendizes veriam frustrado seu “sentido de realidade”, que obtêm pelo trabalho de interpretação da experiência histórica. Suas interpretações e orientações estariam pobres de experiência.

Ambas unilateralidades podem ser evitadas se o aprendizado histórico for considerado como um processo no qual os aprendizes

²⁶ Ver J. Rüsen. Fortschritt. Geschichtsdidaktische Überlegungen zur Fragwürdigkeit einer historischen Kategorie. *Geschichte lernen*, 1, 1987, n. 1, p. 8-12.

adquirem a capacidade de estabelecer um equilíbrio argumentativo entre relação à experiência e relação ao sujeito. Por meio da argumentação, é difícil que a experiência histórica se esvaia em saberes fracos em interpretação e orientação. A argumentação assegura, ademais, que o modelo de interpretação e o quadro de orientação permaneçam abertos à experiência e flexíveis. As operações da consciência histórica devem ser consideradas, organizadas e influenciadas, como aprendizado histórico, primeiramente sob o ponto de vista da aquisição da competência argumentativa. Essa competência deve incluir as três dimensões, experiência ou saber, interpretação e orientação. Trata-se de introduzir e de manter, em equilíbrio, as duas grandezas relacionadas: a história como dado objetivo nas circunstâncias da vida atual e a história como construto subjetivo da orientação prática movida pelos interesses. Esse equilíbrio está “formado” quando, em princípio, corresponda ao nível argumentativo da história como ciência.

Não se pensa aqui no profissionalismo dos historiadores, mas no nível cognitivo requerido para o uso de princípios e modos do pensamento histórico e para a reflexão sobre eles. Trata-se da razão que a história como ciência pode introduzir e desenvolver, sempre que não se diferencie e especialize como racionalidade metódica da pesquisa histórica. Nesse caso, ela se afastaria inevitavelmente da vida prática e das formas e conteúdos apropriados e necessários à orientação racional no tempo. Pelo contrário, aqui se trata de uma razão adequada à práxis do pensamento histórico. Ela se encontra nos modos fundamentais e universais da garantia de validade da narrativa histórica, dos quais emerge a história como ciência em seu relativo distanciamento das preocupações e carências da vida prática.²⁷ Não obstante, ela sempre deve se referir a essa vida prática, sob pena de perder sua vivacidade. Formação é o modo no qual a história como ciência efetua essa referência. O que pode ela aqui, no que tem de mais próprio como razão, trazer à vida prática?

²⁷ Ver I, 95 ss.

A força cognitiva da cultura histórica

Gostaria de definir como “cultura histórica”, o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática. Essa expressão quer deixar claro que o especificamente histórico possui um lugar próprio e peculiar no quadro cultural de orientação da vida humana prática. Seria equivocado atribuir os problemas específicos de orientação histórica da vida humana prática exclusiva ou principalmente ao campo da cultura política, embora a relação prática interna do pensamento histórico apareça sobretudo como política. Assim, os historiadores polemizam sempre – e não é de hoje²⁸ – dentro dessa relação política do saber histórico, sobre ela e com ela.²⁹ A cultura histórica é também mais do que o domínio do conhecimento manejado pela ciência da história na aplicação prática do saber histórico, e diferente dele. Assim, a historiografia, como fator necessário do processo histórico de conhecimento, já contém fatores estéticos e retóricos, que habilitam o saber, como construto cognitivo, a aplicar-se praticamente.

A cultura histórica nada mais é, de início, do que o campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição do sentido da experiência do tempo, determinantes da consciência histórica humana. É nesse campo que os sujeitos agentes e padecentes logram orientar-se em meio às mudanças temporais de si próprios e de seu mundo. Para caracterizar o papel específico que a ciência da história pode desempenhar, como potencial de racionalidade dessas operações, é necessário distinguir (artificialmente) o campo cognitivo coberto por esse potencial do não-cognitivo. De outra maneira

²⁸ Lembro-me, por exemplo, da polêmica do anti-semitismo em Berlim (Ver W. Boehlich (Org.). *Der Berliner Antisemitismusstreit*. 2. ed. Frankfurt, 1988) e a discussão em torno do juízo histórico de Gervinus sobre a fundação do Império. Ver W. Boehlich (Org.). *Der Hochverratsprozess gegen Gervinus*. Frankfurt/Meno, 1967. Ver também J. Rüsen. Gervinus' Kritik an der Reichsgründung. Eine Fallstudie zur Logik des historischen Urteils. In: H. Berding et alii (Org.). *Vom Staat des Ancien Régime zum modernen Parteienstaat. Festschrift für Theodor Schieder*. München, 1978, p. 313-329.

²⁹ Ver nota 3.

não se conseguiria deixar claro de que racionalidade as pretensões históricas de formação carecem, e com a qual a ciência da história apresenta seus saberes à vida prática. Na orientação histórica da vida prática existe não apenas a carência de uma razão operante no desempenho cognitivo da ciência da história, mas igualmente outras carências, a que o saber histórico tem de responder. Essas outras carências são sobretudo políticas e estéticas. (Deixo aqui de lado as religiosas, para simplificar o tratamento da questão. As carências ideológicas³⁰ são uma variante das cognitivas.)

É trivial afirmar que o saber histórico atinge a dimensão estética e a dimensão política da orientação prática da vida. O que precisa de esclarecimento é como esse saber responde, aos pontos de vista especificamente estéticos e políticos da orientação prática, com a pretensão de racionalidade cognitiva própria à história como ciência. Sem esse esclarecimento, a formação histórica, como conjunto de competências culturais, ficaria solta no ar. Onde e como poderiam e deveriam atuar essas competências?

A expressão “cultura histórica” articula sistematicamente o aspecto cognitivo da elaboração da memória histórica, cultivado pela ciência, com o aspecto político e estético dessa mesma elaboração. Um aspecto não pode ser pensado sem o outro, pois a relação entre eles já é uma questão própria à razão, na aplicação prática do saber histórico. Ciência, política e arte podem instrumentalizar-se mutuamente no campo da consciência histórica (como fator cultural da orientação existencial), abreviando ou mutilando a dimensão do saber histórico por elas adotada. Isso acontece quase sempre, quando as diversas dimensões da cultura histórica não são distinguidas e, com ingênua naturalidade, utiliza-se uma sem levar em conta as demais e suas respectivas relações. Elas podem, todavia, compensar essa tendência, ao completarem-se reciprocamente em seus potenciais de racionalidade e, em conjunto, os incrementarem.

Essa argumentação pode parecer surpreendente, pois até agora só se falou da razão que constitui a história como ciência, ou seja,

só se falou dos princípios que asseguram a validade do conhecimento histórico. Haveria então uma outra razão? Faz sentido falar de uma razão especificamente política ou de uma razão especificamente estética? Essa fala só parece sem sentido àqueles que já estejam previamente convencidos de que somente a ciência pode pretender dispor da razão humana. Um olhar não enviesado sobre essa questão revela onde e como se encontra a razão na vida humana prática, ao se reconhecer que se pode chamar de “racional” tudo o que ocorre “por boas razões”. Nessa perspectiva entende-se não ser sem sentido falar de uma razão política e de uma razão estética.

Assim como razão, na dimensão cognitiva da consciência histórica, significa uma determinada maneira de assegurar sua validade, pode-se falar da *razão política*, quando se trata da maneira de assegurar a validade de dominação e poder, de garantir sua legitimidade. Assim como são os princípios da racionalidade metódica que, na dimensão cognitiva, definem a razão como garantia cognitiva de validade, na dimensão política da consciência histórica (que exerce um papel importante na legitimação do poder), os princípios da garantia jurídica e do controle do poder devem ser considerados como a razão política da legitimação. Assim como a racionalidade metódica do conhecimento histórico pode ser detalhada nas regras do método histórico e sua aplicação na pesquisa demonstrada, o princípio da legitimação jurídica do poder pode ser detalhado como sistema de direitos do homem e do cidadão e demonstrado na prática da crítica e da legitimação do poder e de sua organização social.

Pontos de vista análogos de uma *razão especificamente estética* podem ser explicitados e fundamentados. São os princípios da apresentação formal, que fazem dos saberes históricos fatores tão eficazes da orientação histórica, em que o poder se enraíza e o pensamento aparece como meio do entendimento mútuo. A analogia que corresponde aos princípios da racionalidade metódica e à racionalidade jurídica está na autonomia da formatação estética como fator constitutivo do sentido narrativo.

Também se pode falar em razão com respeito à relação das três dimensões da cultura histórica entre si. Ela se refere ao reconhecimento

³⁰ Ver p. 77 ss.

recíproco da respectiva autonomia e, ao mesmo tempo, ao reconhecimento da dependência mútua. Isso implica, em primeiro lugar, renunciar à instrumentalização mútua e significa, ademais, que os princípios da garantia de validade e da coerência formal devem ser formulados de maneira a se reforçarem uns aos outros. Isso deve ser pensado de três maneiras: que o entendimento histórico é estimulado pelo sentido estético da percepção histórica, que o desempenho cognitivo reforça o enquadramento jurídico da vontade de poder e que a vontade política de poder serve à descoberta da verdade (o que não pode ser excluído *a priori*).

No trabalho de memória da consciência histórica, razão é mais do que um mero conjunto de princípios formais de verdade, poder e beleza (para designar as três dimensões com essas categorias tradicionais). Racionais são, naturalmente, também os conteúdos da memória histórica, utilizados para a orientação no presente e para o auto-entendimento, seja refletidos cognitivamente, empregados politicamente ou formatados esteticamente. Essas qualidades racionais dos conteúdos podem ser descobertas. Elas consistem em todos os processos do passado que venham a ser qualificados como humanização: a supressão da necessidade, do sofrimento, da dor, da opressão e da exploração; a libertação dos sujeitos para a autonomia; a elaboração de padrões racionais de argumentação; a liberação das relações dos homens entre si e no mundo no jogo das carências dos sentidos, e muito mais. São racionais as memórias históricas que preservam esses processos ou evidenciam suas faltas e falhas no passado.

Trata-se agora de demonstrar e explicitar esses pontos de vista formais e materiais da razão histórica na relação prática de um determinado saber histórico como formação. Como atua, política e esteticamente, a força cognitiva da formação histórica?

Não tenho a intenção de fazer o inventário do imenso cipoal do agir político e estético, para mostrar o que a formação histórica pode ter produzido nele. Prefiro abordar o campo mais restrito da cultura histórica e perguntar como suas dimensões política e estética se articulam com a cognitiva. Assim como a formação histórica foi explicitada nos parágrafos anteriores, deve ter ficado claro que

ela encerra em si elementos políticos e estéticos. Desejo descrever esses elementos, acompanhando a questão central de como seus potenciais específicos de racionalidade podem vir a ser influenciados positivamente pelo desempenho cognitivo da formação histórica.

A relação do aspecto cognitivo ao aspecto *político* da cultura histórica pode ser discutida tanto no plano formal como no material. No plano formal aborda-se a maneira como se relacionam a argumentação racional-científica e a política e como podem ser influenciadas pela formação histórica produzida cientificamente. No plano material, trata-se de saber se e como os potenciais racionais, introduzidos na cultura histórica pela história como ciência, podem atuar produtivamente na dimensão especificamente política da cultura histórica.

Existe, na relação entre ciência e política, uma tendência espontânea à instrumentalização mútua. Ela aparece com frequência na forma da subsunção de argumentos políticos aos científicos, de sua absorção pelos científicos e vice-versa. Em ambos os casos dão-se simplificações e alterações da cultura histórica. Se a ciência subsume o lado político da cultura histórica, as questões do poder travessem-se com o manto dos problemas da verdade, e o resultado é um dogmatismo das interpretações históricas com funções de orientação impositivas. Questões de poder inoculam os problemas da verdade, e a verdade transforma-se em ideologia. Um exemplo bem conhecido é o marxismo-leninismo ortodoxo, no qual as decisões políticas, ao final de contas (ideologicamente), deveriam estar baseadas em entendimentos verdadeiros. Nesse caso, desaparecem a abertura e a diversidade das experiências históricas e, por fim, o caráter discursivo de suas interpretações. Inversamente, se for a política a absorver a ciência, os critérios de sentido determinantes do pensamento histórico perdem sua aptidão à verdade e passam a ser vistos como mera expressão de jogos de interesse e ambições de poder. Isso leva necessariamente ao decisionismo. O poder perde a perspectiva da verdade, torna-se cego, obtuso, fechado sobre sua própria vontade. A ciência torna-se relativista, envolvendo, com o véu da aparente fidelidade aos fatos, as legitimações históricas almejadas politicamente. Os pontos de vista decisivos para o pensamento histórico,

sentido e significado, que são atribuídos ao passado como conteúdo experiencial do presente e do futuro, passam a ser vistos primariamente como questão política e somente racionalizados secundariamente como ciência. Para isso nem sempre é necessária pressão política sobre a ciência – não raro são os próprios historiadores profissionais que adotam os pontos de vista políticos típicos de seu tempo, utilizam-nos como parâmetros científicos da interpretação histórica, defendem-nos no espaço público com a autoridade de seu prestígio cultural, obtendo assim poder político.

Essas tendências naturais da instrumentalização mútua da ciência e da política na cultura política podem ser superadas sistematicamente pela formação histórica. Os interesses políticos e as pretensões científicas de verdade não se excluem nem se absorvem mutuamente, mas mantêm-se em uma relação complexa, na qual os interesses constituem a nervura da ciência e, inversamente, a ciência se torna a instância crítica das ambições políticas de poder.³¹ Mediante a formação, a ciência introduz, na luta política pela formatação cultural da memória histórica, o meio pacífico da comunicação conceitual, argumentativa, metodicamente regulada. Como motor de uma inquietação discursiva, a comunicação não reforça o poder, ideologicamente, com a verdade, tornando-o ainda mais poderoso, totalitário mesmo. Pelo contrário, ela abre o discurso do poder a todos os participantes, ao recorrer a uma razão que tem de ser atribuída a todos os que se encontram envolvidos pelas circunstâncias do poder e da dominação. É com essa razão que se pode e deve criticar a legitimidade dessas circunstâncias. A ciência é capaz disso na medida em que trabalha, em seus procedimentos cognitivos, com questões, pontos de vista e perspectivas das fontes, nas quais os interesses políticos se encontram encarnados cognitivamente. “Ora, a política! Mas quem pode viver sem ela?”³²

A política está inserida nos procedimentos metódicos do conhecimento científico na medida em que sua vontade de poder,

determinante do comportamento existencial, é sistematicamente rompida pela vontade de verdade, determinante do sentido existencial da ciência. A ciência impõe à política a ótica da verdade, a fim de que aqueles que têm de conviver em meio ao poder se entendam mutuamente, sem necessariamente tender a eliminar-se uns aos outros. A fragilidade de uma tal moderação cognitiva da força de vontade política é evidente. Perguntar se ela não passaria de mera aparência ou de uma esperança justificada não é um problema apenas formal, mas sim substantivo.

Na perspectiva substantiva, ter-se-ia um arranjo ruim quanto ao potencial de racionalidade da formação histórica na dimensão política da cultura histórica, se o agir político à busca de poder e dominação não dependesse de algo como a razão, pela qual se obteria o assentimento dos atingidos por essa busca. “Legitimidade” é a categoria que exprime essa razão interna do político, na qual a força cognitiva da formação histórica se afirma, no âmbito da cultura histórica. Aqui, saber histórico é essencial e necessário. Não é possível pensar nenhum tipo de dominação cuja legitimação não recorra aos saberes históricos. Os participantes do poder e da dominação estipulam suas relações mútuas ao longo do tempo com argumentos históricos, e as internalizam sob a forma de identidade histórica. A consequência prática da formação histórica consiste, nesse caso, na flexibilização comunicativa dos argumentos históricos legitimadores. Assim, por princípio, todos os participantes têm de poder argumentar. (Se eles, de fato, o podem, é uma questão de reforçar politicamente a formação histórica.) A legitimidade histórica perde, assim, sua tendência política demasiado natural ao forçar a construção de consenso (inclusive a internalização das coerções a juntar-se em comunidade sob o peso das formas dominantes da identidade histórica). Essa coerção é rompida (em tese) e transformada (em tese) na liberdade de adesão mediante a memória histórica construída por si mesma. A dominação, na cultura histórica, racionaliza-se (sem que, com isso, os que se atribuem a racionalidade por competência científica, logo se alcem a dominadores).

Com os princípios centrais da moderna legitimação da dominação política – os direitos do homem e do cidadão –, pode-se

³¹ Ver 1, 126 ss.

³² T. Mommsen. Carta de 8 de março de 1896, citada em A. Wucher. *Theodor Mommsen. Geschichtsschreibung und Politik*. 2. ed. Göttingen, 1968, p. 50.

demonstrar, em pormenor, o que significa a flexibilização.³³ Os direitos do homem e do cidadão ganham, com ela, uma dimensão histórica própria, uma dinâmica temporal interna, que permite constatar, de um lado, que seu potencial de humanização da dominação política de longe ainda não está esgotado e, de outro, que pode provocar as necessárias mudanças políticas. Essa historicização seria o contrário da relativização da validade. Pelo contrário, é ela que pode levar ao reconhecimento sistemático da diversidade das culturas no universalismo de sua validade. O efeito político do saber histórico pode ser demonstrado igualmente pelo exemplo da identidade nacional. Sem as forças cognitivas da formação histórica, a identidade nacional tende a se tornar uma relação mental interna e externa dotada de potencial agressivo nada negligenciável, que, sob determinadas circunstâncias, liberaria energia destrutiva. Com sua competência experiencial, interpretativa e de orientação, a formação histórica pode modificar a negatividade dessa forma bruta da identidade nacional. Esta pode ser transformada pelas formas complexas do pensamento histórico exemplar, crítico e genético e expandir, assim, o alcance e a intensidade da experiência histórica. Ao final de um tal processo de transformação da formação, ter-se-ia uma auto-afirmação nacional que compreende a alteridade das outras nações como desafio para reforçar sua própria identidade pelo reconhecimento dessa alteridade. Ranke pensava nesse tipo “formado” de nacionalismo, ao escrever “que na passagem das diversas nações e dos diversos indivíduos à idéia de humanidade e de cultura ... [tem-se] um progresso efetivo”.³⁴ Essa idéia (historicista) da multiplicidade na unidade reforça, na cultura histórica, as posições e as energias mentais que vêem a alteridade dos outros não como ameaça ao próprio eu, mas como sua confirmação (pelo reconhecimento mútuo).

No que diz respeito ao papel da formação histórica na *dimensão estética* da cultura histórica, tem-se também aspectos formais

e materiais. Assim como na relação entre dimensão cognitiva e dimensão política, também na relação entre a dimensão cognitiva e a dimensão estética dão-se tendências naturais à instrumentalização mútua. Os historiadores partilham quase naturalmente a tese de que a estética, no âmbito do pensamento histórico, só tem uma função legítima: a de “transportar” ou “intermediar” conteúdos cognitivos para formas esteticamente agradáveis. Com isso, a estética é tornada uma didática *a priori*, desprovida de seu peso próprio na cultura histórica. A arte retrata o que os políticos querem e os cientistas pensam. A instrumentalização, todavia, deixa totalmente de fora a qualidade estética da consciência histórica. O que sobra é um resto não-instrumentalizável. Quanto mais a arte é colocada a serviço dos conhecimentos científicos ou da legitimação política, tanto mais ela desenvolve seu sentido estético próprio e o contrapõe a toda instrumentalização. A arte defende, dessa maneira, o peso próprio da percepção sensível contra seu aproveitamento cognitivo e político. No processo dessa defesa, a dimensão estética da memória histórica pode vir a desvincular-se, na cultura histórica, de modo certamente prejudicial, de seus fatores cognitivo e político. O meio da percepção sensível pode acabar sendo a única mensagem da história, que se tornaria independente dos conteúdos científicos e políticos, auto-representando-se e instrumentalizando os conteúdos, ou seja, as histórias a serem narradas, como mero meio para o fim do sentido estético. A forma estética transforma-se, ela própria, em conteúdo histórico, tornando secundários e, em certo extremo, vazios mesmo, os aspectos político-práticos e científico-cognitivos das apresentações históricas. Essas tendências podem ser evidenciadas nas tentativas de apresentar a história nas exposições. Por mais que as montagens e sua dramaturgia sejam necessárias, quando se tenciona aumentar a qualidade sensível das experiências e das interpretações históricas (ou seja: expor a história aos sentidos), não resta dúvida de que elas, sozinhas, bastem para apresentar o que há de especificamente histórico na experiência e em sua interpretação formatadora.³⁵

³³ Ver alguns argumentos nesse sentido em J. Rüsen. *Menschenrechte für alle? Über die Universalität und Kulturabhängigkeit der Menschenrechte. Perspektiven. Zeitschrift für Wissenschaft, Kultur und Praxis*, 2, 1986, n. 7, p. 5-9.

³⁴ L. Von Ranke. *Über die Epochen der neueren Geschichte. Historisch-kritische Ausgabe*, edit. por T. Schieder/H. Berding (Werk und Nachlass, v. 2), München, 1971, p. 80.

³⁵ Sobre o conjunto dessa problemática, ver J. Rüsen; W. Ernst; T. Grütter (Org.). *Geschichte sehen. Beiträge zur Ästhetik historischer Museen (Geschichtsdidaktik. Studien. Materialien NF*, v. 1). Pfaffenweiler, 1988. Um exemplo especialmente

Se o meio da percepção sensível se libera de sua instrumentalização pela ciência e pela política, liberam-se então também as possibilidades de formatação que se constituem nele, assim como se abre um espaço genuíno de experiência e significação da história, mas a um alto preço. O poder das imagens tende a extrapolar o pensamento e a camuflar as ambições políticas de poder. Ao se opor à ciência e à política, o sentido estético próprio da cultura histórica acarreta a irracionalidade e a despolitização da consciência histórica nos grupos sociais em que está constituído esteticamente. A fascinação sensível da experiência histórica não admitiria mais esclarecimento algum político ou científico-racional.

As consequências de uma estética que, subversivamente, se opõe às pretensões da ciência e da política são problemáticas. Sempre que a identidade histórica se forma ou se enraíza nos sentimentos profundos dos sujeitos, perde disposições essenciais à orientação política e à reflexão racional. O mesmo vale para a capacidade e aptidão dos sujeitos para a experiência histórica. A alteridade do tempo torna-se ocasião de fascínio estético ou de uma fruição sem consequências para uma orientação realista da própria vida prática. Pelo contrário, priva o quadro de orientação da vida prática de elementos essenciais da experiência histórica e da constituição de sentido. No mínimo, a experiência histórica – introduzida por meio da percepção sensível autônoma no quadro histórico de orientação da vida prática e agregada aos processos de constituição da identidade histórica – é desviada dos setores da vida humana pessoal e coletiva, nos quais as relações de poder e a argumentação racional desempenham algum papel. Em suas *Considerações de um apolítico*,

marcante de uma estética dissociada da história é o filme de H.-J. Syberberg sobre Hitler. O aplauso que esse filme recebeu da crítica artística se deve à maneira como recupera a especificidade estética da articulação e significação da experiência histórica. Por outro lado, não se pode deixar de chamar a atenção para o fascínio estético exercido pela força incontida das imagens no processo de tornar presentes as experiências históricas – em meio a uma relação tortuosa com os conteúdos cognitivos e políticos que, de todo modo, são co-mediados e co-transmitidos. Ver também Saul Friedländer. *Kitsch und Tod. Der Widerschein des Nazismus*. München, 1984; A. Kaes. *Deutschlandbilder. Die Wiederkehr der Geschichte als Film*. München, 1987.

Thomas Mann descreve a típica atitude alemã de uma intimidade protegida pelo poder, um bom exemplo do que pode causar uma tal rejeição mútua da formação estética, da política e da ciência, no âmbito da cultura política.³⁶

Uma estética fraturada da experiência histórica pode provocar um verdadeiro bloqueio quando se trata de processar discursivamente as experiências atuais de crise e de as transpor, mediante a memória histórica, em estratégias de ação política. A aparência sedutora pode desvirtuar a visão da realidade. A história, que poderia servir de conteúdo da argumentação racional e da orientação política, perde em sua forma estética justamente a força orientadora, cujo uso seria necessário para enfrentar os desafios do presente. Inversamente, ela funcionaria como uma contribuição decisiva para uma estrutura cultural na qual se poderia sobreviver bem, na beira do abismo pós-moderno.

Seria naturalmente equivocado tentar evitar essas consequências nefastas da estética de uma consciência histórica que se subtrai ao controle da instrumentalização política e científica, ao tornar esse controle ainda mais rígido. Isso só reforçaria o caráter subversivo da estética na cultura histórica. A dimensão estética não se deixa reduzir às funções de efetivação dos interesses políticos e das interpretações científicas. Como meio próprio e peculiar da experiência e da interpretação histórica, ela se caracteriza por um manejo específico da história. As tentativas, ininterruptas desde Platão, de transformar os artistas em desenhistas das mensagens cognitivas e políticas e de os exilar, em caso de recusa, da memória pública, fracassam em três aspectos: no caráter de princípio, do de originalidade e no de indispensabilidade da arte como meio da interpretação humana de si e do mundo, assim como da articulação de suas carências.

A formação histórica assume, na cultura histórica, a importante tarefa de reconhecer e valorizar o peso próprio dos fatores estéticos no manejo interpretativo da experiência histórica. Deve-se deixar espaço à faculdade representativa de lidar livremente com a experiência do passado. Essa liberdade deve estar relacionada às coerções das

³⁶ T. Mann. *Betrachtungen eines Unpolitischen*. Frankfurt/Meno, 1956.

ambições políticas de poder e ao rigor racional da memória histórica. Dessa maneira, amplia-se o livre manejo das experiências históricas e das interpretações que orientam o agir. A estética filosófica sempre teve razão em alertar que esse manejo pela faculdade representativa é um fator essencial da liberdade humana. A arte confere à elaboração da memória pela consciência histórica um potencial de sentido que pertence à vivacidade de toda cultura histórica.³⁷

Isso certamente não quer dizer que a arte possuiria a competência originária da constituição de sentido na cultura histórica.³⁸ Uma competência dessas já é problemática desde o início, e não só para o campo restrito da consciência histórica. Com a autonomia da arte no processo da modernização, dá-se a problematização constante dessa competência, de maneira que a própria arte teria de se acusar de mentirosa, se a reclamasse exclusivamente para si. Esse limite de princípio da atribuição estética de sentido ao significado da experiência histórica abre a dimensão estética da cultura histórica a uma relação produtiva às dimensões cognitiva e política. O sentido histórico só é articulável numa relação mútua aberta, na qual a vida prática dependa de orientação histórica. A formação histórica, possibilitada pela história como ciência, pode assegurar essa abertura da relação mútua das três dimensões da cultura histórica.

Quais os limites dessa abertura? Essa questão tem a ver com o fato de que os sentidos constituídos pela arte dependem de uma imaginação produtiva, cujo estatuto e cujo papel na cultura histórica são controvertidos. Dever-se-ia pensar que estaria claro que os potenciais de racionalidade introduzidos pela ciência da história na cultura histórica encontram seus limites absolutos na circunstância de que a constituição de sentido dependeria da ultrapassagem dos limites experienciais do pensamento histórico. A arte é uma articulação do superávit intencional próprio à vida humana prática, que vai além da facticidade das circunstâncias da vida e do que meramente ocorreu. Ela abrange espaços de articulação de carências e de constituição de sentido que vão além do horizonte experiencial

da consciência histórica. Isso tem algo em comum com a religião. Arte e religião, como fontes de sentido, viabilizam o salto para o meta-histórico. Pertencem, por certo, ao conteúdo da constituição histórica de sentido, já que são parte integrante da experiência histórica, e como tal atuam também, na cultura histórica, vinculadas ao meio da experiência e da interpretação histórica. Elas surgem como experiências, cuja interpretação histórica aparece como separada de suas fontes peculiares de constituição de sentido. Por que isso? Porque a constituição histórica de sentido, de que o potencial de racionalidade da ciência da história se apropria, não se dá por força da pretensão salvífica religiosa nem pela imaginação especificamente artística.

A consciência histórica, então, com os potenciais de racionalidade da cultura histórica, não viria a limitar a vida da arte e da religião, como fontes de sentido, à mera lembrança do passado, sabendo que isso não é suficiente para sustentar a força que esse passado teve quando ocorreu? A cultura histórica, afinal, não seria apenas um reino de sombras, em comparação com os processos de inovação cultural, nos quais o tempo renasce, a vida humana renova-se no que nunca se previu historicamente, a memória é sempre superada? Enfim, a capacidade de inovação da cultura histórica não dependeria dessas constituições de sentido meta-históricas, que reduz racionalmente ao discurso argumentativo, mas que jamais consegue substituir pela razão?

Essas questões apontam para um limite fundamental da razão, que a ciência da história traz para a cultura histórica de seu tempo. Simultaneamente ela remete a algo de muito essencial para a razão: a capacidade de inovação da própria cultura histórica, sua vivacidade, pois, depende desses mesmos potenciais de sentido, de que a formação histórica não é senhora. Quer isso dizer que a história só é viva enquanto absorver fontes de sentido meta-históricas? Deve competir a uma teoria da história, que trata da capacidade racional do pensamento histórico como processo cognitivo e como fator da vida prática, incluir o meta-histórico em seu olhar sobre os limites da razão.

³⁷ Ver J. Rüsen. *Ästhetik und Geschichte* (15).

³⁸ Ver p. 77 ss.

Conclusão

Utopia, alteridade, *kairos* - o futuro do passado

*A sabedoria não é o último trunfo da
sabedoria.*
Pato Donald¹

*... se os que assim cantam ou beijam mais
do que os sábios conheçam ...*
Novalis²

A formação histórica aumenta as chances de racionalidade da cultura histórica pela abertura à experiência, pela sensibilidade estética, pela reflexão política e pelas fundamentações discursivas. Ela depende, nesse processo, dos potenciais de sentido que a memória histórica conserva e renova em seus conteúdos. A pretensão de racionalidade da formação histórica articula-se sempre com o fato de o sentido histórico ter sido instituído na experiência histórica. A formação histórica, contudo, não se satisfaz em apenas continuar a reproduzir esse sentido já disponível. Isso somente poderia ocorrer ao elevado preço do descarte, altamente restritivo, da experiência atual do tempo, que problematiza as circunstâncias e as ordens dadas da vida. Os critérios de sentido que orientam o agir, objetivamente inseridos nas circunstâncias da vida, carecem de reelaboração ativa e produtiva na memória histórica, na qual se refletem as provocadoras experiências do tempo atual. Será possível que essa reelaboração produtiva dos critérios de sentido ocorra por intermédio da própria consciência histórica, ou está ela sempre

¹ *Mickey Mouse* n. 43, p. 24, outubro de 1978.

² Novalis. *Wenn nicht mehr Zahlen und Figuren*. In: Novalis. *Werke, Briefe, Dokumente* (ver nota 2, Cap. 2), v. 1: *Die Dichtungen*. Heidelberg, 1957, p. 461.

presa ao sentido que lhe é dado pelo passado que relembra? Estaria o trabalho de memória da consciência histórica desconectado das fontes específicas de sentido a que os homens recorrem, quando superam as circunstâncias e condições impostas a seu agir, a fim de abrir possibilidades de algo inteiramente diverso? Estariam a memória história e seus potenciais de sentido em contradição com a expectativa de sentido do futuro, que ultrapassa tudo o que se teve até agora? Como se relaciona a constituição de sentido da consciência histórica com o futuro, como dimensão temporal da vida prática atual, que justamente não se reduz ao significado do passado para a orientação no presente?

A constituição de sentido da consciência humana, aplicada ao tempo, não se esgota na memória. Dão-se saltos *utópicos* para o futuro, que superam sempre o conteúdo factual do passado. É nessa ultrapassagem que reside seu sentido próprio: esses saltos vivificam a esperança e a nostalgia como impulsos importantes da autocompreensão humana e do agir humano transformador do mundo. Eles fazem desses saltos fatores de orientação existencial, que a consciência histórica sozinha não conseguiria gerar. Os saltos utópicos para o inteiramente outro com respeito às circunstâncias dadas da vida permitem identificar, exemplarmente, os limites racionais da cultura histórica e sua dependência das constituições meta-históricas de sentido. O inédito, no trabalho de constituição de sentido da consciência humana, consiste justamente em que nela pode ocorrer um ato de transcendência de tudo o que é dado. É nesse ato que refulge a possibilidade do inteiramente outro, a qual se insere, como elemento conformador, na organização cultural das circunstâncias dadas da vida.

Uma forma comum e corriqueira desse inteiramente outro é a utopia. Entendo por utopia, aqui, não o gênero literário específico do romance oficial do início do período moderno e seus desdobramentos até hoje. Para mim há algo mais fundamental: um modo do manejo interpretativo da interpretação de circunstâncias dadas da vida.³ O pensamento utópico define-se pela negação da realidade

³ Sobre o alcance do utópico, ver W. Vosskamp (Ed.). *Utopieforschung. Interdisziplinäre Studien zur neuzeitlichen Utopie*. 2. ed. Stuttgart, 1982; Frankfurt,

das circunstâncias dadas da vida. Ele articula carências, na expectativa de circunstâncias de vida nas quais desaparecessem as restrições à satisfação dessas carências. A constituição utópica de sentido pressupõe que as condições atuais do agir são irreais e que é possível imaginar outras condições totalmente diversas. A suposição da irrealidade das experiências atuais relevantes para o agir tem a intenção de considerar tais experiências como fatores de perturbação de uma prática ou vida desejada, suscitando assim um agir que descarte seus conteúdos como restrições reais às oportunidades de agir. Ao neutralizar, ficticiamente, as circunstâncias reais da vida, o pensamento utópico abre uma via para a orientação da existência humana, na qual representações de outras circunstâncias de vida aparecem como expressão de carências de mudança do mundo, motivadoras do agir.

Isso também se aplica às utopias “negativas”, embora essas pareçam, à primeira vista, apontar para outro tipo de experiência. Elas chamam a atenção para um potencial de desenvolvimento das circunstâncias e das condições empíricas da vida atual, não ao neutralizar sistematicamente as experiências atuais, mas ao atribuir-lhes um forte peso na negação de possibilidades do agir. Mesmo assim, essas utopias são representações que se tornam plausíveis ao abstrair sistematicamente da experiência. Essas representações consistem em extrapolações de fatores do mundo da experiência artificialmente isolados. Assim, são plausíveis na medida em que abstraem de outros fatores desse mesmo mundo da experiência. Elas enunciam o que seria o caso, se tal ou qual tendência evolutiva das circunstâncias da vida atual se impusesse a outra, contrária ou restritiva.

O pensamento utópico constrói, como orientação do agir, representações da realidade social que não estão mediadas como condição desse agir na experiência da realidade social. É nessa ausência de mediação, nessa oposição mesmo entre orientação e experiência, que está o característico do utópico. Ele habilita à crítica das circunstâncias atuais da vida e a projetos de alternativas desejáveis,

1986. 2 v. Meu capítulo nessa obra (*Geschichte und Utopie*, v. 1, p. 356-374) é a base das reflexões aqui apresentadas.

que abrem um espaço específico de liberdade. Utopias são, por princípio, exageradas. Articulam carências que reforçam sua desejabilidade pela superação abstrata dos espaços de ação previamente dados. Enunciam mais carências do que se poderia satisfazer sob as condições dadas. Por isso aparecem como ricas, em contraste com a pobreza da satisfação efetiva das carências. São constituídas de esperanças que vão além do factível aqui e agora, sem que se ponha em cheque a factibilidade dessas esperanças. A plausibilidade de suas representações exageradas do que deveria ser, ou seu temor exagerado do que poderia vir a ser, baseia-se em duas razões. De um lado, a utopia enuncia carências e temores que os destinatários reconhecem como seus. De outro lado, ela faz esperar a satisfação dessas carências (ou o afastamento dos medos e temores) sob condições que não pode indicar como conteúdos da experiência real, mas que apresenta como possíveis.

O recurso a condições possíveis do agir, que neutralizam a experiência vivida, fazem as constituições utópicas de sentido serem tanto exageradamente ricas quanto exageradamente pobres – pobres diante da riqueza da experiência do que o homem é e foi. (Nessa pobreza reside também o caráter totalitário de determinadas formas de utopia, sempre manifesto quando a neutralização ficcional-representativa da experiência de condições dadas do agir resulta no risco de uma prática política.)

A consciência utópica baseia-se num superávit de carências com respeito aos meios dados de sua satisfação. Ela possui a função vital de orientar a existência humana por representações que vão, por princípio, além do que é, empiricamente, o caso. Utopias funcionam como sonhos da consciência histórica sempre que se trata de articular conscientemente (despertas), como orientadoras do agir, representações de circunstâncias de vida desejáveis. As utopias são, pois, os sonhos que os homens têm de sonhar com toda a força de seu espírito, para conviver consigo mesmos e com seu mundo, sob a condição da experiência radical da limitação da vida. Por serem exagerados, e destrutivos quando transpostos sem mais para a prática ou quando transformam a liberdade de crítica às restrições à realização dos desejos em coerção institucional para realizar determinados

desejos, esses sonhos são por vezes proibidos. Quem os proíba por essas razões priva a vida do necessário exagero da esperança. Sem tais sonhos os homens degenerariam. Impedi-los faria secar uma fonte vital das motivações do agir. Como o agir humano não pode ser pensado sem o superávit intencional de seus sujeitos, para além das circunstâncias e condições de seu agir,⁴ importa afirmar que nada existe de mais irreal do que uma limitação anti-utópica das intenções da vida humana quanto à sua realidade.

Por outra parte, esse superávit intencional, efetivado pela consciência utópica, se perderia numa espécie de terra de ninguém para além das condições concretas do agir, ou seja, deixaria de poder funcionar como intenção do agir, o que negaria a si mesmo, se – no plano utópico de sua ausência de mediação – ainda continuasse preso às condições empíricas do agir humano. A consciência utópica, por força da realização de sua função originária de orientação existencial, tem de ser criticada justamente por ser utópica.

Com isso, o pensamento histórico entra no jogo. Por definição, ele é crítico da utopia, pois conecta o superávit intencional do agir humano às experiências acumuladas do que esse agir causou ou não ao longo do tempo. As esperanças exageradas, com as quais as utopias sonham com o reino da liberdade, são por ele submetidas ao regime da necessidade, imposto pela força domesticadora da memória, que recorda o que foi o caso. Ele modera as constituições utópicas de sentido, a fim de fornecer uma base sólida às representações do que teria sido o caso, sem a qual estas não seriam fatores da orientação do agir. A consciência histórica introduz, no quadro de orientação da práxis humana, a experiência que o pensamento utópico abandona e neutraliza, em nome da esperança. A consciência histórica ameniza, pois, o superávit de expectativas presente nas intenções do agir. Consequentemente, os historiadores são pouco apreciados por aqueles que tendem, em nome do futuro do inteiramente outro, a esquecer quão diferente foi o passado desse outro. O pensamento histórico opõe o princípio da realidade da experiência ao princípio do prazer das articulações utópicas, exageradas, das carências. Esse

⁴ Ver I, 79.

pensamento contrapõe, à atração das representações dos mundos desejáveis, prejudicadas pela pouca chance de realização, o rigor da experiência, no qual as intenções prevalentes do agir da vida prática atual, contrastadas com os exemplos do passado, têm de caber.

Será que, com isso tudo, não sobrou nenhum elemento utópico na constituição de sentido, no âmbito do quadro especificamente histórico de orientação da vida prática atual? Essa questão não inquieta aqueles que mantêm suas carências, mediante rígido controle das articulações, dentro dos estritos limites das chances dadas de efetivação (embora seus sonhos lhes pudessem abrir caminhos melhores). Se a consciência histórica exilasse de si os potenciais de sentido das articulações exageradas das carências, privaria a vida humana prática de um elemento de futuro, sem o qual ela afinal se tornaria desumana. O que seria da orientação do saber histórico sem o superávit de expectativa da relação do homem com o tempo, elemento constitutivo de qualquer pensamento utópico? Se a história pudesse conformar-se em lidar com a utopia tão criticamente quanto na psicanálise freudiana se relacionam os princípios da realidade e do prazer, teria de tratar da seguinte questão: o que seria ainda um ser humano, que perdesse seu prazer na existência por causa do princípio de realidade da orientação histórica dessa existência?

A questão está, pois, em saber se a história não vive também, em suas constituições de sentido, do superávit de expectativa que critica na utopia. Essa questão não pode ser descartada, pois o pensamento histórico tampouco deixa intocada, como aparenta, a realidade das condições e circunstâncias dadas da vida. Afinal de contas, ela insere essa realidade no movimento de uma história. A história vai, para além das circunstâncias presentes da vida, às passadas. Ela faz o presente dissolver-se no passado, sempre constante naquele, mesmo se não como passado.⁵ Ela faz isso para poder interpretar as experiências do presente, as intenções do agir e as expectativas do futuro, que estão de través com respeito ao ordenamento intencional do agir humano no fluxo do tempo, de maneira que as experiências e as intenções combinem. As circunstâncias empíricas do agir, que

⁵ Ver I, 81 ss.

a utopia negligencia como efetivas, em benefício de outras possíveis, são inseridas pelo pensamento histórico no movimento de uma representação do fluxo do tempo que recupera o passado e antecipa o futuro. Esse movimento engaja as condições dadas do agir em um fluxo do tempo, no qual o agir, suscitado pela carência e intencional, vai além do que é realmente o caso.

O impulso para esse movimento não provém, naturalmente, das circunstâncias do agir, mas das intenções e expectativas que vão além do que é o caso, em direção ao que deve ser. Nessa medida, a história é impulsionada, em sua função orientadora, pelos mesmos superávits de intencionalidade que funcionam na utopia. A partir do superávit das intenções do agir com relação às suas condições, e das carências com respeito aos meios de sua satisfação, a história não faz faiscar, como a utopia, a esperança de um inteiramente outro, mas provoca apenas a fagulha histórica da memória de que tudo foi diferente, outrora.

Isso não quer dizer que a história não passe de utopia invertida, voltada para o passado. Uma concepção dessas destruiria a relação constitutiva do pensamento histórico à memória, como depósito da experiência. O outro da memória, para o qual se volta o pensamento histórico, movido pela mesma força de transcendência da intencionalidade que orienta o agir, como no caso da utopia, não é o outro de uma possibilidade vazia de experiência, preenchida aleatoriamente com nostalgia, medo, esperança ou seja lá o que for. O outro da história é a própria realidade, tal como tornado presente, pela memória, como tendo sido passado.

A crítica à utopia, pelo pensamento histórico, não se dá pelo menosprezo do superávit da esperança para além das condições restritivas, sob as quais ela se poderia realizar-se concretamente, em circunstâncias dadas. Antes, o pensamento histórico dirige esse superávit sob a forma de questão à memória, de maneira a interpretar essas circunstâncias dadas, com respeito à sua mobilidade no fluxo do tempo, a partir de seu potencial experiencial. Ademais, o pensamento histórico interpreta o presente à luz do passado de forma que as condições dadas do agir de hoje, como temporalmente mutáveis, sejam inseridas no processo de sua superação por um agir

intencional e esperançoso. É certo que, nesse processo, o superávit de esperança existente nas intenções e expectativas, que orientam o agir, sofre restrições. Sua articulação utópica é qualificada por um "depende". Não desaparece, no entanto, inteiramente, pois interpreta as circunstâncias restritivas, no âmbito da consciência histórica, como mutáveis. O superávit de esperança ganha o lastro da memória plena de experiência. A história pode tornar a esperança paciente e persistente. Ela transforma o superávit da utopia no das expectativas e intenções, próprio à riqueza experiencial do passado.

O trabalho de constituição de sentido pela consciência histórica carece igualmente de utopias. O trabalho de interpretação da experiência do passado precisa do impulso que provém do superávit intencional do agir humano para além de seu horizonte experiencial. Está presente, nos critérios determinantes de sentido, com os quais a consciência histórica interpreta a experiência do passado, algo do espírito que igualmente anima a utopia. Também o pensamento histórico encontra-se orientado pelas representações de um ordenamento da vida humana no tempo, que ultrapassa as respectivas condições atuais do agir. Por outro lado, distingue-se ele da utopia por não ficcionalizar a realidade das condições atuais da vida, mas por historicizá-las. A diferença entre ambos consiste em que a historicização faz com que a vontade humana de querer ser outro, ao longo do tempo, apareça como possível, vale dizer, esperável. Aqui está uma diferença fundamental entre os critérios históricos do sentido de uma representação universal do processo temporal e a utopia do inteiramente outro.

Na consciência histórica empalidecem as imagens de um ser outro desejável, tal como pintadas pela utopia. Pois a história, ao criticar a utopia, contrasta com o passado o impulso para ser outro, a fim de obter representações dos processos temporais compatíveis com as circunstâncias do presente e cuja articulação com expectativas e intenções seja realista. Nisso tudo a representação do outro, alimentada pelo superávit intencional da vida humana, obviamente não desaparece. Ela apenas altera qualitativamente seu perfil: *a utopia vazia de experiência torna-se uma alteridade plena de experiência*. As condições empíricas dadas do agir não são ignoradas,

mas transformadas no outro de si mesmas mediante o passado nelas presente.

O pensamento histórico deixa transparecer, por força da memória, no *status quo* das condições e circunstâncias dadas da vida, uma imagem de sua transformação no passado, com a qual se rompe a trilha do seu ser-assim-e-não-de-outro-jeito. A pressão da facticidade das circunstâncias atuais, na medida em que trava o agir com a neutralização do superávit intencional, é captada pelo pensamento histórico e canalizada pela memória para as representações do ser-outro, no tempo, que possibilitam o agir. O pensamento histórico faz do presente um outro de seu passado, em cujo reflexo aparece um possível futuro, que não poderia ser esperado ou buscado sem a negação exagerada das condições dadas do agir.

Alteridade é a melodia do passado, tocada pela consciência histórica para as circunstâncias presentes da vida, a fim de as pôr para dançar. Elas precisam ser postas para dançar, para que seus movimentos sejam reconhecidos pelos participantes justamente como seus próprios, aqueles mesmos para além dos quais desejam ir. Elas precisam aparecer como algo que foi outro, para poderem ser avaliadas como algo que se torna outro. A alteridade da consciência histórica é, por assim dizer, o arranque cultural que os homens precisam dar, para conseguir ir além das condições dadas de seu agir, como o gostariam de fazer utopicamente, mas não logram, pois a neutralização da utopia ocorre apenas ficticiamente, meramente negada em pensamento, sem que alcancem sua absorção ou supressão total. A constituição de sentido efetivada pela consciência histórica altera (no sentido de modificar e de tornar outro) as circunstâncias da vida presente ao projetá-las em seu próprio passado. A consciência supera essas circunstâncias ao constatar que foram outras, antes de se terem tornado o que são no presente. É no movimento próprio ao fluxo do tempo que elas aparecem superam-se continuamente e tornam plausível sua superação também no futuro. Gostaria de exemplificar esse processo. *A História cultural da Grécia*, de Burckhardt, apresenta a antiguidade grega como uma criação cultural universal. Burckhardt altera, assim, as circunstâncias presentes de seu presente, ao experimentá-las como uma ruptura cultural profunda, como o

fim mesmo da cultura. Essa alteração aparece como a investigação das origens do que está em jogo no (seu) tempo atual, de maneira a tornar historicamente plausível a esperança de uma renovação cultural universal.⁶

Regra geral não são os historiadores que enunciam o anseio pelo outro, que afinal possibilitam, mediante a experiência específica da alteridade do passado, chances realistas de agir. São os grandes historiadores, com efeito, que se distinguem por uma determinada sensibilidade para esse anseio e para as mudanças no horizonte experiencial de seu tempo, mas se caracterizam sobretudo por sua capacidade de interpretar essas mudanças por contraposição ao passado. É nessa transposição das expectativas e intenções quanto ao futuro para a experiência do passado que consiste, afinal, a função orientadora da história. Para tanto são necessários, todavia, modelos de interpretação da experiência do tempo, que o pensamento histórico não tem como extrair somente das expectativas e intenções do tempo presente, ao qual reage. Isso mostra mais do que suficientemente sua função de crítica da utopia. Tais modelos de interpretação têm de ser construídos no seio dos complicados processos de constituição histórica de sentido. É nesses processos que atua argumentação racional, forma constitutiva, por sua vez, da história como ciência. A razão é inserida, pois, como idéia regulativa de uma forma de relacionamento humano, nas perspectivas orientadoras que fazem do passado uma história orientadora da práxis e constituinte de identidade. Com essa idéia a ciência da história refina seu olhar histórico sobre os processos temporais do passado, que podem ser interpretados como manifestações dessa razão. Ao mesmo tempo, porém, eles estão sobrecarregados pelo lastro experiencial da desrazão, que lhes impõem esperanças e anseios orientadores do agir, contrários às utopias. Pesa ainda mais a desrazão que se tenha produzido em nome da razão.

⁶ Ver J. Rüsen. Die Uhr, der die Stunde schlägt. Geschichte als Prozess der Kultur bei Jacob Burckhardt. In: K.-G. Faber/C. Meier (Org.). *Historische Prozesse (Theorie der Geschichte. Beiträge zur Historik, v. 2)*. München, 1978. Ver ademais a investigação profunda e cuidadosa de E. Flaig. *Angeschauter Geschichte. Zu Jacob Burckhardts, Griechische Kulturgeschichte*. Rheinfelden, 1987.

Na idéia da racionalidade humana, determinante da história como ciência e da formação histórica, encontra-se ainda uma utopia: a representação de que a sociedade humana se efetiva mediante o reconhecimento mútuo universal operado pela argumentação racional. Expresso na forma de uma intenção alteradora, o caráter utópico dessa representação é neutralizado. Ela se transforma no movimento da busca de si do pensamento histórico relacionado à experiência. Será essa neutralização da utopia da razão a única forma de a formação histórica introduzir a razão como potencial de sentido no trabalho de memória da consciência histórica? Será o fim da utopia a última palavra de um conhecimento histórico guiado pela idéia regulativa do uso da razão humana? Será que isso implica também renunciar às formas utópicas de significação da ficcionalidade de uma eventual constituição de sentido da experiência do tempo?

A esse respeito cabem dúvidas. Será que basta a idéia regulativa da história como universalização do reconhecimento,⁷ ao longo do tempo, para produzir a alteração (mudança e instituição da alteridade) da memória histórica? A função do pensamento histórico, de orientar no tempo, decorre da divergência entre experiência e expectativa, própria ao homem como ser-espécie, da constante inquietação do coração humano, como diria Santo Agostinho. O impulso da alteridade pelo pensamento histórico depende do tipo e da medida do superávit de expectativas, ao qual reage criticamente quando este se exprime de maneira utópica. Ora, a formulação utópica e a ficcionalidade nela contida da representação do tempo são precisamente a força desse superávit. Ao superar a experiência das restrições do agir, a utopia leva as expectativas às últimas conseqüências. Diante disso, a história parece mais fraca do que o potencial de experiência da memória que libera, com a crítica à utopia. Ela subtrai às expectativas seu extremo utópico, na medida em que seus cultores jamais tiram os pés do chão da realidade. No entanto – se é preciso andar (para manter a comparação), ou seja, suprimir as restrições do agir pelo próprio agir, de modo a poder satisfazer carências superavitárias, é imperativo levantar os pés do chão.

⁷ Ver I, 125 ss.

Com outras palavras: a história necessita, por sua parte, a utopia, a fim de poder produzir seu equivalente à utopia, sua alteração da experiência do tempo, e cumprir eficientemente sua função de orientação existencial. Superávits de expectativa só se consolidam como próprias desse mundo pelas representações utópicas de um outro mundo. Seu excesso abre à história o direito de crítica à utopia e permite apreender novos campos de experiência sob novas perspectivas de interpretação. O potencial de alteração da história atrofiaria-se sem o desafio das utopias positivas e negativas.

O que podem oferecer, porém, a história como ciência e a formação histórica como reforço utópico da memória histórica? A rigor, somente um princípio da razão sob a forma de comunicação conceitualmente articulada, relacionada à experiência, regulada metodicamente, impulsionada argumentativamente e direcionada ao consenso. Referida à vida prática, uma idéia regulativa é fraca para reforçar a memória histórica e fazer dela elemento e fator da orientação existencial e da formação da identidade que determinam o agir. Essa fraqueza pode ser superada e reforçar a memória ao se tornar vivaz nas imagens dos acontecimentos passados, ao se concretizar (como princípio universal) nos conteúdos particulares da experiência da razão concreta, ou seja, ao se constituir em história.

Da idéia regulativa (a-histórica, de princípio) da razão humana concreta podem ser abduzidas perspectivas históricas para a interpretação do passado. Elas iniciam com a questão: quão racional se tornou o homem ao longo do tempo? Ou melhor: O que fez ele de sua razão ao longo do tempo? Essas perspectivas são abstratas. Elas precisam ser concretizadas pela experiência histórica em histórias racionais particulares. As perspectivas parciais necessárias a isso advêm ao pensamento histórico de cada carência interpretativa do respectivo presente. Essas perspectivas parciais remetem a perspectiva genérica da idéia regulativa a um segundo plano, de modo que ela tem pouca influência historiográfica prática. A idéia geral de razão tem de ser, pois, constantemente remetida ao particular que venha a suscitar. O que seria mais apropriado a isso do que uma expectativa superadora da experiência, formulada como utopia? Pois esta imagina, com efeito, a satisfação das expectativas, que não poderia ser

imaginada sem o recurso às condições particulares dessa satisfação, pensadas como possíveis.

Do ponto de vista objetivo, toda utopia representa uma crítica à história, pois ela concebe a relação desta à experiência como uma restrição da constituição de sentido e, assim, a supera. A crítica tem a seu favor, de início, as boas razões do superávit intencional, com as quais os homens lidam com os fatos dados nas circunstâncias de suas vidas. No entanto, para além disso, são eles levados indiretamente, pela busca da alteridade presente na consciência histórica, àqueles extremos que a história excluiu do exagero da utopia. Ao se alforriar do constrangimento da relação à experiência, a utopia remete o pensamento histórico a extremos de alteridade e experiência. Como história, a história não tem como efetuar essa crítica a si mesma e socorrer a alteridade evanescente de sua memória com as cores vivas do exagero utópico acerca das experiências do tempo passado. Ela só é sensibilizada pelos impulsos da alteridade que decorram do exagero utópico dentro do horizonte de expectativas de seu presente.

Entre utopia e história, entre a constituição do sentido da experiência do tempo (que se serve dos potenciais de sentido da ficcionalização que ultrapassa a experiência) e a constituição de sentido que captura a ficcionalidade no conteúdo experiencial das representações temporais e a reelabora, subsiste a tensão estrutural do desafio e da crítica mútuos. Necessitam uma da outra para realizar suas próprias intenções e exercem sua função respectiva de orientação no tempo pela distinção crítica uma da outra. Será possível superar essa contradição entre sua dependência mútua e sua distância crítica? Existe uma síntese entre excesso e experiência no movimento temporal da existência humana, que supere a oposição entre utopia e história em uma unidade abrangente? Seria necessário que uma tal síntese consistisse em um fenômeno temporal no qual a experiência de determinadas circunstâncias da vida transcendesse a própria experiência. As condições restritivas do agir têm de admitir o olhar para outras situações, passíveis de efetivação. Com relação à utopia, a presença do outro deve ser possível no que é próprio, na expectativa e na intenção que contivessem em si sua própria realização, de modo que

não necessitassem a negação das condições efetivas do agir para poder tornar plausíveis outras possibilidades desse mesmo agir. Com relação à história, é necessário que ocorra uma experiência do tempo que inclua a alteridade do passado como um impulso atual, voltado para o futuro, – um movimento intencional que se transpõe para além das condições dadas do agir no presente e, simultaneamente, efetive a experiência histórica.

Uma experiência do tempo assim, que ultrapassa os próprios limites da experiência, é um *kairos*. *Kairos* significa tempo pleno.⁸ Tem-se um excelente exemplo de que tempo se trata, na descrição que Robert Musil faz, do relacionamento entre duas pessoas, em seu conto *A consumação do amor*:

As coisas à volta prenderam a respiração, a luz na parede cristalizou-se em pontas douradas ... Tudo calou e esperou, tudo estava ali por causa dela; ... o tempo, que atravessa o mundo como um fio brilhante e que parecia cruzar o quarto, pareceu subitamente parar e enrijecer-se, totalmente rijo, plácido e brilhante, ... e as coisas aproximaram-se um pouquinho umas das outras. Foi essa placidez e suave declinar, como quando as camadas repentinamente se organizam e um cristal se forma ... Em torno dessas duas pessoas, por cujo meio se insinua e que vêem e revêem esse fôlego retido, essa arqueadura, esse envolvimento como através de mil e uma superfícies espelhadas, como se vissem pela primeira vez ...^{9*}

Tais momentos ocorrem também além da experiência amorosa de cada pessoa. Eles também acontecem de forma “histórica” como períodos de tempo especialmente destacados, nos quais o sentido e o significado das mudanças temporais são cristalizados como

⁸ Ver P. Tillich. *Kairos und Utopie*. In: P. Tillich. *Auf der Grenze. Aus dem Lebenswerk Paul Tillichs*. München, 1962, p. 120-128. Do mesmo autor: *Die politische Bedeutung der Utopie, ein Für und wider den Sozialismus*. München, 1969, p. 135-184. E ainda *Kairos und Logos. Eine Untersuchung zur Metaphysik des Erkennens*. In: P. Tillich (Ed.). *Kairos. Zur Geisteslage und Geisteswendung*. Darmstadt, 1926, p. 23-76.

⁹ Em R. Musil. *Sämtliche Erzählungen*. Hamburgo, 1968, p. 175.

* N.T. Citação livremente traduzida para o português.

momentos intratemporais. “Um” tempo preenche-se com o sentido “do” ou de “todo” o tempo. Em um instante do agir de uma geração consolida-se o destino de muitas gerações. Uma tal experiência do tempo é apresentada, por exemplo, por Thomas Paine. Ele experimenta a revolução americana como *kairos* da história universal e a descreve, correspondentemente, com a força de sua retórica:

No presente é um tempo especial, que se apresenta a uma nação uma única vez, o tempo de se dar um governo Temos a possibilidade e todas as boas razões de elaborar a mais nobre e pura constituição deste mundo. Está em nossas mãos recomençar o mundo.¹⁰

O tempo de um *kairos* se faz “pleno” com passado e futuro. Ele é experimentado como a realização de uma promessa do passado com respeito a um futuro bem-sucedido e como satisfação de esperanças projetadas no futuro. Trata-se de um tempo no qual o agir e o padecer humanos se realizam com o *páthos* do sentido de toda a humanidade. A formatação das circunstâncias da vida nesse tempo vale paradigmaticamente para todo o tempo. Nele, as diferenças fundamentais entre o “não mais” do passado e o “ainda não” do futuro superam-se na experiência elementar do “aqui e agora”.

Cada cultura, cada movimento, cada indivíduo mesmo, tem esses tempos “cairóticos”. Karl Jaspers considerava encontrar esse *kairos* de toda a humanidade no “tempo axial”. Para os protestantes, é a fase de formação da Reforma, para os marxistas a Comuna de Paris e, naturalmente, a Revolução de Outubro. A representação mental do *kairos*, como categoria da constituição histórica de sentido, foi formada no cristianismo primitivo. O *kairos* cristão é a encarnação de Deus na Terra, definida temporalmente. Os três anos, durante os quais Jesus de Nazaré pregou a chegada do reino de Deus e o realizou por seu ministério, abrangem, em seu significado para os cristãos, todo o tempo deste mundo. Seu sentido histórico é tornado visível intratemporalmente, como o tempo próprio do

¹⁰ T. Paine. *Common Sense*. In: A. e W. P. Adams (Ed.). *Die Amerikanische Revolution und die Verfassung 1754-1791*. München, 1987, p. 235.

kairos.¹¹ Essa representação do *kairos* é clássica, na medida em que demonstra de modo particularmente marcante a supratemporalidade intratemporal de um momento histórico, ao articular utopia e alteridade em um construto abrangente de sentido do tempo.

Uma narrativa historiográfica, que torna presente a experiência do tempo de um *kairos*, reúne, pois, a alteridade histórica e a utopia que transcende a história. Ela as amalha na unidade de um momento histórico dotado de duas propriedades: de um lado, pode ser rememorado como experiência real do tempo, lastreado pelas condições do agir que a história evidencia na crítica da utopia. De outro lado, ele vai além desse horizonte experiencial da memória histórica, pois nele se realizam, sob as condições particulares do agir, intenções que as ultrapassam. Nesse superávit de sua efetiva realização, as intenções atuam historicamente e orientam o agir atual como perspectivas de futuro a realizar.

Existem histórias que destacam e rememoram tais momentos como “cairóticos”. Todas as histórias que, no mais das vezes narradas tradicionalmente, descrevem a efetivação de ordens e regras da vida, que induzem o agir atual a modificar as condições sob cuja restrição se encontra. O potencial de sentido da tradição opera, nessas histórias, como transcendência das circunstâncias da vida em que, culturalmente, as tradições estão inseridas. Um bom exemplo poderia ser a história dos direitos humanos e do cidadão, que lembraria um *kairos*: ela poderia narrar como, em um momento da história universal (finais do século XVIII), elementos da razão tornaram-se uma realidade política reconhecida como irreversível, com efeitos normativos sobre a perspectiva de futuro da práxis atual. Determinações de dever, a que ninguém em sã consciência se poderia subtrair. Tais histórias apresentam os momentos históricos como experiências históricas com práxis racional. Interpretam essas experiências, enfim, como constituídas pela idéia regulativa da práxis da razão humana.

¹¹ Ver O. Cullmann. *Christus und die Zeit. Die urchristliche Zeit- und Geschichtsauffassung*. Zolikon/Zurique, 1946.

Bibliografia

A numeração das partes da bibliografia teve início no primeiro volume (*Razão histórica*), continuou no segundo (*Reconstrução do passado*) e segue agora neste volume.

14. Historiografia em geral

BARTHES, R. Die Historie und ihr Diskurs. *Alternative*, 11, 1968, p. 171-180.

CANARY, R. H.; KOZICKI, H. (Ed.). *The Writing of History. Literary form and historical understanding*. Madison, 1978.

HARTH, D. Geschichtschreibung. In: Bergmann, K. (Org.). *Handbuch der Geschichtsdidaktik*. 3. ed. Düsseldorf, 1985, p. 156-159.

LACAPRA, D. *Geschichte und Kritik*. Frankfurt, 1987 (esp. os capítulos: Rhetorik und Geschichte e Geschichte und Roman).

LYPP, B. Über drei verschiedene Arten, Geschichte zu schreiben (Bemerkungen zur Logik des historischen Diskurses im Hinblick auf Nietzsche). *Literaturmagazin*, 12, 1980, p. 287-316.

KOSELLECK, R.; LUTZ, H.; RÜSEN, J. (Org.). *Formen der Geschichtsschreibung* (Theorie der Geschichte, Beiträge zur Historik, vol. 4). München, 1982.

PANDEL, H.-J. *Mimesis und Apodeixis. Mimetische und diskursive Erkenntnis in den Theorien der Geschichtsschreibung im zweiten Drittel des 19. Jahrhunderts*. Hagen: Rottmann Medienverlag, 1990.

RÖTTGERS, K. *Der kommunikative Text und die Zeitstruktur von Geschichten*. Freiburg, 1982.

ROSSI, P. (Org.). *Theorie der modernen Geschichtsschreibung*. Frankfurt, 1987.

RÜSEN, J. Geschichtsschreibung als Theorieproblem der Geschichtswissenschaft. Skizze zum historischen Hintergrund der gegenwärtigen Diskussion. In: KOSELLECK, R.; LUTZ, H.; RÜSEN, J. (Org.). *Formen der Geschichtsschreibung*, p. 14-35.

———. Die vier Typen des historischen Erzählens. In: KOSELLECK, R.; LUTZ, H.; RÜSEN, J. (Org.). *Formen der Geschichtsschreibung*, p. 514-605 (ver uma síntese em: Funktionstypologie der historiographischen Narration. In: GUMBRECHT, H.-U. e outros (Org.). *La Littérature Historique des Origines à 1500* [Grundriss der romanischen Literaturen des Mittelalters, vol. 11/1]. Heidelberg, 1986, p. 40-49).

SCHIFFER, W. *Theorien der Geschichtsschreibung und ihre erzähltheoretische Relevanz*. Danto, Habermas, Baumgartner, Droysen. Stuttgart, 1980.

SCHULZE, W. Formen der Präsentation von Geschichte. In: MÜTTER, B.; QUANDT, S. (Org.). *Historie, Didaktik, Kommunikation. Wissenschaftsgeschichte und aktuelle Herausforderungen*. Marburg 1988, p. 97-108.

WHITE, H. *Metahistory. The historical imagination in nineteenth century europe*. Baltimore, 1973; (ed. bras.) *Meta-história: imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

15. Relações entre historiografia, literatura didática e retórica

BREUER, D.; SCHANZE, H. (Org.). *Topik. Beiträge zur interdisziplinären Diskussion*. München, 1981.

BORNSCHEUER, L. *Topik. Zur Struktur der gesellschaftlichen Einbildungskraft*. Frankfurt, 1976.

GOSSMAN, L. History and literature. In: CANARY, R. H.; KOZICKI, H. (Org.). *The writing of history. Literary form and historical understanding*. Madison, Londres, 1978, p. 3-39.

HUGHES, H. S. *History as art and as science. Twin vistas of the past*. Nova York, 1964.

JEISMANN, K.-E.; QUANDT, S. (Org.). *Geschichtsdarstellung. Determinanten und Prinzipien*. Göttingen, 1982.

KOSELLECK, R.; STEMPEL, W.-D. (Org.). *Geschichte – Ereignis und Erzählung* (Poetik und Hermeneutik, v. 5). München, 1973.

MINK, L. O. History and fiction as modes of comprehension. In: COHEN, R. (Org.). *New directions in literary history*. Londres, 1974, p. 107-124.

QUANDT, S.; SÜSSMUTH, H. (Org.). *Historisches Erzählen. Formen und Funktionen*. Göttingen, 1982.

RÜSEN, J. *Ästhetik und Geschichte. Geschichtstheoretische Untersuchungen zum Begründungszusammenhang von Kunst, Gesellschaft und Wissenschaft*. Stuttgart, 1976.

WHITE, H. *Tropics of discourse. Essays in cultural criticism*. Baltimore, 1978; *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

———. *The content of the form. Narrative discourse and historical representation*. Baltimore, 1987.

16. Formação histórica, aprendizado histórico, identidade histórica

ANGEHRN, E. *Geschichte und Identität*. Berlin, 1985.

BECHER, U. A. J. Personale und historische Identität. In: BERGMANN, K.; RÜSEN, J. (Org.). *Geschichtsdidaktik: Theorie für die Praxis*. Düsseldorf, 1978, p. 57-66.

BECHER, U. A. J. Identität durch Geschichte? In: BERGMANN, K. (Org.). *Geschichte – Nutzen oder Nachteil für das Leben*. Düsseldorf, 1986, p. 55-59.

BECHER, U. A. J.; BERGMANN, K. (Org.). *Geschichte – Nutzen oder Nachteil für das Leben*. Düsseldorf, 1986.

JEISMANN, K.-E. Didaktik der Geschichte: Das spezifische Bedingungsfeld des Geschichtsunterrichts; Grundfragen des Geschichtsunterrichts. In: BEHRMANN, G. C.; JEISMANN, K. E.; SÜSSMUTH, H. *Geschichte und Politik. Didaktische Grundlegung eines kooperativen Unterrichts*. Paderborn, 1978, p. 50-108.

JEISMANN, K.-E. *Geschichte als Horizont der Gegenwart. Über den Zusammenhang von Vergangenheitsdeutung, Gegenwartsverständnis und Zukunftsperspektive*. Paderborn, 1985.

KOSTHORST, E. (Org.). *Geschichtswissenschaft. Didaktik – Forschung – Theorie*. Göttingen, 1977.

MARQUARD, O.; STIERLE, K. (Org.). *Identität* (Poetik und Hermeneutik, vol. 8). München, 1979.

PANDEL, H.-J. *Historik und Didaktik. Das Problem der Distribution historiographisch erzeugten Wissens in der deutschen Geschichtswissenschaft von der Spätaufklärung zum Frühhistorismus (1765-1830)*. Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1990.

ROHLFES, J. *Geschichte und ihre Didaktik*. Göttingen, 1986.

RÜSEN, J. Zum Verhältnis von Theorie und Didaktik der Geschichte. In: RÜSEN, J.: *Für eine erneuerte Historik. Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft*. Stuttgart, 1976, p. 165-181.

———. Ansätze zu einer Theorie des historischen Lernens I/II. *Geschichtsdidaktik*, 10, 1985, p. 249-265; 12, 1987, p. 15-27.

———. The didactics of history in West Germany: towards a new self awareness of historical studies. *History and theory*, 26, 1987, p. 275-286.

———. Aufklärung und Historismus – Historische Prämissen und Optionen der Geschichtsdidaktik. In: MÜTTER, B.; QUANDT, S. (Org.). *Historie, Didaktik, Kommunikation. Wissenschaftsgeschichte und aktuelle Herausforderungen*. Marburg, 1988, p. 49-65.

———. Vernunftspotentiale der Geschichtskultur. In: RÜSEN, J.; LÄMMERT, E.; GLOTZ, P. (Org.). *Die Zukunft der Aufklärung*. Frankfurt, 1988, p. 105-115.

SCHÖRKEN, R. Geschichtsdidaktik und Geschichtsbewusstsein. *Geschichte in Wissenschaft und Unterricht*, 23, 1972, p. 81-89.

SÜSSMUTH, H. (Org.). *Geschichtsdidaktische Positionen*. Paderborn, 1980.

Índice

- Agostinho, 145
Anti-retórica, 23, 40, 66
Autonomia, 123-124
Bacon, F., 82
Beleza e arte, 36-37, 124
Burckhardt, J., 143
Burocratização, racionalização da, 97
Bury, J. B., 24
Categorias históricas, 80, 99, 100
Coerência, 36, 61, 98, 124
 – estética, 29, 32, 36-38
 – formal (*ver também* Relevância), 34
 – retórica, 29, 36, 38
Compensação estética, 113
Competência histórica, 12, 43, 94, 95, 101, 103
 – argumentativa, 120
 – de orientação, 104, 116, 128
 – experiencial, 112, 114, 128
 – interpretativa, 95, 104, 110-111, 114-116, 128
 – reflexiva, 115
Competência
 – cognitiva, 95, 101, 103, 115, 117, 122
 – cultural, 122
 – narrativa, 103, 105
Comunicação, 29, 37, 45-47, 49-50, 52-53, 55, 57, 60, 62, 71-72, 74, 80, 82, 96, 126, 146
Consciência histórica (*ver também* Experiência, interpretação, orientação), 101, 109-111, 117-118, 128
Contingência, 45, 110, 117-118
Continuidade, 44, 49, 52, 56, 62
Cultura histórica, 121-133, 135, 136
Cultura, ciências da, 116
Decisionismo, 125
Dialética, dialético, 64
Didática e Teoria da História, 87, 88-94
Didática, 8, 11, 13, 82, 85-94, 98, 104, 105, 110, 118-119, 129
Direitos humanos e do cidadão, 80, 123, 127-128, 150
Discurso, discursivo (*ver também* Validade, garantia de), 14, 28-29, 30-31, 35-36, 41, 44, 46, 48-49, 54, 56-57, 60-62, 65, 67, 72, 74, 79, 81, 86, 126, 133
Dissonância, 115
Dogmatismo, 53, 115, 125
Dominação (*ver também* Validade, garantia de), 12, 51, 118, 123, 127-128
Ensino escolar, 91
Entendimento, 31-32, 38, 42, 97, 102

- Esclarecimento (Iluminismo), 42, 43, 57
- Esperança, 127, 136
- Estética e retórica, 28-38, 42, 67
- Estética
- clássica, 31
 - filosófica, 23, 132
- Estético, 22, 29-32, 33, 42, 121-122, 124-125, 129-130
- Evolução, 59
- Experiência, interpretação, orientação, 101, 104, 109-111, 117-118, 128
- Facticidade e ficcionalidade, 22-23, 26-27, 33
- Fascínio, fascinação estética, 130
- Filosofia da história, 115
- Formação histórica, 7, 64, 71, 74, 79, 87, 95-120, 122, 124-128, 132-133, 135, 145-146
- Foucault, M., 57
- Futuro (*ver também* Utopia), 112, 116, 118, 126, 135-136
- Guicciardini, F., 19, 41
- Hegel, G. W. F., 31
- Herder, J. G., 33
- História como ciência, 10, 13-16, 108, 120-122
- História, representação da, 102
- Historicização, 128, 142
- Horácio, 36
- Humanização, 124
- Humboldt, W. von, 114
- Identidade, 35-36, 42, 44, 46-47, 49-50, 53, 57, 60, 62, 68, 73, 87, 97, 100, 107, 116-117, 144, 146
- histórica, 39-40, 52, 56-57, 61, 64, 71-72, 74, 79-80, 88, 100, 102, 107, 109-110, 117, 119, 127, 130
 - nacional, 61, 128
 - sexual, 49, 58, 74
- Ideologia, 77-78, 125
- Implicação, contexto de, 64
- Individualidade, 60
- Instrumentalização, 124-125, 129-131
- Jaspers, K., 149
- Jeismann, K.-E., 48, 102
- Jesus de Nazaré, 149
- Káiros, 135, 148-150
- Kant, I., 31
- Kluge, A., 83
- Lamprecht, K., 9
- Liberdade, 31, 34, 37-38, 109-110, 127, 131-132
- Logos, 80
- Mann, G., 24
- Marxismo-leninismo, 125
- Modernização, 57, 132
- Mulheres, história das, 58
- Musil, R., 148
- Narrativa histórica (*ver também* Narrativa), 120
- Narrativa, 14-15, 19, 21, 24-28, 34, 43-48, 68, 103-105, 107, 115, 120, 150
- Negatividade, crítica da (*ver também* Narrativa), 57, 64, 128
- Negt, O., 82
- New Economic History, 24
- Novalis (Friedrich von Hardenberg), 85, 135
- Outro, ser (*ver também* Tempo, experiência do), 109, 110, 142
- Paine, T., 149
- Pato Donald, 135
- Pesquisa, 21-28, 39
- Poder, vontade de, 43, 124, 126

- Política, cultura política, 107, 121, 126, 131
- Posição, tomar, 12, 42, 101, 116
- Positivismo, positivista, 26-27
- Pós-modernismo, 56, 63, 131
- Práxis, 15, 17, 42, 85, 95-103, 120
- Processo, 19, 59
- Processo temporal, representação do (*ver também* Continuidade), 44, 49, 52, 59, 142
- Profissionalismo, 120
- Progresso, 57, 59, 61
- Público, 94
- Raabe, W., 85
- Racionalidade, 9, 13, 18, 20, 24-25, 42
- Ranke, L. von, 18, 19, 20, 23, 29, 38, 41, 128
- Razão, 14, 42, 93, 103, 120, 122-124, 126-127, 133, 144-146, 150
- Realidade, 27
- Relevância
- cognitiva, 28, 30, 38, 40-44, 67
 - comunicativa (*ver também* Coerência), 28, 34-38, 41
- Retórica, retórico, 34-36
- Revolução, 59
- Schiller, F., 17, 31
- Schulze, W., 66
- Sentido de realidade, 119
- Sentido histórico, 25, 56, 61, 75-83, 103, 114, 132, 135, 149
- Ser próprio (*ver também* Identidade), 96, 110, 117
- Stone, L., 24
- Subjetividade, 30-32, 34, 49, 57, 60, 95-99, 107-110, 119
- Superávit intencional, 132, 139, 142-143, 147
- Tempo, experiência do, 101-105
- alteridade, diferença temporal, 108-109, 112-113, 128, 130, 135-150
 - experiência do presente, relação ao futuro, 112, 116, 126
- Temporalização, 74, 117
- Teoria da História, 9-17, 19, 38, 65, 85-88, 95, 104, 133
- Teorias, 114
- Tipologia
- funções (analítica, pragmática), 63, 65-67
- Tópos, tópica, 35, 37, 40-41, 45-47
- Transcendência, relação de, 64, 136, 141, 150
- Trevelyan, G. M., 24
- Utopia, 135-150
- Utopia, crítica à, 139
- Validade, garantia de (*ver também* Narrativa; Razão), 10-12, 14, 18, 20, 42-43, 52-53, 59-60, 62, 68, 70-72, 75, 77-79, 86, 102-103, 109, 120, 123-124, 128
- Verdade, vontade de, 127
- Vida prática, mundo da vida, 95, 97, 101-104
- Voltaire, 56
- Weber, M., 77, 97, 103, 116
- Wehler, H.-U., 24
- White, H., 25